



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPI UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

OSMAR CIDIL BATISTA VALVERDE

**RIOS DE CONHECIMENTO:
PRÁTICAS DE PESQUISA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO E COM PESCADORES DE
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA E PIÇARRA, PARÁ, BRASIL.**

Marabá-PA
Setembro-2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá, PA.

Osmar Cidil Batista Valverde

Rios de conhecimento: práticas de pesquisa na educação do campo e com pescadores de São Geraldo do Araguaia e Piçarra, Pará, Brasil. / Osmar Cidil Batista Valverde, orientadora, Cristiane Vieira da Cunha. 2020.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Licenciatura em Educação do Campo, Marabá, 2020.

I. Cunha, Cristiane Vieira, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPI UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

OSMAR CIDIL BATISTA VALVERDE

**RIOS DE CONHECIMENTO:
PRÁTICAS DE PESQUISA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO E COM PESCADORES DE
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA E PIÇARRA, PARÁ, BRASIL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA e Instituto de Ciências Humanas - ICH, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área de Ciências Agrárias e da Natureza - CAN.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Cristiane Vieira da Cunha.

Marabá-PA
Setembro-2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA e Instituto de Ciências Humanas - ICH, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área de Ciências Agrárias e da Natureza - CAN, elaborado sob a orientação da Prof.^a Dr.^a. Cristiane Vieira da Cunha.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca examinadora:

Orientadora - Prof.^a Dr.^a. Cristiane Vieira da Cunha
Doutora em Ciências Ambientais (UFOPA-PA)
Faculdade de Educação do Campo - Unifesspa

Prof.^o Dr.^o Rodrigo de Almeida Muniz
Doutor em Ciência (USP-SP)
Faculdade de Educação do Campo – Unifesspa.

Prof.^o Dr.^o. Cristiano Bento da Silva
Doutor em Antropologia (UFPA-PA)
Instituto de Estudos do Xingu- IEX/Unifesspa

Prof.^a Ma. Rita de Cássia Pereira da Costa
Mestra em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia (UFPA-PA)
Faculdade de Educação do Campo – Unifesspa.

Dedico este trabalho aos profissionais, atletas da educação, que se desafiam em trabalhar arduamente em prol da qualidade da educação, estendo minha dedicatória aos camponeses e camponesas que usam seus conhecimentos para produção de alimentos e qualidade de vida.

*Atualidade é tudo aquilo que na vida social de
nosso tempo tem requisitos para crescer e se
desenvolver, que se reúne em torno da
revolução social vitoriosa e servirá para
construção da nova vida [...].*

Moisey M. Pistrak

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as oportunidades de crescer durante esse percurso acadêmico. Agradeço a meus familiares, em especial a minha mãe Irene Batista da Cruz e meu pai Vicente Pereira Valverde.

Agradeço ao corpo docente e corpo técnico da Faculdade de Educação do Campo que não mediram esforços para nos ensinar a construir conhecimento científico, em especial a docente Cristiane Vieira da Cunha que adotou o duro desafio de me orientar nesse trabalho.

Agradeço aos meus companheiros e companheiras que contribuíram bastante para minha caminhada, em especial a Bep-Punú Caiapó, Giseli Macena, Marinaldo Pereira, Aline Silva, Ronis Albuquerque, Adailton, Herica.

Agradeço ao pescadores e pescadoras que colaboraram com essa pesquisa: Antônio Carlos, Cícero (Pajé), Fábio Costa, Francisco Rufino (Chico Potim), Geize (índio), Hilário Soares, João Filho (João Capixaba), José Carlos, José Felis, José Moraes, José Reis (Pastor Reis), Dorilene, Jucelino, Maria Divina, Santino (dos Santos), Sebastião Machado (Seu Tião), Elias Bezerra, Maria Madalena (dona Madalena), José Mulato, José Alves, Osvaldo, Vanderli, Moacir e Vanir. De igual modo, agradeço as 19 equipes de pescadores do Torneio de Pesca esportiva de Piçarra-Torpep, que contribuíram com essa pesquisa.

Grato pela parceria com as instituições que concederam apoio teórico, metodológico, logístico e financeiro para a realização da pesquisa: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- Unifesspa; Núcleo de Educação Ambiental - NEam; Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis-Proex (bolsa Pibex); Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade- Ideflor-Bio (apoio logístico); Prefeitura Municipal de Piçarra (apoio logístico, combustível e alimentação) e por último ao Fundo Amazônia e Embrapa pela oportunidade de atuação como bolsista no Programa Monitoramento e Gestão Participativa da Pesca Artesanal como Instrumento de Desenvolvimento Sustentável em Comunidades da Região Amazônica (TO/PA/RR)- Propesca. Agradeço a equipe do Propesca - Pará, em especial a Hérika e Rosangela, que como monitoras de pesca em Santa Cruz, em 2019, ajudaram os pescadores no preenchimento das fichas de pesca. E ao Maricélio pela produção do mapa.

Por último, porém não menos importante, agradeço a todos pescadores e pescadoras que somaram comigo nesse momento final de graduação, em especial a seu Francisco do “Paraíso do Chico”, um ser humano fantástico, otimista por natureza, enfrentou suas enfermidades com sorriso no rosto, já não podemos mais contar com sua presença entre nós, mas com todos os seus ensinamentos não posso afirmar que foi uma perda. Ele só mudou de paraíso. Obrigado seu Chico!

RESUMO

Este trabalho aborda aspectos importantes da abrangência e dinâmicas de ensino do Curso de Educação do Campo, bem como reflexões sobre a realidade de pescadores no Baixo Araguaia. O estudo está organizado em três momentos, no qual, o primeiro é um capítulo integrador onde está apresentada a estrutura e abordagens da pesquisa. O segundo momento aborda aspectos das dinâmicas de ensino, aprendizagens e pesquisa ofertado pela Faculdade de Educação do Campo-(Fecampo)/Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-(Unifesspa). O objetivo é refletir sobre o desenvolvimento e modelo de ensino ofertado em um plano mais amplo de inserção do curso, culminando no desenvolvimento do mesmo no campus universitário de Marabá-PA, com fomento em maneira específica de ingresso e adaptação às diversas realidades e abrangência geográfica em estados e municípios. Reflito ainda sobre as ações voluntárias de pesquisas pelo Programa Institucional de Bolsas e Extensão- (Pibex) da Unifesspa, em programas de ensino, pesquisa e extensão e no Programa de Monitoramento e Gestão Participativa da Pesca Artesanal como Instrumento de Desenvolvimento Sustentável em Comunidades da Região Amazônica - Propesca. O terceiro momento discute sobre aspectos da dinâmica pesqueira no rio Araguaia com destaque para os pescadores do município de Piçarra, (comunidade de Itaipavas) e do município de São Geraldo do Araguaia (comunidade de Santa Cruz e sede do município), no estado do Pará. O objetivo é analisar a complexidade das modalidades de pesca vigente no rio Araguaia com ênfase na pesca de pequena escala e amadora e os constantes conflitos entre pescadores, especificamente com o do Torneio de Pesca Esportiva de Piçarra - Torpep, além dos conflitos com posseiros e fazendeiros. Os resultados destacam que a pesca nesta região se configura como um modo de vida complexo e há ameaças diante da inserção das práticas agressivas dos pescadores esportivos e também profissionais de outras regiões “pescadores de fora”. Os pescadores locais de Itaipavas veem o torneio de pesca como uma ameaça à pesca local. Os pescadores de Santa Cruz e de São Geraldo enfrentam graves conflitos territoriais com latifundiários cuja propriedades estão às margens do rio Araguaia na região.

Palavras-chave: Ensino; Aprendizagens; Monitoramento da Pesca; Conflitos; Territórios.

SUMÁRIO

RESUMO	8
CAPÍTULO 1.....	11
CAPÍTULO INTEGRADOR	11
1. INTRODUÇÃO GERAL	11
2. METODOLOGIA GERAL	12
2.1 Região de estudo: entre terra e rios	12
2.2 Metodologia 1: Análise do processo de ensino-aprendizagem no Curso de Educação do Campo	18
2.3 Metodologia 2: Registo das práticas de pesca de pequena escala e esportiva.....	19
CAPITULO 2.....	27
PRÁTICAS DE ENSINO, APRENDIZAGENS E PESQUISA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO. 27	
1. INTRODUÇÃO	27
2. LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA UNIFESSPA	31
3. PRIMEIRAS AÇÕES EM PROJETO DE PESQUISA.....	35
3.1 Propesca	36
4. OS PROCESSOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
CAPITULO 3.....	44
PESCA E CONFLITOS NOS MUNICÍPIOS DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA E PIÇARRA, PARÁ, BRASIL.....	44
1. INTRODUÇÃO	44
2. MODALIDADES DE PESCA.....	47
3. CONTEXTO DO TERRITÓRIO E METODOLOGIA.....	53
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	54
4.1 A produção da pesca pequena escala e múltiplos conflitos em São Geraldo do Araguaia e Santa Cruz	54
4.1.1 São Geraldo do Araguaia	54
4.1.2 Santa Cruz	62
4.2 A Pesca e os conflitos com pescadores do Torneio de Pesca Esportiva de Piçarra	69
4.2.1 O Torneio de Pesca Esportiva de Piçarra (TORPEP).....	69
4.2.2 Perfil dos Competidores do TORPEP	71
4.1.1 Percepções dos Competidores sobre as espécies alvo do torneio de pesca.....	72
3.6 Pescadores da Localidade de Itaipavas e as Diferentes Percepções.....	73
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	83

ANEXOS:..... 88

APÊNDICES..... 102

CAPÍTULO 1

CAPÍTULO INTEGRADOR

1. INTRODUÇÃO GERAL

Este trabalho trata de minha trajetória como discente do curso de Educação da Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), mas também como pesquisador no contexto de compreender a socioecologia que envolve os sistemas de pesca de pequena escala, a pesca esportiva e os conflitos resultantes das diferentes modalidades de pesca no rio Araguaia. Portanto organizei o trabalho em dois momentos, no primeiro traz reflexões gerais sobre o Curso de Educação do Campo na Unifesspa e a percepção subjetiva da construção acadêmica no sentido de identificar problemáticas em educação popular em um projeto de pesquisa direcionado a pescadores do rio Araguaia.

A pesquisa parte de duas questões gerais:

1. Como a abrangência e estrutura pedagógica do curso de Educação do Campo, que tem como base a pesquisa como princípio educativo e a interdisciplinaridade, proporcionou processos de ensino-aprendizagem que garantiram maior capacidade de interpretação da realidade e problemáticas vivenciadas sobre a realidade dos pescadores e pescadoras no rio Araguaia?
2. Como está organizada a dinâmica da pesca de pequena escala e pesca esportiva, bem como são compreendidos os conflitos existentes entre as diferentes modalidades de pesca no rio Araguaia?

Nessas primeiras palavras são apresentados os caminhos metodológicos traçados em cada uma das etapas da pesquisa, com a descrição das localidades e a metodologia detalhada, para posteriormente apresentar os resultados que estão nos capítulos 2 e 3, que posteriormente poderão ser submetidos a revista especializada para fins de publicação.

No primeiro capítulo, a finalidade é compreender como se deu o meu processo de ensino-aprendizagem, a partir da estrutura apresentada pelo Curso de Educação do Campo da

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Aborda-se também a análise da trajetória acadêmica a partir da inserção, como bolsista, no Programa Institucional de Bolsas e Extensão (Pibex) através do “Programa de Sustentabilidade do Uso dos Recursos Naturais: Monitoramento e Gestão Participativa de Ecossistemas Aquáticos em Comunidades Ribeirinhas na Porção Média da Bacia Araguaia-Tocantins, Amazônia, Brasil- Propesca¹”, no qual desenvolvi atividades de pesquisa e extensão, entre os anos de 2016 a 2019, nos municípios de São Geraldo do Araguaia e Piçarra, ambos no sudeste do estado do Pará, Brasil.

No segundo capítulo é analisada as práticas de pesca de pequena escala na vila Santa Cruz e na sede da cidade de São Geraldo do Araguaia, um trabalho desenvolvido por meio do monitoramento participativo da pesca nestas localidades. Também é analisada a pesca esportiva que acontece em Itaipavas/Piçarra, que traz abordagem de conflitos recorrentes entre pescadores das duas modalidades de pesca neste município.

2. METODOLOGIA GERAL

2.1 Região de estudo: entre terra e rios

2.1.1 Faculdade de Educação do Campo

A Faculdade de Educação do Campo está localizada na Avenida J com a Avenida dos Ipês, Campus III, Cidade Universitária, Loteamento Cidade Jardim, Rodovia BR- km 08, Nova Marabá, Marabá-PA.

Figura 1; Figura 2). A Unifesspa é uma instituição de ensino superior sediada na cidade de Marabá e com *campi* em Santana do Araguaia, Xinguara, São Félix do Xingu e Rondon do Pará, sua fundação resultou-se do desmembramento da Universidade Federal do Pará-UFPA.

Com a incumbência de atender a pluralidade dos povos da região Norte, a instituição possui várias modalidades de ensino como a graduação (bacharelado e licenciatura), pós-graduação, ações diversas de extensão universitária e além de várias linhas de pesquisas. São diversos municípios e estados alcançados por uma gama de programações, além de receber pesquisadores de todas as regiões do Brasil e até de outras nacionalidades.

Para uma melhor compreensão da localidade de realização desta pesquisa, destaca-se que a cidade de Marabá, no qual sedia a Unifesspa, está a 160km da cidade de São Geraldo do

¹ Em 2018 o programa passou a ser coordenado pela Embrapa com o nome “Programa Monitoramento e Gestão Participativa da Pesca Artesanal como Instrumento de Desenvolvimento Sustentável em Comunidades da Região Amazônica (TO/PA/RR) - Propesca” tendo a Unifesspa como parceira no seu desenvolvimento nas ações realizadas no Pará.

Araguaia, 205km da vila Santa Cruz dos Martírios, também no município de São Geraldo do Araguaia e aproximadamente 255km da comunidade ribeirinha de Itaipavas, no município de Piçarra.

Figura 1. a. Vista da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Campi Marabá - Unidade III; **b.** Plenária do seminário de alternância pedagógica organizado pela Faculdade de Educação do Campo em 22 de agosto de 2019 no auditório da Unifesspa- Unidade III.



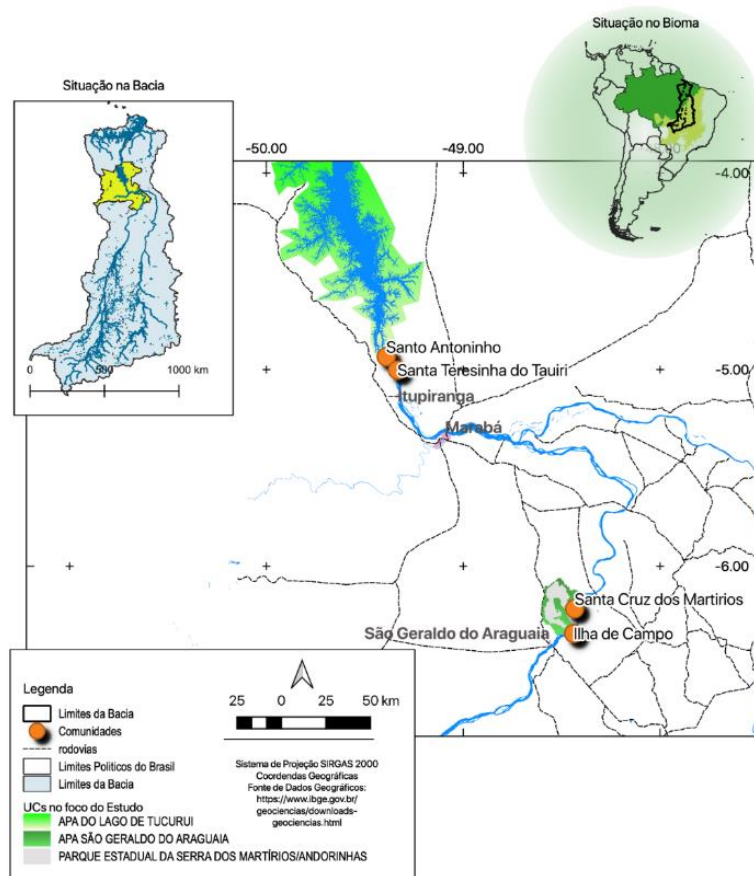
Fonte imagem a: <https://www.unifesspa.edu.br/noticias/3155-unifesspa-divulga-edital-do-processo-seletivo-para-o-curso-de-educacao-no-campo>.

Fonte imagem b: <https://www.unifesspa.edu.br/noticias/3896-fecampo-realiza-seminario-de-alternancia-pedagogica-integrado-a-plenaria-regional-de-educacao-do-campo-do-sul-e-sudeste-do-para>

2.1.2 São Geraldo do Araguaia e comunidade de Santa Cruz dos Martírios

A cidade de São Geraldo do Araguaia está localizada nas coordenadas geográficas 6°23'11.1"S 48°33'17.0"W, no sudeste do estado do Pará, o município tem área de 3.270 km², pouco mais de 25.587 habitantes segundo último senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE. O atual gestor é o excelentíssimo senhor Edilson Pereira de Carvalho que iniciou seu mandato no ano de 2017 e findará em 2020. São Geraldo é uma das muitas cidades situada às margens do rio Araguaia que, por sinal, faz parte da Bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins e é um dos principais rios do Brasil (Figura 2).

Figura 2. Localização Geográfica da área de estudo. Marabá e localização da Faculdade de Educação do Campo; Piçarra e localização da comunidade de Itaipavas; São Geraldo do Araguaia e localização da sede e das comunidades de Ilha de Campo e Santa Cruz, Pará, Brasil.



Fonte: Mauricélio em 2020.

Na área do município de São Geraldo do Araguaia está o Parque Estadual da Serra das Andorinhas/Martínrios (Pesam), essa é uma Unidade de Conservação (UC) da Natureza de Proteção Integral. O parque possui uma área com forma de um polígono irregular de 24.897,38 ha e perímetro de 176,7634 Km, compõe-se em uma região montanhosa e faz parte de uma zona de transição entre biomas da Floresta Amazônica e o Cerrado, esse último bioma também pode ser definido pela teoria da compartimentação dos domínios morfoclimáticos (AB'SÁBER, 1983).

A comunidade de Santa Cruz dos Martírios² (Figura 3) fica cerca de 40 km da cidade de São Geraldo do Araguaia, está localizada nas coordenadas geográficas 6°12'57.9"S 48°26'03.6"W, dentro dos limites de uma UC de Uso Sustentável chamada de Área de Proteção Ambiental de São Geraldo do Araguaia, ou APA Araguaia. Esta APA faz parte da Zona de

² Santa Cruz dos Martírios se refere ao nome oficial da comunidade, no entanto seus moradores a reconhecem apenas como Santa Cruz, ou Santa Cruz do Araguaia, e para respeitar a vontade dos comunitários ao longo do texto vamos nos referir apenas como vila ou comunidade Santa Cruz (CUNHA, 2020).

Amortecimento do Pesam. O entorno dessa comunidade também é reconhecido³ por seus símbolos históricos como marco da Guerrilha do Araguaia, pinturas e gravuras rupestres. Além do valor histórico, as belas paisagens naturais com cachoeiras deslumbrantes também compõem a localidade que avizinhar-se da vila Santa Cruz.

Figura 3. Vista parcial da comunidade de Santa Cruz, São Geraldo do Araguaia, Pará, Brasil.



Fonte: Cristiane Vieira da Cunha em 2018

A pesca torna-se uma das principais atividades econômicas e para seguridade alimentar nesta comunidade. O pescado é vendido nas localidades vizinhas, na cidade de São Geraldo do Araguaia, em Xambioá no estado do Tocantins e nos municípios próximos, fato esse que caracteriza a existência de pescadores profissionais. Até dezembro de 2019 não havia energia elétrica na comunidade, fato esse que gerava complicações no armazenar pescado por um longo período de tempo. Para além dos pressupostos, destaca-se o consumo do pescado que, apesar de ser em menor quantidade, é bem presente e agrega renda familiar ao considerar o conceito de trabalho apresentado por Ploeg, (2008), que diz respeito a todas as práticas remuneradas ou não, porém com intenção de alcançar determinado benefício.

³ O termo conhecido aqui exposto advoga no sentido das “descobertas” sobre a Guerrilha do Araguaia e sobre as pinturas gravuras rupestres, porém é notório a necessidade de mais trabalhos de pesquisas investigativas no intuito de ampliar ou totalizar o reconhecimento, sobretudo o social, sobre os fatos que ainda estão ocultos dentro do valor histórico e cultural que abrange a região.

2.1.3 Comunidade de Itaipavas

A comunidade de Itaipavas faz parte do município de Piçarra, cerca de 45 km da sede do município, que está localizada nas coordenadas geográficas 6°26'35.6"S 48°51'46.5"W no sudeste do estado do Pará (Figura 2). Em Piçarra não há lojas de pesca e a pescaria é feita em Vila Itaipavas. Nesta localidade tem uma estrutura hoteleira que foi construída e é administrada pela prefeitura para a prática da pesca esportiva.

A população do município de Piçarra é estimada de 12.697 pessoas segundo último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE que não disponibilizou a área do município. O atual gestor é o excelentíssimo senhor Wagner Costa Machado, seu mandato teve início no ano de 2013, com reeleição em 2016, portanto findará em 2020. O portal IBGE traz no quadro História & Fotos:

“A primeira denominação do atual Município de Piçarra foi Cruzelândia e se constituía num vilarejo, que evoluiu com o crescimento de São Geraldo do Araguaia. Piçarra surgiu quando, em 1978, o Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), iniciou a estrada de São Geraldo do Araguaia à Itaipava, em um percurso de 90 km. Em decorrência da grande distância tornou-se necessária a montagem de um acampamento para alojar a equipe e guardar do maquinário. Em seguida decidiu-se por dividir a distância ao meio e montar o acampamento no km 45, que, coincidentemente, seria em cima de uma cascalheira. Por ser uma região totalmente de mata, o BEC mantinha em sua equipe profissionais da área de saúde (médicos e dentistas), que atendiam as pessoas que necessitavam de cuidados médicos e que na época eram conhecidas como 'sobra de terra'. Como consequência dos atendimentos médicos realizados na região, pois havia muita malária e tifo⁴, muitas pessoas se aproximaram e, por conseguinte passaram a montar barracos junto ao acampamento da Piçarreira, como era conhecido o lugar, originando dessa maneira o pequeno povoado e, sucessivamente sua nomenclatura atual, Piçarra. O município de Piçarra foi criado através da Lei nº 5.934, de 29 de dezembro de 1995, sancionada pelo governador Almir Gabriel, desmembrado do Município de São Geraldo do Araguaia. A instalação deu-se no dia 01 de janeiro de 1977, com a posse do primeiro prefeito, sr. Milton Pereira de Freitas”. Informações adaptadas de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/picarra/historico>.

A vila Itaipavas está localizada nas coordenadas geográficas 6°46'28.5"S 48°58'26.7"W, a mesma é o núcleo populacional do que é conhecido como a microrregião da Itaipavas no município de Piçarra (Figura 2; Figura 4). Esse nome dá-se pelo rio Itaipavas que está inserido nessa região e é um dos afluentes do rio Araguaia no qual desagua a jusante da vila. Com características de águas mais abranquiçadas que pode ser pela grande quantidade de resíduos sólidos em sua superfície, principalmente cálcio (MUNTZ, 1978), esse rio aparenta ter

⁴ **Tifo** é um grupo de doenças infectocontagiosas que inclui o **tifo** epidêmico, **tifo** scrub e **tifo** murino. Os sintomas mais comuns são febre, dores de cabeça e exantema. Geralmente os sintomas têm início de uma a duas semanas após a infecção.

águas lamacentas ou sujas, porém isso é característica natural dos rios amazônicos. A vila pode ser considerada de difícil acesso, característica típica das comunidades tradicionais brasileiras (VIANNA, 2003), esse fator é explícito por algumas famílias de pescadores da vila residirem nas diversas ilhas do rio Araguaia que compõem a microrregião.

Figura 4. Portal na entrada da comunidade de Itaipavas



Fonte: Cristiane Vieira da Cunha em 2018.

O referencial da microrregião de Itaipavas são os diversos pedrais encontrados no rio Araguaia (Figura 5) que geram corredeiras e, naturalmente, tornam-se habitats naturais e berçários para reprodução de diversas espécies de peixes (AKAMA, 2017), dentre eles o tucunaré (*Cichla. ssp*) e o jaú (*Zungaru zungaru*), ambos alvos do Torneio de Pesca Esportiva de Piçarra (Torpep), inclusive registra-se uma espécie popularmente conhecida como Piau Flamengo (*Leporinus affinis*), essa é uma das espécies endêmicas da Bacia do rio Araguaia destacadas por Zacarkim (2012). O Torpep é o evento de maior destaque social da microrregião da Itaipavas, haja vista que é organizado por várias prefeituras e empresários da região sudeste paraense por se tratar de um movimento turístico e ser reconhecido como o maior torneio de pesca esportiva do Norte do Brasil. O torneio emprega pessoas da comunidade local e de outros municípios, é realizado na modalidade “Pesque e solte”. Durante o dia com a pesca do tucunaré e a noite a pesca do jaú.

Figura 5. Corredeiras localizadas no rio Araguaia na região de Itaipavas, Piçarra, Pará, Brasil.



Fonte: Cristiane Vieira da Cunha em 2018.

2.2 Metodologia 1: Análise do processo de ensino-aprendizagem no Curso de Educação do Campo

Para a compreensão de como se deu o processo de ensino-aprendizagem no curso de Educação do Campo da Unifesspa, houve busca das informações sobre a criação do curso e seus aspectos históricos e políticos, bem como a coleta de dados quantitativos do curso na secretaria da Faculdade de Educação do Campo (Fecampo), essa fase da pesquisa se deu durante os meses de janeiro e fevereiro do ano de 2020.

As informações solicitadas na secretaria da Fecampo foram no sentido de compreender quais os estados e municípios são atendidos pelo curso, quantidade de discentes atendidos do ano de 2009 até 2019 e status dos mesmos. Os dados foram disponibilizados pelo Centro de Registro e Controle Acadêmico - CRCA da Unifesspa em um único documento em formato de PDF e devido à necessidade de sistematizar e tabular as informações, foi solicitado um documento com os dados no programa Excel.

No entanto, notou-se que algumas matrículas estavam duplicadas, então foi solicitado uma correção nos dados e disponibilidade em documento que pudesse ser tabulado em Excel.

Este material foi sistematizado e analisado de forma quantitativa e qualitativa na busca de compreender elementos que possibilitam a existência do curso e a atuação dos discentes desde a inserção, permanência, conclusão e atuação profissional. Bem como análise da estrutura do curso no sentido de incentivar a inserção nas mais diversas práticas de ensino, pesquisa e extensão de forma interdisciplinar, que resultou na atuação junto aos pescadores do rio Araguaia.

2.3 Metodologia 2: Registo das práticas de pesca de pequena escala e esportiva

2.3.1 Sistema de pesca de pequena escala

A etnografia teve grande importância no desenvolvimento desta pesquisa, pois a pesquisa etnográfica, como instrumento da pesquisa-ação, torna-se de fundamental importância para uma harmoniosa⁵ relação entre pesquisadores e pesquisados (VIANNA, 2003). Entra em destaque o fato de que foram organizadas entrevistas gravadas e semiestruturadas, e durante o desenvolvimento da pesquisa houve permanência nas comunidades e convivência com os grupos de pescadores de Santa Cruz e da sede de São Geraldo do Araguaia.

Para a realização das entrevistas, que tinha como foco ter acesso a pescadores experientes na região que pudessem participar do programa de monitoramento da pesca, usamos a metodologia conhecida como Bola de Neve (Snowball). Goodman em 1961 *apud* Baldin; Munhoz, (2011) discorrem que nesta metodologia “encontramos as sementes”, que são os primeiros sujeitos abordados, que precisam ter vínculo com a localidade e conhecimento de causa das práticas ali realizadas, os demais sujeitos que são indicados pelos primeiros, são considerados os “filhos das sementes”. Esta metodologia de abordagem de pesquisa é questionada em por alguns autores, porém sua escolha nesse recorte foi uma decisão conjunta e os resultados indicam que foi vantajoso a escolha.

De forma adicional também realizamos duas reuniões na sede da Colônia dos Pescadores Z-89 para apresentar o Propesca, seus objetivos e saber quem poderia participar como voluntário no fornecimento dos dados da produção pesqueira (Figura 6).

⁵ A harmonia trazida pela autoria nesse momento traz o sentido de compreensão da realidade dos sujeitos, obviamente não significa dizer que não houveram entraves no decorrer da pesquisa.

Figura 6. Reunião de apresentação do Propesca realizada na sede da Colônia de Pescadores Z-89, São Geraldo do Araguaia, Pará, Brasil. **a.** 13 de janeiro de 2019; **b.** 10 de fevereiro de 2019.



Fonte: **a.** Priscila Kellen Alves de Lima; **b.** Rayssa Mascarenha. 2019.

Na sede de São Geraldo do Araguaia participaram 14 pescadores no período de março a outubro do ano de 2019 que anotaram voluntariamente suas produções de pesca. Os pescadores anotaram suas produções de pesca no modelo de auto monitoramento conforme

proposto por Cunha (2020), utilizando uma ficha de desembarque (Anexo 2)⁶. Visitas para recolher as fichas ou ajudar aqueles que não conseguiam preencher, eram realizadas a cada 15 ou 30 dias, a depender das condições de acesso a residência dos pescadores e dos acordos de visitas que eram combinados com os participantes.

Figura 7. Coleta das fichas com seu Juscelino e dona Divina em São Geraldo do Araguaia, Pará, Brasil.



Fonte: Osmar Cidil Batista Valverde em 2019.

Na comunidade de Santa Cruz, no entanto, o relacionamento pescadores-pesquisadores, já tinha sido estabelecido desde 2015, quando da realização da primeira etapa do Propesca. Portanto os pescadores já conheciam a metodologia do monitoramento da pesca, mesmo assim foi realizada uma reunião para apresentação da segunda etapa do programa e consultar a comunidade sobre o interesse de participação na segunda etapa que seria coordenada pela Embrapa. Esta reunião aconteceu no dia 11 de fevereiro de 2019.

Na comunidade de Santa Cruz participaram 7 pescadores que anotaram diariamente suas produções de pesca no modelo de auto monitoramento entre os meses de março a outubro de 2019. Visitas para recolher as fichas, ou, ajudar aqueles que não conseguiam preencher, eram realizadas a cada 30 ou 60 dias, a depender das condições de acesso para a comunidade. Neste período os pescadores também contaram com o acompanhamento da monitora de pesca local, que também fez parte do Propesca. Adicionalmente foi realizada uma oficina de cartografia dos pesqueiros utilizados pelos pescadores desta comunidade dividida em duas etapas: a primeira aconteceu nos dias 11 a 16 de fevereiro de 2019, e um segundo momento nos dias 28 a 30 de junho de 2019.

Na construção do mapa participaram os moradores da comunidade que desenharam o rio, os locais de pesca e as demais informações sobre o território (Figura 8.a). Na segunda etapa

⁶ O anexo 2 representa o modelo geral de ficha que é frequentemente alterado para adaptação as diversas realidades e mudanças na dinâmica pesqueira.

os moradores corrigiram ou complementaram as informações e as crianças pintaram o mural em tamanho gigante expondo os ambientes de pesca, modalidades de pesca, locais de desova de quelônios e os locais onde ocorriam conflitos de natureza diversas relacionadas ao uso do território. O material encontra-se em processo de finalização no laboratório da Cartografia Social da Amazônia da Unifesspa.

Figura 8. Momentos de construção da cartografia do território de pesca utilizado pelos pescadores de Santa Cruz na Área de Proteção Ambiental Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Pará. **a.** Primeira Oficina de Cartografia realizada entre os dias 11 a 16 de fevereiro de 2019 na comunidade de Santa Cruz; **b e c.** Segunda Oficina de cartografia realizada entre os dias 28 a 30 de junho de 2019 na comunidade de Santa Cruz; **d.** Momento de discussão do mapa com os pescadores de Santa Cruz e São Geraldo realizada no dia 30 de junho de 2019 na sede da colônia dos pescadores em São Geraldo do Araguaia.



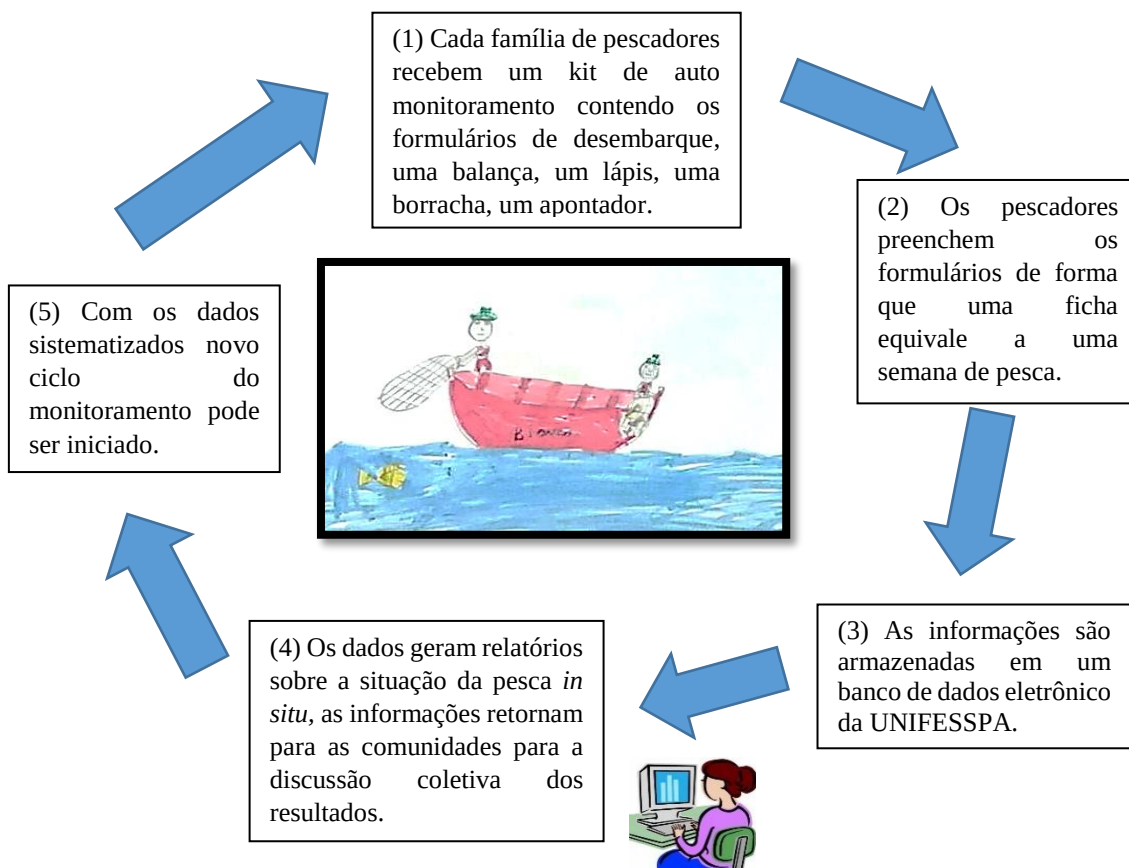
Fonte: a. Rayssa Mascarenha; b e c. Priscila Kellen Alves de Lima; d. Osmar Cidil Batista Valverde. 2019.

Para obter as informações sistematizadas sobre a produção pesqueira de pequena escala entre os pescadores de Santa Cruz e São Geraldo do Araguaia foi realizado o monitoramento participativo da pesca, que teve como embasamento o modelo de Monitoramento Adaptativo da Pesca proposto por Cunha (2020).

O modelo de Monitoramento Adaptativo da Pesca em sistemas pesqueiros complexos, não pode ser entendido como uma metodologia que estuda aspectos isolados, mas deve caminhar junto com os princípios teóricos da ciência cidadã, participativa e colaborativa onde todos os envolvidos na cadeia produtiva da pesca devam participar de forma equiparada como parceiros e colaboradores para refletir, propor e resolver problemas comuns nas áreas sociais, econômica e ecológica, além de ser capaz de analisar o capital social disponível para a implantação de ações de cogerenciamento dos sistemas socioecológicos locais (CUNHA, 2020).

A (Figura 9) tem como objetivo ilustrar cinco passos principais da metodologia aplicada para o monitoramento da pesca com os pescadores de Santa Cruz e da sede São Geraldo do Araguaia.

Figura 9. Esquema metodológico das etapas do monitoramento participativo da pesca realizado em São Geraldo do Araguaia, Pará, Brasil.



Fonte: Modificado de Cunha (2020)

2.3.2 Sistema de pesca esportiva

No primeiro momento houve a busca de referências bibliográficas e relatórios sobre a pesca na região, dentre esses os relatórios e regulamentos do Torpep disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Piçarra, além de artigos sobre assuntos pontuais relativos a pesca, em buscar no Google Acadêmico, SciELO⁷, acervo bibliográfico do Núcleo de Educação Ambiental (NEAm) e Unifesspa.

⁷ A Scientific Electronic Library Online - SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. A SciELO é o resultado de um projeto de pesquisa da [FAPESP](#) - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a [BIREME](#) - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. A partir de 2002, o Projeto conta com o apoio do [CNPq](#) - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O segundo momento pode ser compreendido como pesquisa de campo. A pesquisa de campo na comunidade de Itaipavas ocorreu durante a edição XXI Torpep, nos dias 29 de junho a 01 de julho de 2018. Esta etapa de campo contou com o apoio logístico da Prefeitura Municipal de Piçarra para o deslocamento dos pesquisadores, com o fornecimento de combustível e alimentação. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: roteiro de observação (Apêndice 2), formulários de entrevistas (Apêndice 1), conversas direcionadas com organizadores do Torpep, comissões organizadora e participantes. Foram realizadas observações das equipes de fiscalização dos barcos dos competidores e acompanhamento de fiscalização no rio, bem como demarcado em GPS os pesqueiros utilizados pelos competidores.

Foram realizadas entrevistas com equipes de pescadores esportivos (n=21), além das entrevistas houve o acompanhamento e registros nos locais de pesca do torneio juntamente a equipe de fiscalização (Figura 10). As entrevistas com os pescadores esportivos abordaram questões tais como: características dos competidores; perfil socioeconômico; pesca e etnoconhecimento das espécies alvos do torneio: jaú (*Zungaro zungaro*), espécie ocorrente na Amazônia (ALVES, 2014) e tucunaré (*Cichla ssp.*), que são as espécies alvos dos pescadores esportivos do Torpep.

Figura 10. Registros realizados durante o acompanhamento do XXI Torneio de Pesca Esportiva de Piçarra em 29 de junho a 01 de julho de 2018. Itaipavas, Piçarra, Pará, Brasil.



Fonte: Cristiane Viera da Cunha em 2018.

O segundo momento foi realizado a oficina de diagnóstico de pesca artesanal com os principais pescadores artesanais da localidade (n=07), em forma de roda de conversas (**Erro! fonte de referência não encontrada.**). A oficina de diagnostico com os pescadores locais teve a seguinte questão guia: “Quais os principais problemas que o setor pesqueiro enfrenta?”

Figura 11: Roda de conversa realizada com pescadores de pequena escala da comunidade de Itaipavas, Piçarra, Pará, Brasil.



Fonte: Osmar Cidil Batista Valverde em 2018.

A última etapa da pesquisa consistiu na sistematização e análise dos dados secundários e primários com a produção de banco de dados, como tabelas e quadros qualitativos e quantitativos. Para alcançarmos os resultados desejados usamos o programa de computador *Excel* para planilhar as informações e assim poder sistematizar de maneira em que os dados pudessem ser contabilizados e sistematizados com maior precisão.

Ademais, usamos a disponibilidade dos dados sistematizados no Laboratório de Cartografia Social da Amazônia - Unifesspa, o resultado final foi a construção do mapa de pesca no rio Araguaia junto com os comunitários da vila Santa Cruz dos Martírios. O mapa com as considerações técnicas possibilitou maior compreensão geográfica da área, além de sistematização das experiências dos comunitários no qual foram relatados os nomes populares de cada ponto mapeado.

CAPITULO 2

PRÁTICAS DE ENSINO, APRENDIZAGENS E PESQUISA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

OSMAR CIDIL BATISTA VALVERDE¹

¹ Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.
cidilvalverde@unifesspa.edu.br

RESUMO

Este ensaio aborda aspectos das dinâmicas de ensino, aprendizagens e pesquisa ofertado pela Faculdade de Educação do Campo (Fecampo)/Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). As abordagens dessa pesquisa buscam reflexões desde o desenvolvimento e modelo de ensino ofertado em um plano nacional de inserção do curso, até a criação e desenvolvimento do mesmo no campus universitário de Marabá-PA. Foram analisados dados sobre o ingresso de alunos no curso de Educação do Campo da Unifesspa no período de 2009 a 2019 e realizada a reflexão sobre o modelo de ensino, pesquisa e extensão adotado na Fecampo/Unifesspa. O curso de Educação do Campo da Unifesspa, que atualmente conta com 327 discentes ativos, é estruturado de forma interdisciplinar e tem como base a pesquisa como princípio educativo. Os programas de ensino, pesquisa e extensão promovidos no âmbito do desenvolvimento do curso favorecem aos discentes, maior capacidade de interpretação da realidade e problemáticas vivenciadas nas comunidades do campo. De forma específica destaco a minha inserção em projetos de pesquisa e extensão que foram propiciados durante minha formação acadêmica no curso de Educação do Campo, a qual realizei ações em diferentes tempos e espaços com pescadores e pescadoras no rio Araguaia, o que possibilitou uma interação com os sujeitos e promoveu uma rica oportunidade de aprendizado durante o desenvolvimento do curso.

Palavras chave: interdisciplinaridade, ensino-aprendizagem, pesquisa participativa, educação popular.

1. INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é entendida como um fenômeno das realidades brasileiras fundamentado com as práticas/projeto/política de educação cujo sujeitos são as/os trabalhadoras/os camponeses/as (CALDART et al., 2012), porém ressalta-se que os fenômenos da atualidade estão tendo cada vez menos tempo e ascensão, tornando-se passageiros, isso sugere que a Educação do Campo como uma prática social sempre esteve presente no âmbito das populações, porém como política educacional passa por um processo de desmonte. A ideia é que a Educação do Campo possa chegar e permanecer na realidade, dando subsídio para melhorias sociais.

A criação do Curso de Educação do Campo no Brasil dá-se no ano de 2003 através das ações do Ministério da Educação-MEC, diante da política nacional da educação do campo, essa é fortemente marcada pela instigação incessante dos movimentos sociais (UNIFESSPA, 2019). Essa política educacional vinha sendo formulada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-SECAD, extinta no ano de 2020 pela nova gestão do Governo Federal do presidente Jair Messias Bolsonaro. Dentre as ações de formação da política educacional está a criação do Programa Saberes da Terra com o intuito de garantir a educação de jovens e adultos do campo pela rede pública; Plano Nacional de Formação de Profissionais da Educação do Campo (UNIFESSPA, 2019).

No ano de 2006, representantes do MEC se reuniram com representantes de Instituições Federais de Ensino Superior-(IFES): Universidade Federal do Pará-(UFPA); Universidade Federal da Bahia-(UFBA); Universidade Federal de Campina Grande-(UFCG); Universidade Federal de Sergipe-(UFS); Universidade de Brasília-(UNB); Universidade Federal de Minas Gerais-(UFMG) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná-(UTFPR) que já tinham envolvimento na formação de educadores do campo para construção da graduação em Licenciatura Plena em Educação do Campo (UNIFESSPA, 2019).

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-(UNIFESSPA), no entanto, foi criada por desmembramento da Universidade Federal do Pará-(UFPA) através da lei nº12.824 de 05 de junho do ano de 2013 (UNIFESSPA, 2014). A Unifesspa tem como foco central a ministração de ensino superior, o desenvolvimento de pesquisas nas mais diversas áreas de conhecimento e a promoção da extensão universitária, de igual modo o Curso de Educação do Campo busca, reproduzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia (UNIFESSPA, 2019).

A construção do percurso formativo do graduando em Educação do Campo dá-se a partir da alternância pedagógica e da pesquisa como princípio educativo, nesse sentido, a concordar com o Projeto Político do curso, adota-se como princípio pedagógico e étnico:

[...] a formação contextualizada; a realidade e as experiências das comunidades do campo como objeto de estudo e fonte de conhecimentos; a pesquisa como princípio educativo; a indissociabilidade teoria-prática; o planejamento e ação formativa integrada entre as áreas de conhecimento (interdisciplinaridade); os educandos como sujeitos do conhecimento; e a produção acadêmica para a transformação da realidade (UNIFESSPA, 2019. p 25).

Ao adotar tais princípios educativos objetiva-se uma formação diferenciada dos moldes habituais, no sentido de garantir a formação de sujeitos considerando os conhecimentos

locais. Para tanto, o curso, inserido em sua formulação na política nacional de educação do campo, traz como objetivo o reconhecimento da diversidade das populações rurais brasileiras (BRASIL. SECADI, 2012), a formação de educadores e educadoras para atuação profissional específica junto as populações que trabalham e vivem no, e do campo, conforme descrição no Art.1º do Projeto Político do Curso (UNIFESSPA, 2019), visando superar o histórico de baixos índices de atendimento da educação básica⁸ nas localidades camponesas, este é caracterizado pela precariedade e/ou ausência da oferta de todos os níveis da educação (TAFFAREL; MUNARIM, 2015). Sendo que, a partir dos estudos, projetos, pesquisas realizadas ao longo do período da graduação e socialização pelos discentes, detecta-se os fatores potenciais à investigação sobre o atendimento da educação básica.

As ações de fechamento de escolas do campo, empregadas nos últimos anos, pelo poder público, mostram-se contrária aos princípios legais (TAFFAREL; MUNARIM, 2015), nesse sentido, o ideal deste modelo de graduação é propiciar um trabalho constante do educando com suas localidades no sentido de mapear as problemáticas socioeducacionais, socioeconômicas, socioambientais existentes para uma melhor compreensão da realidade, de modo que os sujeitos possam ser e ter instrumentos para transformar a realidade imediata identificada (FRIGOTTO, 2009).

A oferta da educação básica nas escolas do campo requer, dentre outras ações, a formação específica inicial de professores/as, gestores/as, coordenadores/as pedagógicos para atuação nessas localidades, possibilitando assim uma reorganização do trabalho pedagógico e do currículo, em atendimento à legislação educacional (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96; Parecer nº 36, de 04 de dezembro de 2001; Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002; Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010).

Através da sua estrutura curricular, organizada em alternância de tempos e espaços formativos, as atividades curriculares do curso de Educação do Campo são realizadas no que denomina-se Tempo Espaço Universidade, que está subdividido em Núcleo Comum e Núcleos Específicos conforme descrição no Art.5º do Projeto Político do Curso (UNIFESSPA, 2019), como também no Tempo Espaço Localidade, subdividido em Núcleo de Pesquisa Socioeducacional e Núcleo de Estágio Docência; Núcleo de Atividades Livres sendo de ordens pedagógicas alternadas de tempos e espaços formativos.

⁸ Considera-se educação básica as séries iniciais de ensino. Essas dividem-se em ensino fundamental menor que abrange do 1º (primeiro) ao 5º (quinto) ano, ensino fundamental maior que abrange do 6º (sexto) ao 9º (nono), outro período é o ensino médio. Esse último, geralmente, sua oferta fica por responsabilidade dos estados.

Em outros termos, o curso oferta, de maneira geral, períodos distintos de formação no qual se alternam no decorrer do curso. O Tempo/Espaço Universidade consiste em conteúdos mais teóricos dialogando com bibliografias gerais destacadas no Projeto Político do Curso, que destaca-se desde as partes epistemológicas, trazidas nos primeiros semestres dos tempos universidades, até bibliografias mais específicas destacadas das quatro áreas de conhecimento disponíveis para acesso opcional dos discentes. Importante ressaltar que existe o esforço de fazer com que esses diálogos com autores venham sempre vinculados com exemplos práticos.

Outro período de oferta de ensino é denominado Tempo/Espaço Comunidade. Nesse momento o discente desenvolve planos de pesquisas direcionadas a ambientes de ensino, no sentido de pôr em prática as discussões teóricas apresentadas do Tempo/Espaço Universidade. Importante ressaltar que há vários momentos de orientações, desde o encaminhamento ao Tempo/Espaço Comunidade, acompanhamento do desenvolvimento dos projetos e socialização das mesmas. Os projetos de intervenções nas comunidades estão inseridos como disciplinas na grade curricular do curso e contabilizados como carga horária obrigatória para formação dos discentes.

O modelo de ensino supracitado é considerado por diversos autores como Pedagogia da Alternância ou Alternância Pedagógica. Nesse modelo são realizadas um conjunto de pesquisas socioeducacionais que visam uma intrínseca vinculação entre a formação de educadores e as escolas/comunidades (CORDEIRO; DA SILVA REIS; HAGE, 2015). Essa dinâmica busca garantir, dentre outros aspectos, o acesso a formação articulada com a permanência dos estudantes nas localidades de origem, além da valorização das características socioculturais e dos conhecimentos tradicionais a partir do reconhecimento da identidade camponesa desses sujeitos.

O/A licenciado/a em educação do campo tem formação comum nos primeiros 4 semestres do curso e posteriormente optar pela habilitação em uma das quatro áreas ofertadas, que irá dedicar-se durante os 4 semestres finais do curso, sendo essas: Ciências Humanas e Sociais (CHS), Ciências Agrárias e da Natureza (CAN), Letras e Linguagens (LL) e Matemática (MAT), conforme preconizam as diretrizes curriculares nacionais da educação básica (UNIFESSPA, 2019); (BRASIL. MEC. SEB. DICEI, 2013).

Esse modelo de formação tem como disciplinas de referência a Geografia, História e Sociologia, no caso da área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais; Física, Química e Biologia, para as Ciências Agrárias e da Natureza; Português, Literatura e Redação, para as Letras e Linguagens e Matemática para área de Matemática (UNIFESSPA, 2019). Almeja-se assim que os educandos estejam habilitados a trabalhar os conteúdos e construir currículos que

atendam às necessidades básicas de ensino do 3º e 4º ciclo do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e o Ensino Médio, como postula no Projeto Pedagógico do Curso (UNIFESSPA, 2019).

Além das disciplinas de formação docente ofertadas no curso e em outras atividades que não se desassociam da formação dos sujeitos, é fomentado a formação através da pedagogia Freiriana de ensino, ou seja, as escolas ou quaisquer ambientes formativos, precisam desenvolver práticas que estimulem a autonomia dos sujeitos, contrapondo ao modelo de educação bancária a partir do reconhecimento da identidade tradicional camponesa (FREIRE, 1996). Essa autonomia desenvolve-se a partir da possibilidade de uma leitura de mundo não etnocêntrica, no que se desassocia de uma leitura de palavras, simplesmente (FREIRE, 1987). Portanto as oportunidades de ingresso em grupos de pesquisa sobre as populações tradicionais da Amazônia é uma oportunidade de aprendizado durante o desenvolvimento do curso.

Portanto este trabalho tem como objetivo refletir sobre como a estrutura pedagógica do curso de Educação do Campo, que é ofertado pela Unifesspa, que tem como base a pesquisa como princípio educativo e o ensino interdisciplinar, proporcionou processos de ensino-aprendizagem que garantiram maior capacidade de interpretação da realidade e problemáticas vivenciadas por pescadores e pescadoras no rio Araguaia.

A sessão 2 apresento como está estruturado o curso de Educação do Campo da Unifesspa. A sessão 3 destaca a minha inserção em projetos de pesquisa e extensão que foram propiciados durante minha formação acadêmica no curso de educação do campo. Na sessão 4 apresento os principais apontamentos do trabalho e finalizo com as considerações finais na sessão 5.

2. LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA UNIFESSPA

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo ofertado pela Faculdade de Educação do Campo (Fecampo), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) Marabá-PA, o mesmo é ofertado desde o ano de 2009, quando o campus local ainda era vinculado a Universidade Federal do Pará (UFPA).

No final do ano de 2013, através do edital do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO/MEC) que ofertava quinze vagas, o corpo docente do curso foi reforçado, além de três vagas para técnicos administrativos e pedagógicos (UNIFESSPA, 2014). No ano de 2020 o curso conta com um quantitativo de vinte e cinco docentes efetivos e um substituto, totalizando vinte e seis docentes atuantes. Ademais,

a equipe técnica da faculdade é composta por um técnico assistente em assuntos estudantis e duas técnicas assistentes administrativas (FECAMPO, 2020).

A modalidade de ingresso para os discentes do Curso de Educação do Campo dá-se por meio do Processo Seletivo Especial (PSE), no qual a primeira fase consiste na prova escrita sobre conhecimentos gerais e a segunda em entrevistas presenciais com os classificados da prova escrita. O PSE é coordenado pela Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PROEG) e pela Faculdade de Educação do Campo (FECAMPO) (UNIFESSPA, 2019).

A abrangência do curso alcança 03 estados diferentes (Pará, Maranhão e Tocantins)⁹ e envolve vários municípios desses estados. No estado do Pará foram identificados 43 municípios atendidos, no Tocantins foram identificados 06 e no Maranhão também 06 municípios.

O Pará, em específico Marabá, por sediar o campus da Unifesspa no qual a Faculdade de Educação do Campo está localizada, é o estado com maior quantidade de municípios atendidos, dentre esses destaca-se o próprio município de Marabá com 29,55% o que equivale a (n=190) discentes, São João do Araguaia (n=97) com 15,09%, São Domingos do Araguaia (n=63) com 9,80%, Belém (n=39) com 6,07%. Muitos municípios só têm 1 discente atendido, nesse sentido (n=31) municípios com menos de (=10) discentes foram somados e apresentados como outros na Tabela 1 (pg. 39), esses equivalem a 12,44% do atendimento (n=80) discentes.

O estado do Pará é geograficamente muito grande, há, porém, discentes que precisam se deslocar distâncias significativas até chegar em Marabá nos períodos, como é o caso dos municípios de Santa Maria das Barreiras e Senador José Porfírio que considerando a dificuldade de acesso, os discentes demoram entre 10:00 e 12:00 horas de deslocamento. Do mesmo modo, alguns docentes do curso se desafiam em acessar essas localidades para orientações dos Tempos/Espaços Comunidades.

A região Norte é marcada por quatro períodos de águas bem marcantes, as enchentes, cheias, vazantes e secas, porém em concordância com Begossi et al. (2004), é importante destacar o período das cheias e a secas, que são os mais definidos. Para esses discentes, no entanto, o período de cheias compreendido como o inverno amazônico, significa maiores dificuldades de deslocamento considerando que as condições das vias se tornam, em muitos casos, críticas. No município de Senador José Porfírio, que por sinal é uma das regiões mais distantes em que há representação discente, há relatos que as viagens duraram mais de 27:00 horas no período do inverno amazônico por causa das péssimas condições das estradas.

⁹ Os dados sobre Estados e Municípios que o curso atende foram solicitados via e-mail institucional e estão disponíveis na secretaria da Faculdade de Educação do Campo.

O estado do Maranhão é o segundo maior contemplado pelo curso com 6 municípios e 16 discentes sendo que a o município de Açailândia é o que tem maior registro de discentes (n=8) o que equivale a 50%, São Luiz do Maranhão dá sequência a lista (n=4) o que equivale a 25% e finaliza com os municípios de Alto Alegre do Pindaré, São Francisco do Brejão, Santa Luzia e Governador Newton Bello com 1 discente atendido cada. Esses municípios individualmente equivalem a 6,25% do atendimento.

O estado do Tocantins é o menor contemplado em atendimento pelo curso em quantidade de discentes. São 7 discentes distribuídos em 6 municípios, sendo que Esperantina é o único que atende 2 discentes, representando 28,57% do atendimento. Finalmente compila-se os municípios de Sítio Novo do Tocantins, Axixá do Tocantins, Araguatins, Abreulândia e Augustinópolis com 1 discente atendido cada. Esses municípios individualmente equivalem a 14,29% do atendimento.

Grande parte dos educandos são residentes em áreas de acampamentos e assentamentos da reforma agrária, terras indígenas, quilombos, comunidades ribeirinhas, vilas rurais, dentre outras comunidades camponesas. A atuação dos educandos ao longo e após o período formativo do curso dá-se por meio de realização de pesquisas e projetos de interação/intervenção nos mais diversos ambientes educacionais localizados em seus respectivos municípios no sentido de valorizar a diversidade cultural, costumes, sistemas culturais, trabalho, produção, culinária, ritos, religiosidades (CALDART et al., 2012) dentre outros aspectos de identidade desses povos. Outro aspecto a ressaltar é a situação atual dos discentes ao longo de todo o período formativo do curso. Como retrata o Quadro 1, existe uma discrepância muito grande entre a quantidade de egressos e a quantidade de cancelados, por exemplo.

Quadro 1. Descrição dos discentes do curso de Educação do Campo por períodos, quantidade de ingressantes, egressos/concluídos, cancelados e ativos. Período 2009 a 2019.

ANO	INGRESSANTES	EGRESSOS/ CONCLUÍDOS	CANCELADOS	ATIVOS
2009	30	11	19	0
2010	33	21	12	0
2011	40	28	12	0
2013	48	17	22	9
2014	99	25	46	28
2015	119	13	49	57
2016	117	0	43	74
2017	56	0	18	38
2018	64	0	3	61

2019	60	0	0	60
TOTAL	666	115	224	327

Fonte: Faculdade de Educação do Campo. Dados coletados em 2020.

A interpretação dos status dos discentes, ou seja, os ativos que representam 49,10% (n=327), significam que estão cursando e aptos a concluir o curso em tempo hábil. Cancelados são os que perderam vínculo sem conclusão do curso em jubramento, esses são 33,63% (n=224). Os egressos são os que conseguiram conclusão em tempo hábil, esses representam 23,6%; os trancados são as situações em que o próprio discente opta por congelamento da matrícula em um período, esses são 17,11%, (n=114).

Segundo informações da secretaria da faculdade, a interpretação nas avaliações do Ministério da Educação (MEC), não faz distinção entre matrículas canceladas e trancadas, nesse sentido os números são ainda mais discrepantes, pois são todas consideradas como evasão, nesse caso mais de 50% dos discentes.

Esses números estão em constante atualizações pelo processo formativo do curso, logo, esses dados consideram desde o ano de 2009, no qual houve início do curso na Unifesspa, até o período 2020.1. Nesse último período estão contabilizados 213 discentes com status de matriculados e ativos e 114 trancados e ativos. Em linhas gerais, esses são os discentes que possuem perspectivas de terminar o curso em tempo hábil, porém os trancados precisam reabilitar suas matrículas dentro das expectativas de tempo de conclusão, que é o período da graduação, sendo mais 50%, de acordo com o regulamento da graduação proposto pela Unifesspa.

Colocamos uma ressalva para a vulnerabilidade socioeconômica dos discentes, principalmente dos que trancaram algum período do curso, geralmente essa prática ocorre por aquisição de recursos financeiros. Os números indicam que nos casos de trancamento a possibilidade dos discentes retomarem o curso são remotas devido as diversas complicações que os graduandos enfrentam durante o percurso formativo.

É importante considerar que o curso, mesmo com atendimento em vários municípios, não lhes é disponível recursos e ferramentas para atender as demandas dos estudantes e dos demais povos inseridos nessas diversas localidades, nesse sentido, as pesquisas socioeducacionais que fazem parte da política do curso, tende a mitigar essa lacuna de compreensão de realidades. Doravante, este trabalho trata das atividades de uma pesquisa desenvolvida em paralelo ao percurso formativo do curso.

3. PRIMEIRAS AÇÕES EM PROJETO DE PESQUISA

Os três eixos principais das ações educacionais na Unifesspa estão interligados entre Ensino, Pesquisa e Extensão (UNIFESSPA, 2019), doravante, discute-se nesse trabalho uma linha de discussões mais específicas sobre a pesquisa e extensão. Destaca-se, no entanto, as experiências, enquanto discente, de pesquisas com pescadores profissionais e esportivos no rio Araguaia, bem como a apresentação do programa/projeto específico que proporcionou as primeiras ações de pesquisas.

O Curso de Educação do Campo, assim como os demais cursos da Unifesspa, disponibiliza programas de Ensino, Pesquisa e Extensão para que os discentes, através de processo seletivo, desenvolvam ações em pesquisa e extensão. O objetivo é despertar o interesse de discentes em desenvolver pesquisas que possam identificar, sobretudo, problemas sociais, socioambientais, socioeconômicos, dentre outros, e desenvolver propostas de intervenção para atender as especificidades de cada linha de pesquisa apresentada.

As primeiras atuações como bolsista do Programa Institucional de Bolsas e Extensão-PIBEX, no mês de fevereiro do ano de 2016, possibilitaram os primeiros contatos com pescadores nas comunidades de Santa Cruz e Ilha de Campo, ambas na cidade de São Geraldo do Araguaia-PA. O “Programa de Sustentabilidade do Uso dos Recursos Naturais: Monitoramento e Gestão Participativa de Ecossistemas Aquáticos em Comunidades Ribeirinhas na Porção Média da Bacia Araguaia-Tocantins, Amazônia, Brasil- Propesca” dispunha de uma bolsa no valor de R\$400,00 mensais, porém esse ano foi marcado por desmontes no governo federal com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, seguido de cortes em verbas públicas. O impacto disso é que o programa de incentivo à pesquisa e extensão não conseguiu mais apoiar financeiramente todos os projetos a ele vinculados e o Propesca, a partir disso, perdeu apoio.

Apesar dos acontecimentos antepostos, o monitoramento continuou com suas ações através de parcerias com outros órgãos que apoiaram na logística das atividades, como o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (Ideflor-Bio) - Gerência do Araguaia, que disponibilizou transporte para as comunidades ribeirinhas de Santa Cruz e Ilha de Campo no qual, geralmente, o acesso a essas comunidades dá-se pelo rio Araguaia no período do inverno amazônico e por estradas de terras no verão amazônico.

Além do apoio de outros órgãos, o programa precisou de alguns voluntários para se manter, partindo desse pressuposto, e por continuar o interesse em conhecer outras realidades, as ações como monitor continuaram de forma voluntária. As dificuldades aumentaram por conta

das questões financeiras, por isso as atividades de campo passaram a ser pontuais e com isso a participação precisava estar alinhada a um agendamento com antecedência das atividades, porque dependia de montar uma programação em busca de logística para deslocamento, alojamento e alimentação com o apoio do Ideflor-Bio, ressalta-se que em alguns casos esses custos foram pessoais. Imprevistos ou atividades repentinas que surgiram e dependiam de acompanhamento em campo, geralmente não contava com a participação de voluntários que estavam nessa dinâmica anteposta.

Em 2018, o programa, por meio de uma articulação institucional passou a ter apoio da Embrapa Pesca e Aquicultura, com recursos do Fundo Amazônia, sendo assim, em 2019, passei novamente a ter acesso a uma bolsa de pesquisa no mesmo valor anterior. O programa passou a ser chamado de “Programa Monitoramento e Gestão Participativa da Pesca Artesanal como Instrumento de Desenvolvimento Sustentável em Comunidades da Região Amazônica (TO/PA/RR) - Propesca”.

O contato com os pescadores de pequena escala através do programa e pescadores esportivos do torneio de pesca, trouxe-nos uma gama de reflexões partindo das experiências pessoais no que diz respeito a dura realidade de lutas diárias que os sujeitos enfrentam, mas o destaque é a forma em que se adaptam para superar os desafios. O Conhecimento Ecológico Local dos pescadores de pequena escala, a experiência na atividade e a alta capacidade de adaptação a realidade tornam-se diferenciais importantes para a garantia dessa atividade milenar. Este é um assunto que será discutido com maior abordagem no capítulo seguinte.

Sobre as primeiras ações em projetos de pesquisa no meio acadêmico, destaca-se as ricas experiências em conhecer a realidade de outros sujeitos. Essa experiência, no entanto, nos trouxe a refletir sobre o quão importante são as oportunidades que as instituições públicas de ensino superior trazem aos discentes em conhecer sua própria realidade e explorá-la de forma proveitosa socialmente. Isso sugere que os investimentos em educação não podem ser minimizados pelos governantes da nação, pois a realidade de muitos sujeitos, ligados de forma direta ou indireta a educação e que estão as margens das políticas públicas, dependem desse complexo para almejar visibilidade social e melhorias na qualidade de vida.

3.1 Propesca

Os recursos pesqueiros tornam-se a principal fonte de obtenção de renda e aquisição de alimentos de ribeirinhos e ribeirinhas dos rios amazônicos (SILVA, 2006). O uso que um determinado grupo de pessoas faz sobre os potenciais ecológicos de um espaço pode ser

entendido como a produção de território, esses, ao se tratar de territórios de pesca, geralmente não são delimitados por barreiras concretas como cercas, por exemplo (DA SILVA, 2016), nesse caso a fiel discussão se daria sobre a territorialidade ou territorialização, que trazem em suas cargas de conceitos não somente o concreto ou visível, mas também e na maioria das vezes, principalmente o abstrato (HAESBAERT, 2009).

Embora haja fatores organizacionais dessa sociedade, a mesma sempre enfrentou problemáticas devido, principalmente, a superficialidade das políticas públicas para a área e ausência do reconhecimento social da atividade pesqueira em bacias hidrográficas no Brasil. Apesar do distanciamento do poder público em suprir as necessidades básicas da população, em destaque as populações camponesas, existem alguns programas/projetos que atuam nesse sentido, porém há a notória necessidade de maiores investimentos nesses, tendo em vista a demanda social que os mesmos atendem.

Atualmente o Propesca atua diretamente com pescadores e pescadoras, sobretudo nas comunidades ribeirinhas dos rios Araguaia e Tocantins no estado do Pará e Tocantins e também em Roraima. O programa busca possibilitar a formação popular de uma consciência crítica coletiva sobre a dinâmica socioambiental da pesca pautados na conservação e monitoramento da pesca, na qualidade das bacias hidrográficas e no respeito as atividades tradicionais na porção média da bacia Araguaia-Tocantins, promovendo a capacitação de professores, pescadores e lideranças comunitárias na realização da cartografia social, registro etnoecológico e monitoramento participativo de desembarque pesqueiro nas diversas comunidades alcançadas pelo programa¹⁰.

O estudo desse trabalho traz registros sobre a pesca na microregião de São Geraldo do Araguaia-PA como levantamento de banco de dados e conhecimento ecológico dos pescadores locais, ressalta-se por Zacarkim (2012) em pesquisas anteriores que há discrepância no desembarque pesqueiro em Xambioá-TO, cidade vizinha a São Geraldo do Araguaia localizada na margem tocantinense do rio Araguaia. Importante ressaltar que o Propesca também atua nessa cidade, porém com outros sujeitos na coordenação das atividades e com procedimentos metodológicos diferentes.

Metodologicamente o monitoramento é feito por ciclos e segue uma cronologia de atividades que possibilitam melhor avaliação da situação da pesca. Através do monitoramento, ou do auto monitoramento, por exemplo, há a possibilidade da formação popular de consciência

¹⁰ No Pará atua em: Marabá (comunidades Vavazão, Tacho e São Félix); Itupiranga (vila Tauiry e demais comunidades do entorno do Pedral do Lourenção); São João do Araguaia (vila Apinagés); São Geraldo do Araguaia (sede do município e comunidade de Santa Cruz)

crítica coletiva sobre a dinâmica socioambiental da pesca pautados na conservação/preservação e monitoramento da biodiversidade nas bacias hidrográficas considerando às atividades tradicionais na porção média da bacia Araguaia-Tocantins. Esse fator, além de ser uma das políticas educacionais da Unifesspa, é uma necessidade dos comunitários e comunitárias no sentido de valorização da identidade e conquista/reivindicação de direitos.

A abordagem das atividades aqui descritas possibilita uma interação com os sujeitos envolvidos nessas práticas no sentido de pesquisas nas ações do monitoramento, especificamente sobre a própria cidade de São Geraldo do Araguaia que é sede da Colônia de Pescadores Z-89, as comunidades ribeirinhas de Santa Cruz no município de São Geraldo do Araguaia e a comunidade de Itaipavas no município de Piçarra, ambas no estado do Pará.

As atividades do monitoramento da pesca são orientadas pelo Propesca e os planos de ações são desenvolvidos de forma participativas com comunidades tradicionais nos estados do Pará, Tocantins e Roraima. O programa recebe o apoio financeiro do Fundo Amazônia e é coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em parceria com a Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural (COOPTER) e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

4. OS PROCESSOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A criação da modalidade de ensino do Curso de Educação do Campo, Unifesspa, vem proporcionando a formação e capacitação de profissionais da educação que possam atuar sobre as especificidades de várias localidades, sobretudo proporcionando que trabalhadores e trabalhadoras do campo vivam com dignidade, esse é um dos fatores que torna a Educação do Campo um fenômeno (CALDART et al., 2012). O quantitativo de 115 egressos, apresentado anteriormente, pode ser compreendido como um número pouco expressivo diante da enorme demanda de profissionais da educação para atuação junto a camponeses e camponesas. Ademais, destaca-se que alguns egressos não conseguem concluir o curso por motivos diversos, entre eles as longas distâncias, dificuldade financeira e principalmente a falta de políticas públicas que possam garantir a permanência dos povos do campo na universidade. A Tabela 1 faz a descrição de quantidade de discentes e a porcentagem representante em cada município no estado do Pará que possui representação discente da Educação do Campo/Unifesspa.

Tabela 1. Distribuição de quantidade e porcentagem discentes por municípios no estado do Pará. Período 2009 a 2019.

Municípios	Quantidade de Discentes	Porcentagem
Marabá	190	29,55%
São João do Araguaia	97	15,09%
São Domingos do Araguaia	63	9,80%
Belém	39	6,07%
Itupiranga	39	6,07%
Parauapebas	36	5,60%
Jacundá	27	4,20%
Novo Repartimento	21	3,27%
Eldorado dos Carajás	20	3,11%
Bom Jesus do Tocantins	11	1,71%
Breu Branco	10	1,56%
Nova Ipixuna	10	1,56%
Outros Municípios	80	12,44%
Total	643	100,00%

Fonte: Faculdade de Educação do Campo. Dados coletados em 2020.

O estado do Maranhão, apesar de compor a Região Nordeste do Brasil, possui representação no Fórum da Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará (FRECSUPA), também possui representação da Educação do Campo/Unifesspa através dos discentes do estado que cursam a modalidade na Unifesspa, apesar de ter números menores de estudantes como representado na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2. Distribuição de quantidade e porcentagem discentes por municípios no estado do Maranhão. Período 2009 a 2019.

Municípios	Quantidade de Discentes	Porcentagem
Açailândia	8	50,00%
Alto Alegre do Pindaré	1	6,25%
Governador Newton Bello	1	6,25%
Santa Luzia	1	6,25%
São Francisco do Brejão	1	6,25%
São Luís	4	25,00%
Total	16	100,00%

Fonte: Faculdade de Educação do Campo. Dados coletados em 2020.

O Tocantins é outro estado vizinho ao Pará que também possui, apesar de ser em menores proporções, discentes atendidos pela Fecampo/Unifesspa como descrito na Tabela 3.

Tabela 3. Distribuição de quantidade e porcentagem discentes por municípios no estado do Tocantins. Período 2009 a 2019.

Municípios	Quantidade de Discentes	Porcentagem
-------------------	--------------------------------	--------------------

Esperantina	2	28,57%
Sítio Novo do Tocantins	1	14,29%
Axixá do Tocantins	1	14,29%
Araguatins	1	14,29%
Abreulândia	1	14,29%
Augustinópolis	1	14,29%
Total Geral	7	100,00%

Fonte: Faculdade de Educação do Campo. Dados coletados em 2020.

A necessidade de conteúdos contextualizados, como os que são ministrados no curso de Educação do Campo/Unifesspa, são de extrema importância para com as comunidades camponesas, sobretudo onde tem atuações de pesquisas socioantropológicas dos educandos do curso de Educação do Campo, no qual as mesmas indicam principalmente necessidade de programação de disciplinas no sentido de abranger a diversidade cultural, linguística e étnica desses povos. Estudos sobre as variações linguísticas dos povos camponeses fazem-se necessários a fim de reconhecimento das identidades camponesas.

Importante ressaltar que grande parte dos discentes já atuam em suas comunidades e buscam, através do curso, maiores capacitações profissionais, porém, destaca-se a necessidade de ampliação de atendimento do curso para que, de fato, se possa atender todas as demandas educacionais e compreensão da diversidade e realidades camponesas em concordância com as disposições da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira número 9.394/96 (BRASIL, 1988).

No contexto das escolas do campo é importante o estudo de conflitos na região Sul e Sudeste do Pará, caberia as coordenações dessas escolas, nas regiões abrangidas pelo curso de Educação do Campo/Unifesspa, a adoção de abordagens de pesquisas com disciplinas que buscam, além de recorrer bibliografias que abordem o assunto, o aprofundamento socioantropológico a fim de trazer reflexões e entender esses processos.

O estudo sobre a expansão agropecuária, impactos das usinas hidrelétricas, barragens e mineração também são expoentes de estudos para o estado do Pará. Programação das disciplinas de ciências biológicas para direcionar reflexões e entender esses processos de industrializações na Amazônia, por exemplo, fazem-se necessários a interdisciplinaridade, pois entender os conflitos históricos gerados através dos grandes empreendimentos nessa região parte como introdução para entender seus malefícios e benefícios para com os recursos naturais. Essa abordagem sugere propostas e maneiras de uso consciente dos recursos naturais, porém nota-se a necessidade de atuação das escolas com subsídio para essas pesquisas.

Akama, (2017), Mascarenhas; Ferreira; Ferreira Júnior, (2009), Latrubesse; Stevaux, (2007) trazem reflexões sobre os impactos causados pela Hidrelétrica de Tucuruí, logo, essas bibliografias fundamentam essa linha de pesquisa. A ideia é estudar sobre os recursos naturais das fontes hídricas em cada localidade, por exemplo de investigar sobre presença de espécies de peixes migratórias e reofílicas que podem sofrer alterações nos ciclos por causa das barragens e dispor de estratégias de utilização de maneira sustentável desses recursos.

O Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), atuam diretamente com reflexões sobre a indústria mineradora na Amazônia e possuem acervo sobre esses assuntos, a ideia é trazer parcerias com esses movimentos, no sentido de fomentar as discussões sobre os impactos naturais, conciliando os conteúdos com os dados levantados nas pesquisas em cada comunidade.

A segurança alimentar também é tema a ser debatido, uma vez que as comunidades camponesas, em grande parte, atuam com plantios e criação de animais para consumo próprio e venda de excedentes. A ideia é estudar, junto com esses produtores, as melhores maneiras de garantir a continuidade de produção de alimentos seguros, ou seja, produção que use o mínimo possível, ou não use, agentes químicos industrializados em sua produção, além de gerir o comércio com estudos matemáticos sobre medições de terrenos para as lavouras, gastos de produção e determinação de preços de venda.

Para tornar esses planos viáveis, é sugerido uma adaptação no calendário escolar no sentido de deslocar o período das aulas do pico do inverno amazônico, ou adotar formatos diferenciados de aula, a exemplo do Tempo Espaço Localidade, uma vez que as aulas presenciais ficam comprometidas nesse período de chuvas intensas, pois pela ausência de oferta de ensino no campo, os estudantes precisam se deslocar por longos percursos e as estradas ficam comprometidas, além dos riachos que transbordam aumentando a vulnerabilidade de quem necessita usar essas vias de deslocamento.

A inserção das propostas supracitadas aos demais conteúdos escolares, no entanto, dependem da autonomia das escolas em gerir o ensino, logo, entra em contradição com a Base Nacional Comum Curricular-BNCC. O modelo de ensino proposto nessa base não compreende, ou discute, as especificidades e diversidades étnicas, culturais, religiosas, linguísticas, dentre outras, de cada localidade, pois é um modelo vertical de ensino.

O desmonte das leis que asseguram o curso torna-se, porém, outro fator agravante na garantia dos direitos de camponeses e camponesas. A exemplo do governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, que uma de suas primeiras ações após apossado, foi a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) que discutia sobre a proposta

de política educacional inclusiva e proporcionou a criação do curso no Brasil. Foram muitas as perdas em todos os sentidos, especificamente de legislações que asseguravam a Educação do Campo. Esse processo tornou-se diário, de modo que são muitas as alterações e supressões expostas no Diário Oficial da União, nesse sentido é bastante complexo afirmar qual a seguridade da Educação do Campo em termos de legais.

Por fim, ao considerar sobre a inserção dos discentes em projetos e programas de pesquisa e extensão, tanto em formação universitária como os discentes da educação básica, é necessário garantir políticas públicas que garanta a interação/intervenção nos mais diversos ambientes educacionais no sentido de valorizar a diversidade cultural, costumes, sistemas culturais, trabalho, produção, culinária, ritos, religiosidades (CALDART et al., 2012).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ensino-aprendizagem apresentado pelo curso de Educação do Campo, que parte desde o modelo específico de ingressar por Processo Seletivo Especial (PSE), metodologia de alternância pedagógica em tempos e espaços diferentes e atuação dos profissionais da educação no campo, mostram-se de fundamental importância para compreensão e mudanças da realidade de camponeses e camponesas nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, sobretudo sobre os temas educacionais. Os autores analisados dão direção para uma modelo específico de pensamentos, ou seja, dialogam, de maneira expressiva, com as realidades dos sujeitos envolvidos no curso de Educação do Campo.

Os dados dos discentes analisados nesse trabalho indicam discrepância entre o número de ingressantes e os discentes que conseguem finalizar o curso. Sempre houve necessidade de maiores investimentos na educação, todavia, as políticas educacionais de cortes de investimentos, adotadas pelos últimos governantes federais, interferem diretamente na permanência dos discentes do curso, uma vez que os deslocamentos e despesas, principalmente nos períodos de Tempos-Espaços Universidade na cidade de Marabá, são expressivas e os estudantes não possuem subsídios governamentais para mitigar tais gastos.

As ações realizadas no Propesca propiciaram melhor interpretação sobre a realidade de camponeses e camponesas, sobretudo de pescadores e pescadoras do rio Araguaia, tanto na modalidade de pescadores esportivos, como para com os pescadores de pequena escala. Nesse sentido, os pescadores das comunidades dos municípios de São Geraldo do Araguaia e Piçarra, estão mapeados dentro de vários aspectos socioambientais, sobretudo, conflitos que serão discutidos com mais vigor no capítulo seguinte.

Em suma, nota-se o distanciamento de ações do poder público para mitigar as situações críticas identificadas nesse trabalho, sobretudo para com os públicos específicos analisados nessa pesquisa que são os estudantes do Curso de Educação do Campo que buscam melhorias para a educação de suas localidades, e pescadores e pescadoras de pequena escala que se desgastam diariamente com as atividades árduas da pesca para adquirirem sustento para seus familiares.

CAPITULO 3

PESCA E CONFLITOS NOS MUNICÍPIOS DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA E PIÇARRA, PARÁ, BRASIL.

OSMAR CIDIL BATISTA VALVERDE¹; CRISTIANE VIEIRA DA CUNHA²

¹ Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Desenvolve pesquisa com pescadores profissionais do Rio Araguaia. ² Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, Pará. E-mails: cidilvalverde@unifesspa.edu.br; crisvieira_cunha@unifesspa.edu.br

RESUMO

Este ensaio aborda aspectos da dinâmica pesqueira no rio Araguaia com destaque para os pescadores do município de Piçarra, (comunidade de Itaipavas) e do município de São Geraldo do Araguaia (comunidade de Santa Cruz e sede do município), no estado do Pará. Esta análise lança um olhar sobre a complexidade das modalidades de pesca vigente no rio Araguaia com ênfase na pesca de pequena escala e amadora ou esportiva e os constantes conflitos enfrentados com pescadores “de fora” e os pescadores esportivos, em especial com o Torneio de Pesca Esportiva de Piçarra (Torpep), além dos conflitos enfrentados com posseiros e fazendeiros. Os resultados desta pesquisa nos apontam perceber que a pesca nesta região se configura como um modo de vida complexo e que os pescadores se sentem ameaçados diante da inserção das práticas agressivas dos pescadores esportivos e também profissionais de outras regiões “pescadores de fora”. Os pescadores locais de Itaipavas veem o torneio de pesca como uma ameaça à pesca local. Os pescadores de Santa Cruz e de São Geraldo enfrentam graves conflitos territoriais com latifundiários cuja propriedades estão às margens do rio Araguaia na região.

Palavras chave: Pesca de pequena escala, Pesca esportiva, Monitoramento Participativo, Conflitos, Territórios.

1. INTRODUÇÃO

A Bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins tem como um dos principais rios o próprio Araguaia, este apresenta diferentes tipologias vegetais em sua planície aluvial (LATRUBESSE; STEVAUX, 2007). O Araguaia é considerado um rio de águas claras por apresentar quantidades menores de materiais suspensos que está relacionado a baixa sedimentação em seu leito devido as menores taxas de erosão, relevo da porção do curso do baixo Araguaia, na região da Cachoeira de Santa Isabel, apresenta declive aproximado aos 13 metros (CUNHA, 2019) com grandes extensões de pedrais no qual se formam corredeiras, esses são importantes habitats para espécies migradoras e reofílicas, sendo que muito dessas espécies são endêmicas e tiveram descrição recente (AKAMA, 2017).

Akama, (2017) destaca em estudos recentes a descrição de 24 novas espécies endêmicas da Bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins (Quadro 2).

Quadro 2. Espécies de peixes endêmicas da Bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins destacadas por Akama, (2017) como as mais recentes até o ano de 2017.

NOME CIENTÍFICO	AUTORES DO ESTUDO	ANO DE DESCRIÇÃO
<i>Astyanax elachylepis</i>	Bertaco & Lucinda	2005
<i>Pimelodus stewarti</i>	Ribeiro, Lucena & Lucinda	2008
<i>Pimelodus joanis</i>	Ribeiro, Lucena & Lucinda	2008
<i>Pimelodus halisodus</i>	Ribeiro, Lucena & Lucinda	2008
<i>Anablepsoides tocantinenses</i>	(Costa 2010a)	2010
<i>Melanorivulus jalapensis</i>	(Costa 2010b)	2010
<i>Hasemania Kalunga</i>	Bertaco & Carvalho	2010
<i>Geófago neambi</i>	Lucinda, Lucena & Assis	2010
<i>Geófago sveni</i>	Lucinda, Lucena & Assis	2010
<i>Sternarchorhynchus axelrodi</i>	Santana & Vari	2010
<i>Pimelodus luciae</i>	Rocha & Ribeiro	2010
<i>Xyliphius anachoretas</i>	Figueiredo & Britto	2010
<i>Moenkhausia aurantia</i>	Bertaco, Jerep & Carvalho	2011
<i>Moenkhausia dasalmas</i>	Bertaco, Jerep & Carvalho	2011
<i>Hypsolebias tocantinenses</i>	Nielsen <i>et al.</i>	2012
<i>Ctenocheirodon pristis</i>	Malabarba & Jerep	2012
<i>Colomesus tocantinenses</i>	Amaral, Brito, Silva & Carvalho	2013
<i>Leporinus santosi</i>	Britski & Birindelli	2013
<i>Tetragonopterus akamai</i>	Araujo & Lucinda	2014
<i>Hyphessobrycon diastatos</i>	Dagosta, Marinho & Camelier	2014
<i>Serrapinnus aster</i>	Malabarba & Jerep	2014
<i>Serrapinnus lucindai</i>	Jerep & Malabarba	2014
<i>Pseudacanthicus pitanga</i>	Chamon	2015
<i>Tometes ancylorhynchus</i>	Andrade, Jegu & Giarrizo	2016

Fonte: Akama (2017).

Apesar de serem espécies recentemente descobertas, algumas já fazem parte da cadeia produtiva dos pescadores como é o caso dos *Leporinus santosi*, que possui nomenclatura popular de Piau Cabeça Gorda, porém pode ser conhecido por outros nomes de acordo com as localidades. As espécies *Pimelodus stewarti*, *P. joanis*, *P. halisodus*, descritas no quadro acima, faz referência aos bagres que também entram como importantes espécies que são capturadas nessa microregião do rio Araguaia. Este destaque se faz importante no sentido de frisar sobre o etnoconhecimento dos pescadores sobre as espécies de peixe da região, ou seja, o conhecimento dos pescadores é anterior aos conceitos e nomenclaturas dos meios científicos.

Os formadores do rio Araguaia, tais como lagos, lagoas marginais, reservatórios e demais fontes d'água, desde a nascente no estado do Goiás até sua confluência com o rio

Tocantins, também são, de igual modo ao rio Araguaia, locais de megadiversidade¹¹ e onde se exerce diversas condições de segurança alimentar, dentre essas podemos destacar a própria pesca, porém nota-se os impactos causados pela ação antrópica destacados por Mascarenhas; Ferreira; Ferreira Júnior, (2009), a exemplo, destaca-se a construção da Usina Hidrelétrica (UHT) de Tucuruí no rio Tocantins, que sua barragem altera o ciclo natural de espécies de peixes migradoras e reofílicas (AKAMA, 2017). Presume-se que houve impacto no ciclo de reprodução ictiofaunístico, além da alteração na cadeia trófica de animais do rio Araguaia em virtude da construção da UHT (LATRUBESSE; STEVAUX, 2007).

Como afirma Akama, (2017), o rio Tocantins é o maior afetado, dentre os rios que compõem a Bacia Hidrográfica Amazônica, seja pela construção de barragens para geração de energia elétrica, ou por ações de uso desordenado do solo através de atividades voltada a produção agropecuária. Essas afirmativas sugerem relação com o rio Araguaia, pois, de igual modo, e por ser o principal afluente do rio Tocantins, o Araguaia também está sendo diretamente impactado pelas consequências das barragens no rio Tocantins e pelo uso do solo que o margeia, sobretudo pelo uso de agrotóxicos que é pauta pertinente dos interlocutores dessa pesquisa e afirmado por Cunha (2019).

Em avaliação realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- ICMBio, das (n=3147) espécies de peixes de água doce analisadas, (n=312) encontram-se ameaçadas de extinção, esse número equivale a 9,91% das espécies (POLAZ; RIBEIRO, 2017)¹². Akama (2017) dispõe discussão similar sobre as espécies de peixes de água doce ou salobras ameaçadas em extinção, porém mais específica a região Amazônica, no qual (n=313) espécies foram destacadas como ameaçadas de extinção, dentre essas, (n=73) são da região Amazônica, ou seja 23,32% da amostragem.

Em específico da região Amazônica, (n=72) das (n=73) espécies da Lista Vermelha são afetadas com a perda de habitat causada pelas barragens (AKAMA, 2017). O impacto relacionado a estes animais torna-se mais agravante quando considerado os números propagados por Polaz; Ribeiro (2017) ao trazer dados gerais da Lista Vermelha com comparação a Akama (2017) afirmando que das (n=73) espécies da Amazônia ameaçadas, (n=48) são da Bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins, o que equivale a 65,75%.

¹¹ Entende-se que a biodiversidade catalogada desses ambientes não é suficiente para descrever sua real importância/função biológica sendo necessário investimento em pesquisas mais densas para chegarmos a essa compreensão, por esse sentido, considera-se um local de megadiversidade.

¹² **Sumário executivo do Livro Vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção.** Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/>>. Acesso em: março/2020.

O regime hidrológico do rio Araguaia, que por sinal é o rio em destaque dessa pesquisa, é dividido em quatro períodos marcantes sendo esses: enchente que ocorre dos meses de novembro a janeiro; a cheia de fevereiro a abril; a vazante de maio a julho; a seca de agosto a outubro (ZACARKIM, 2012). Os dois primeiros períodos têm como característica a migração reprodutiva das espécies de peixes, fator esses que ressalta o período do defeso de pesca que se inicia no mês de novembro e finaliza em fevereiro. O último período desse ciclo é marcado pelas grandes extensões de praias expostas devido aos baixos níveis de água (ZACARKIM, 2012).

Tanto com pescadores de pequena escala, como com pescadores esportivos, há a compreensão desses períodos como importantes para a garantia da atividade pesqueira, bem como o entendimento do regime hidrológico do rio Araguaia destacando os períodos das estações anuais que alteram o cenário natural do rio e, conseqüentemente, altera as atividades pesqueiras nas mais distintas modalidades.

Este recorte da pesquisa, no entanto, tende ampliar o conhecimento sobre a dinâmica pesqueira no rio Araguaia e identificar conflitos existentes nos sistemas de pesca de pequena escala e esportiva na comunidade de Santa Cruz, na sede de São Geraldo do Araguaia e na comunidade de Itaipavas, localizadas no sudeste do Pará, Amazônia, Brasil. Na sessão 2 apresentamos uma discussão teórica sobre os conceitos das diferentes modalidades de pesca a luz da legislação e da revisão bibliográfica. Na sessão 3 está descrita a metodologia da pesquisa, em seguida à os resultados e discussão (sessão 5) e por fim, na sessão 6, as considerações finais.

2. MODALIDADES DE PESCA

A pesca é uma das atividades mais importantes desenvolvida pelos seres humanos na Amazônia, seja pela economia gerada por meio da pesca de pequena escala ou pelo lazer proporcionado na pesca esportiva (ALVES; BARTHEM, 2009). A pesca de pequena escala é caracterizada como artesanal e de subsistência, atrelada ao uso de embarcações pequenas do tipo canoas com ou sem motor (RUFFINO, 2004), destinada a comercialização regional, categorizada também como pesca comercial (SANTOS; SANTOS, 2005), exercida pelas populações ribeirinhas e por pescadores profissionais (aqueles que possuem carteira profissional de pesca).

Silva, (2004) mostra outra perspectiva sobre pescadores de pequena escala no qual a pesca, principalmente no período de seca, é associada a atividades de plantio de roças, no inverno, no entanto, as atividades são complementadas com o extrativismo. Aspectos estes que

indicam que há outras estratégias, além da pesca, para garantir a sustentabilidade econômica de famílias de pescadores de pequena escala na Amazônia (SILVA, 2004). As mudanças, ou alterações no uso dos recursos naturais tendem a perda de autossuficiência na produção de alimentos em cada localidade (HANAZAKI, 2004), esses elementos possuem maiores recorrências entre populações camponesas, principalmente para com pescadores comerciais de pequena escala.

Segundo a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009/ portaria MPA/MMA Nº 12, considera pescador profissional a pessoa física, brasileiro ou estrangeira, com licenciamento concedido por órgão público competente, que exerce a pesca para fins comerciais.

Nesse sentido, a pesca comercial pode ser praticada por pescador profissional autônomo, ou vinculado a industrialização como pessoas físicas ou jurídicas em regimes empregatícios ou em parcerias, que utilizem embarcações de pequeno, médio e grande porte (CATELLA, 2004). Na Amazônia, em específico na bacia Araguaia-Tocantins, os pescadores profissionais possuem vínculo familiar estabelecendo parcerias de pesca e comercialização, o pescado pode ser comercializado diretamente para o consumidor, nas colônias de pesca, no qual muitos são vinculados profissionalmente, ou por intermédio de atravessadores, que geralmente exportam o produto para outras regiões e ditam preços inferiores ao mercado (CUNHA, 2019).

Apesar das muitas influências sociais que alteram a dinâmica desses sujeitos, a pesca de pequena escala praticada por ribeirinhos, seja em ambientes urbanizados ou rurais, continua garantindo a segurança alimentar, complementação de renda familiar através da comercialização do pescado e subsistência dos povos ribeirinhos na média bacia Araguaia-Tocantins (CUNHA, 2019).

No entanto, Alves (2014) considera que os estudos direcionados para a Bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins, em especial para o rio Araguaia, ainda são insuficientes para descrever a realidade dos estoques pesqueiros dessa região por total. Partindo desse pressuposto, e para comparativo de leis sobre as modalidades/categorias de pescas, concentremo-nos em duas legislações específicas que, de certo modo, são as que mais se aproximam da realidade dos pescadores dos municípios de São Geraldo do Araguaia e Piçarra e que normatizam as atividades pesqueiras na região. A seguir, o Quadro 3, apresenta um comparativo das especificidades das modalidades/categorias de pesca descritas nas legislações.

Quadro 3. Configurações das categorias de pesca segundo a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA N° 12, DE 25 de outubro de 2011 e a Portaria Ibama N° 4, de 19 de março de 2009.

REGISTRO	LEI/DECRETO	ARTIGO	DEFINIÇÕES
INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA/MMA N° 12.	Lei n° 11.959, de 29 de junho de 2009, no Decreto n° 6.981, de 13 de outubro de 2009 e na Portaria Interministerial MPA/MMA n° 12, de 13 de novembro de 2009, e o que consta no Processo n° 02001.004385/2003-51	Art. 2°	I - Bacia hidrográfica do rio Araguaia: o rio Araguaia, seus formadores, afluentes, lagos, lagoas marginais, reservatórios e demais coleções de água, até a sua confluência com o rio Tocantins; II - Lagoas marginais: as áreas de alagados, alagadiços, lagos, banhados, canais ou poços que recebem águas dos rios ou de outras lagoas em caráter permanente ou temporário;
INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA/MMA N° 12.	Lei n° 11.959, de 29 de junho de 2009, no Decreto n° 6.981, de 13 de outubro de 2009 e na Portaria Interministerial MPA/MMA n° 12, de 13 de novembro de 2009, e o que consta no Processo n° 02001.004385/2003-51	Art. 2°	III - Pesca de subsistência: categoria de pesca não comercial praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica;
INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA/MMA N° 12.	Lei n° 11.959, de 29 de junho de 2009, no Decreto n° 6.981, de 13 de outubro de 2009 e na Portaria Interministerial MPA/MMA n° 12, de 13 de novembro de 2009, e o que consta no Processo n° 02001.004385/2003-51	Art. 2°	IV - Pesca amadora: categoria de pesca não comercial praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;
PORTARIA IBAMA N° 4, DE 19 DE MARÇO DE 2009.	item V, art.22 do Anexo I ao Decreto n° 6.099, de 26 de abril de 2007	Art. 2°	I - Pesca Amadora - aquela praticada por brasileiros ou estrangeiros com a finalidade de lazer, turismo e desporto, sem finalidade comercial.
PORTARIA IBAMA N° 4, DE 19 DE MARÇO DE 2009.	item V, art.22 do Anexo I ao Decreto n° 6.099, de 26 de abril de 2007	Art. 2°	III - Entidades de Pesca Amadora - Clubes, Associações, Ligas, Federações, ou qualquer outra forma de organização de pescadores amadores; Parágrafo único - Para efeito desta Portaria, as empresas privadas e órgãos públicos que organizam excursões, programas, encontros, festivais e competições de pesca, tornam-se responsáveis pelo evento;
PORTARIA IBAMA N° 4, DE 19 DE MARÇO DE 2009.	item V, art.22 do Anexo I ao Decreto n° 6.099, de 26 de abril de 2007	Art. 9°	Art. 9° Os clubes, associações, ligas ou federações de pescadores amadores deverão ser inscritos no Cadastro Técnico Federal - CTF, na forma do disposto na IN IBAMA n° 96, de 30 de março de 2006.
INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA/MMA N° 12.	Lei n° 11.959, de 29 de junho de 2009, no Decreto n° 6.981, de 13 de outubro de 2009 e na Portaria Interministerial MPA/MMA n° 12, de 13 de novembro de	Art. 2°	V - Pesca artesanal: categoria de pesca comercial praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de

	2009, e o que consta no Processo nº 02001.004385/2003-51		parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;
INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA/MMA Nº 12.	Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009 e na Portaria Interministerial MPA/MMA nº 12, de 13 de novembro de 2009, e o que consta no Processo nº 02001.004385/2003-51	Art. 2º	VI - Pesca científica: categoria de pesca não comercial praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;
INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA/MMA Nº 12.	Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009 e na Portaria Interministerial MPA/MMA nº 12, de 13 de novembro de 2009, e o que consta no Processo nº 02001.004385/2003-51	Art. 2º	VII - Pescador profissional: a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no País que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica;
INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA/MMA Nº 12.	Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009 e na Portaria Interministerial MPA/MMA nº 12, de 13 de novembro de 2009, e o que consta no Processo nº 02001.004385/2003-51	Art. 2º	VIII - Pescador amador: pessoa física, brasileira ou estrangeira, que, licenciada pela autoridade competente, pratica a pesca sem fins econômicos;
PORTARIA IBAMA Nº 4, DE 19 DE MARÇO DE 2009.	item V, art.22 do Anexo I ao Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007	Art. 2º	II - Pesca Esportiva - modalidade da pesca amadora em que é obrigatória a prática do pesque e solte, sendo vedado o direito à cota de transporte de pescados, prevista na legislação.
PORTARIA IBAMA Nº 4, DE 19 DE MARÇO DE 2009.	item V, art.22 do Anexo I ao Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007	Art. 2º	III - Competições de Pesca - toda atividade na qual os participantes deverão estar inscritos junto à entidade organizadora, visando concurso com ou sem premiação, atendendo às seguintes categorias: a) Provas internas - praticadas, exclusivamente, entre os associados das entidades responsáveis. b) Provas interclubes - realizadas entre Clubes ou entre pescadores amadores a eles associados. c) Torneios abertos - realizados entre pescadores amadores filiados ou não a clubes. d) Competições interestaduais - realizadas entre Federações, Ligas, Clubes ou outras entidades de pesca amadora, ou ainda entre pescadores amadores a elas associados, provenientes de mais de um estado.

			e) Competições com participação internacional – realizadas com a participação de pescadores de outros países.
PORTARIA IBAMA Nº 4, DE 19 DE MARÇO DE 2009.	item V, art.22 do Anexo I ao Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007	Art. 15º	No prazo máximo de 30 (trinta) dias após o final da competição, o responsável deverá encaminhar ao IBAMA, o relatório do evento com as seguintes informações: a) número de competidores embarcados e desembarcados; b) número de pessoas por barco com cópias das licenças de pesca de todos os competidores; c) número e tipo de embarcações; d) modalidade da competição (pesque e solte ou abate); e) duração da competição; f) tipo de iscas utilizadas; g) quantidade por espécie (em peso e número de exemplares) e tamanhos máximo e mínimo capturados.
PORTARIA IBAMA Nº 4, DE 19 DE MARÇO DE 2009.	item V, art.22 do Anexo I ao Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007	Art. 16º	Normas editadas por órgãos regionais ou estaduais referentes aos petrechos, tamanhos mínimos e máximos de captura, cotas de captura e transporte por pescador, períodos e locais permitidos e/ou proibidos, limites de idade para isenção da taxa da licença de pesca deverão ser respeitadas, desde que mais restritivas, mesmo quando o pescador for abordado em águas da União.

Fonte: Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA Nº 12, de 25 de outubro de 2011 (IN nº 12) e Portaria Ibama Nº 4, de 19 de março de 2009 (PI nº 4).

Importante destacar que a IN nº 12, diz respeito as categorias legais de pesca no rio Araguaia e seus formadores, por outro lado a PI nº 4 faz referência a um cenário maior de pesca, não havendo especificidades sobre região A ou B. A partir desse discurso debruça-se sobre as categorias de pesca Amadora ou Esportiva e a Pesca Profissional ou Artesanal. A IN nº 12 citada no quadro a cima considera como:

IV - **Pesca Amadora:** categoria de pesca não comercial praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto; [...] V- **Pesca Artesanal:** categoria de pesca comercial praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte; (Brasil, 2011 p. 1).

A pesca esportiva é uma atividade em pleno crescimento no Brasil (FREITAS; RIVAS, 2006), porém ainda são escassos os estudos e iniciativas de ordenamento pesqueiro para esta modalidade, sobretudo no estado do Pará que tem grande potencial para a realização da pesca recreacional.

A nomenclatura dessa modalidade varia por bibliografias, legislação e região, podendo ser denominada de pesca recreativa, pesca amadora, pesca desportiva ou pesca esportiva, porém, nesse trabalho adota-se a nomenclatura de pesca esportiva, uma vez que as discussões centrais dessa modalidade são baseadas em torneio específico que usa a denominação esportiva. No entanto também utilizaremos o termo amadora ou recreacional quando nos referirmos a pesca praticada por pescadores não profissionais e fora de cenário do torneio de pesca.

A partir do ano de 1999, com o aumento do dólar, o turismo interno do Brasil aumentou significativamente, o setor da pesca esportiva também compôs esse aumento (CARTELLA, 2004). As legislações que regulamentam a pesca esportiva, no entanto, são regidas por leis, decretos e normativas. Baseada na Lei nº 11.959, de 2009 que dispõe sobre Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, com o objetivo de promoção do turismo e conservação dos recursos pesqueiros, a pesca esportiva na modalidade pesque e solte possui incentivo pelo projeto de Lei nº 7.985, da câmara dos deputados, sancionada no ano de 2017 (BRASIL, 1988).

A pesca esportiva não tem como objetivo a comercialização e nem consumo do pescado, é exercida como uma forma de lazer e/ou com finalidades de turismo (GORGATTI, 2007). Gorgatti (2007) ainda observa que os praticantes da pesca esportiva não consideram o sofrimento dos animais e ainda têm o discurso autoproclamado de ecologicamente correto, porém desconsideram que a prática desta modalidade de pesca viola as leis de proteção animal a lei de crimes ambientais¹³. No mais a captura da pesca amadora, ou esportiva, contribui de maneira significativa para o declínio populacional de algumas espécies (ZACARKIM, 2012; BEGOSSI, 2004).

Por outro lado, a pesca esportiva, descrita como amadora por Albano; Vasconcelos, (2013) é considerada um viés econômico importante para o setor turístico. O fator econômico dessa categoria torna-se uma das válvulas impulsoras da mesma, porém há necessidade de diagnósticos mais detalhados sobre a gestão ambiental dos recursos naturais. Nota-se também a necessidade de programas de preparo dos pescadores para a seguridade natural das atividades de pesca desenvolvidos pelas entidades organizadoras dos torneios (ALBANO; VASCONCELOS, 2013). Um modelo de gestão compatível com cada ambiente pode direcionar a conservação dos estoques pesqueiros e consequentemente, da categoria pesqueira (CATELLA, 2004).

¹³ Lei nº. 5.197/67: Lei de Proteção à Fauna; Lei nº. 9.605/98: Lei dos Crimes Ambientais.

3. CONTEXTO DO TERRITÓRIO E METODOLOGIA

O recorte geográfico da pesquisa de campo está situado na região sudeste do estado do Pará. A área compreende a compartimentação geográfica do baixo Araguaia, este inicia-se após a planície do Bananal, nas proximidades do município de Conceição do Araguaia, Pará, até a confluência com o rio Tocantins no município de São João do Araguaia, Pará. Nesse trecho o curso do rio está situado sob rochas cristalinas pré-cambrianas em sua maior parte. O baixo Araguaia percorre cerca de 500km (LATRUBESSE; STEVAUX, 2002).

O rio Araguaia é um ambiente ecológico de rica biodiversidade no qual muitos seres vivos dependem dos recursos naturais (AKAMA, 2017). Porém, a construção da Hidrovia Araguaia Tocantins pode indicar a inserção desse ambiente no projeto de desenvolvimento econômico da Amazônia, o que impactará os ecossistemas aquáticos da bacia hidrográfica. Neste contexto, chama a atenção que este projeto de hidrovia já está em fase de licenciamento ambiental no rio Tocantins (CUNHA, 2019). Além da hidrovia, está proposto o projeto de construção de projeto de hidrelétricos no rio Araguaia, como a UHE Santa Isabel, UHE Aruanã, UHE Barra do Caiapó, UHE Torixoréó, UHE Barra do Peixe, UHE Couto Magalhães (AKAMA, 2017).

A bacia do rio Araguaia é considerada uma das principais do Brasil, sobretudo pela sua posição geográfica estratégica, que liga o Centro-Oeste do Brasil a região Norte, o que motiva a viabilidade do canal de navegação da Hidrovia Araguaia-Tocantins (TUCCI; HESPANHOL; CORDEIRO NETO, 2001). Além do interesse governamental nessa viabilização, há também o interesse em construir usinas hidrelétrica no rio Araguaia, sobretudo a Usina Hidrelétrica de Santa Isabel, na altura da cachoeira de Santa Isabel.

Neste território foram realizadas atividades de campo em diferentes tempos e espaços com pescadores de diferentes modalidades de pesca em comunidades ribeirinhas dos municípios de Piçarra e São Geraldo do Araguaia, Pará, Brasil. Todas as localidades estão situadas a margem paraense do baixo rio Araguaia e foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

1. Pescadores de pequena escala (n=14) que residem na sede do município de São Geraldo do Araguaia, Pará e que participaram do Propesca no período de março a outubro do ano de 2019. Os pescadores anotaram suas produções de pesca no modelo de automonitoramento. Visitas para recolher as fichas, ou, ajudar aqueles que não conseguiam preencher, eram realizadas a cada 15 ou 30 dias, a depender das condições de acesso e acordo de visitas que eram combinados com os participantes.

2. Pescadores de pequena escala (n=7) da comunidade de Santa Cruz que participaram do Propesca de março a outubro de 2019. A comunidade está localizada na Área de Proteção Ambiental de São Geraldo do Araguaia-APA Araguaia, cerca de 40 km da sede do município de São Geraldo do Araguaia, Pará. Visitas para recolher as fichas, ou, ajudar aqueles que não conseguiam preencher, eram realizadas a cada 30 ou 60 dias, a depender das condições de acesso à comunidade. Adicionalmente foi realizada uma oficina de cartografia dos pesqueiros utilizados pelos pescadores desta comunidade dividida em duas etapas: a primeira aconteceu nos dias 15, 16 e 17 de março de 2019, e um segundo momento nos dias 23, 24 e 25 de junho de 2019.

3. Pescadores de pequena escala (n=7) e esportivos (19 equipes de pesca) que frequentaram o XXI Torneio de Pesca Esportiva de Piçarra (Torpep), no período de 29 de junho à 01 de julho de 2018 na comunidade de Itaipavas, que está localizada cerca de 45 km da sede do município de Piçarra, Pará. Foram realizadas observações estruturadas (Apêndice 1), entrevistas semiestruturadas com equipes que de pesca (Apêndice 2) e roda de conversa com pescadores de pequena escala de Itaipavas com a temática “Quais os principais problemas que os pescadores enfrentam? ”.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A produção da pesca pequena escala e múltiplos conflitos em São Geraldo do Araguaia e Santa Cruz

4.1.1 São Geraldo do Araguaia

Um total de (n=14) pescadores que residem na sede de São Geraldo do Araguaia registraram suas produções diárias durante o período de março a outubro de 2019. Durante esse período foram registradas (n=692) pescarias e foram citados nos registros (n=32) categorias de peixes (nomes populares das espécies).

A produção total registrada pelos pescadores de São Geraldo do Araguaia foi de 6.057,74kg e destes 210,1 kg foram destinados para alimentação, sendo que as espécies com maior registro para consumo foi o grupo de pacus, com média de 50,6 kg. As três categorias de peixes com maior registro de captura foram pacu (1822,36kg), curimatá (715,8kg) e piaui (683,9kg), a soma desses três tipos de peixes equivalem a aproximadamente 54% da produção total nesse período. Destaca-se que 21 categorias de peixes tiveram registro inferior a 100kg, essas foram somadas e estão representadas na Tabela 4 como ‘Outros Peixes’. Para visualizar a lista das espécies consultar o Apêndice 3.

Tabela 4. Principais espécies desembarcadas em São Geraldo do Araguaia. ¹ Variedades de nomes populares: pacu; pacu branca; pacu seca; pacu lombo de folha; pacu manteiga; curupeté; ² Variedades de nomes populares: piau; piau flamengo; piau vara; piau anta; piau cabeça gorda.

Nome Popular	Produção em kg	Porcentagem %
¹ Pacu	1891,3	31,2
Curimatá	715,8	11,8
² Piau	679,5	11,2
Tucunaré	517,44	8,5
Cári	486,1	8,0
Fidalgo	442,4	7,3
Cachorra	261,3	4,3
Curvina	161,1	2,6
Barbado	157,4	2,6
Surubim	156,44	2,6
Jaraqui	105	1,7
Outros peixes	484	8,0
TOTAL	6057,74	100

Fonte: Banco de dados do Propespa.

A espécie *Leporinus santosi*, relatada nas entrevistas com os pescadores, foi identificada pelo nome popular de Piau Cabeça Gorda e está entre as espécies que são capturadas em São Geraldo do Araguaia e também em Santa Cruz, nas Tabelas 4 e 7 estão inseridos no grupo dos piaus. Essa é uma das mais de 24 espécies endêmicas descritas para a bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins e que foram identificadas nos últimos 15 anos (AKAMA, 2017).

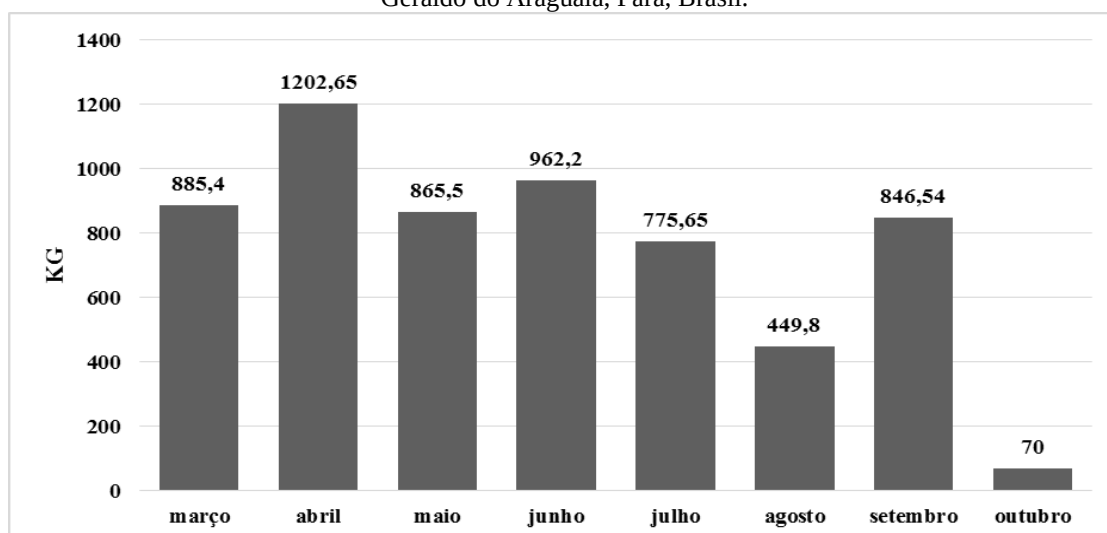
Esta pesquisa indica que a captura do Piau Cabeça Gorda, bem como outras espécies na região, teve declínio nos últimos 20 anos no rio Araguaia. Isso sugere que o *Leporinus santosi*, bem como outras espécies de peixes, podem estar sofrendo com a perda de habitat causada pela construção de sistemas de barragem e superexploração dos ambientes aquáticos (AKAMA, 2017). A exploração descontrolada pode estar ocorrendo por pescadores das mais distintas categorias que, segundo os pescadores, alguns não consideram o período defeso das espécies.

Em relação aos grandes empreendimentos, que tem impactos de larga escala, é necessário a desconstrução do estereótipo de que estes projetos são de totais benefícios. Assegura-se em estudos de Akama (2017), que há impactos sobre a fauna de peixes através da geração de energia por meio de hidrelétricas. Almeida (2004), também destaca sobre os impactos sociais futuros da construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins para todo a bacia, o que pode agravar o estado de vulnerabilidade de espécies endêmicas na região, a diminuição de estoques pesqueiros diversos e a agravação dos problemas socioambientais, com destaque ao impacto na cadeia produtiva da pesca.

A idealização e planejamento de projetos de infraestrutura na bacia hidrográfica deve considerar, não somente as opiniões dos idealizadores (empresas privadas e estatais), mas também devem considerar os usuários e/ou beneficiários e o mais importante, os atingidos por estes empreendimentos (ALMEIDA, 2004). A avaliação, nesse sentido, deve emergir para além dos dados quantitativos e dialogar com os aspectos qualitativos, haja vista que os povos tradicionais que dependem dos rios são atingidos negativamente pelos projetos de “desenvolvimento” e geralmente são excluídos dos benefícios.

Os sistemas de pesca são altamente dependentes da qualidade ambiental da bacia hidrográfica e sua dinâmica de cheia e vazante. Durante o período de monitoramento observamos que houve variabilidade da captura entre os meses do ano (Figura 12). O pico da produção mensal em quilos foi em abril (vazante do rio) e os menores registros de produção ocorreram em agosto e outubro (período seco). A produção não segue um crescente linear, isso sugere que a dinâmica da pesca é influenciada por diversos fatores, entre os mais destacados pelos pescadores é o ciclo de águas, com a subida e descida do nível do rio, que tem influência direta no sucesso de capturabilidade do pescado. No entanto outros fatores, como intensa utilização dos territórios de pesca por veranistas no período do verão amazônico, também interferem nas pescarias segundo a percepção dos pescadores de São Geraldo.

Figura 12. Produção mensal em Kg capturados entre março a outubro de 2019 por 14 pescadores de São Geraldo do Araguaia, Pará, Brasil.



Fonte: Banco de dados do Propespa.

Nota-se que há um declínio nos meses de agosto e outubro, segundo os pescadores, isso se dá pelo grande movimento de turistas nos territórios de pesca, haja vista que esses meses representam o veraneio no rio Araguaia promovendo um dos motivos de geração de conflitos

com os pescadores de pequena escala, a intensa movimentação de embarcações e a pesca amadora.

O mês de outubro representa o período de menor registro, pois alguns pescadores já abandonaram as pescarias para tentar obter renda com outros trabalhos como: tratorista, agricultura camponesa e construção civil. Os relatos são de que o último mês, em que a pesca comercial está aberta, já não é mais rentável a atividade, necessitando os pescadores procurarem outras atividades produtivas para complementar a renda familiar até que seja liberado o seguro defeso.

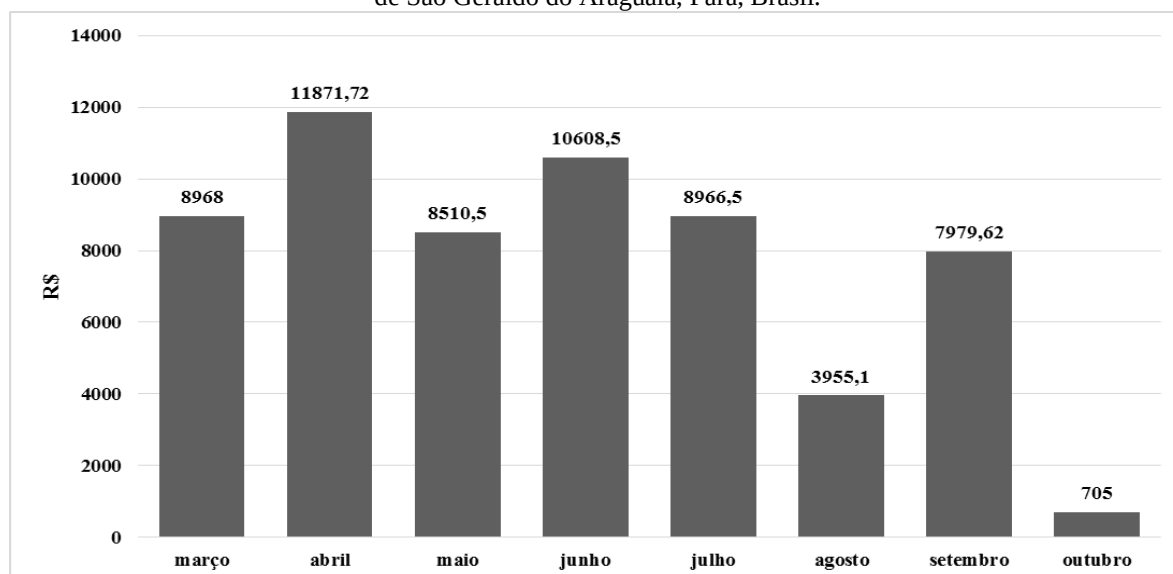
O seguro defeso ao seguro de desemprego, é recebido pelos pescadores profissionais durante os meses de outubro a fevereiro, período em que a maior parte das espécies então reproduzindo e a pesca comercial é proibida na bacia Araguaia-Tocantins. Este período também é chamado de piracema. Sobre o seguro desemprego dos pescadores é importante destacar duas questões: 1. Não se trata simplesmente de uma política de transferência de renda do Governo Federal, mas um direito trabalhista, adquirido pela luta de classe, que foi instituído pela Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003: 2. Esta é uma importante política pública ambiental, pois garante a sustentabilidade dos estoques pesqueiros.

Em relação a renda obtida com o trabalho da pesca, observa-se que está relacionada a quantidade e aos tipos de pescados que são capturados. Os peixes de maior valor comercial são o tucunaré com média de comercialização de R\$14,43/kg, a soma total de venda desse peixe foi de R\$7.684,74. O surubim e surubim chicote tiveram média de comercialização de R\$13,42/kg, a soma total de venda desses peixes foram de R\$2.156,82. Contudo, a soma total de rendimento financeiro bruto dos (n=14) pescadores durante todo esse período é foi R\$61.564,94 com considerável variação entre os meses (Figura 13).

Esses números tornam a pesca uma atividade socioeconômica importante para a economia do município, porém se for dividir essa renda entre os pescadores, a média mensal que é obtida por cada um é menor que R\$500,00/mês o que é consideravelmente baixo diante de todos os esforços e vulnerabilidades que a atividade da pesca os expõem.

Esse cálculo, quando consideramos os custos associados na pescaria, como compra gelo, combustível, rancho, petrechos de pesca e manutenção das embarcações, observamos que a renda líquida dos pescadores é muito baixa. A considerar que a divisão da renda entre os pescadores não é exata, pois a mesma depende dos investimentos dedicados nas pescarias, percebe-se que alguns pescadores possuem uma parcela maior dos lucros, enquanto outros têm um lucro menor.

Figura 13. Renda mensal bruta em R\$ da produção capturada entre março a outubro de 2019 por 14 pescadores de São Geraldo do Araguaia, Pará, Brasil.



Fonte: Banco de dados do Propespa.

Observe as Tabelas 5 e 6, na qual a primeira destaca a produção do Sr. J.M. e dona M (Tabela 5), um casal de pescadores idosos, que pescam principalmente para a alimentação e vendem o excedente, e por outro lado temos a produção de Sr. J. F. (Tabela 6), um pescador jovem (44 anos de idade), que pesca sozinho e tem a pesca como a principal fonte de renda para o sustento da família, e quando não está pescando, seu trabalho complementar é tecer redes de pesca por encomenda de outros pescadores e de lojas de artigos de pesca de São Geraldo e Marabá.

Tabela 5. Registro de pescarias fornecidos pelo Sr. J.M. e dona M. entre os meses de março a outubro de 2019. São Geraldo do Araguaia, Pará, Brasil.

Peixes (nome popular)	Kg capturados	Renda obtida com a venda
Cará	1	R\$ 10,00
Surubim	1,5	R\$ 22,50
Traira	1,5	R\$ 15,00
Tucunaré	2	R\$ 24,00
Avoador	3	R\$ 30,00
Piau	3	R\$ 30,00
Pacu	4	R\$ 40,00
Curimatá	4,6	R\$ 46,00
Total	20,6	R\$ 217,50

Fonte: Banco de dados do Propespa.

Este casal de pescadores (Tabela 5) fez o registro de (n=06) pescarias durante o período de monitoramento, os custos associados nas pescarias, para compra de gelo, combustível e

rancho foi em média R\$144,00, desse modo o lucro financeiro foi de aproximadamente R\$103,50.

Já pescador J.F. registrou (n=71) pescarias durante o período de monitoramento, os custos associados declarados por ele foram em média de R\$3.914,00, consequentemente obteve lucro de aproximadamente R\$11.273,80 (Tabela 6). Apenas esse pescador representa aproximadamente 24,6% da renda total desse período de monitoramento.

Mesmo diante desta diferença de ganhos entre os pescadores, não se destacou durante a pesquisa, a presença de conflitos entre eles por causa dessa diferença quantitativa. Porém observou-se que há um modelo de competição interna que os impulsionam à estarem cada vez mais investindo em tecnologias e técnicas diferenciadas para captura dos peixes e, consequentemente, gerar o aumento individual do lucro.

Tabela 6. Registro de pescarias fornecidos pelo Sr. J.F. entre os meses de março a outubro de 2019. São Geraldo do Araguaia, Pará, Brasil.

Peixes	Kg capturados	Renda obtida com a venda
Mapará	3	R\$ 30,00
Piranha	13	R\$ 104,00
Jaraqui	19	R\$ 168,00
Barbado	36	R\$ 428,00
Surubim	59	R\$ 864,00
Curvina	68	R\$ 742,00
Tucunaré	76	R\$ 1.269,00
Cachorra	93	R\$ 708,00
Piau	157	R\$ 1.448,00
Curimata	159	R\$ 1.196,00
Pacu branca	184	R\$ 1.710,80
Fidalgo	233	R\$ 3.433,00
Pacu	336,5	R\$ 3.087,00
Total	1436,5	R\$ 15.187,80

Fonte: Banco de dados do Propespa.

Uma das direções em que essa discussão nos leva é sobre as artes e petrechos de pesca usadas por esses pescadores, que em uma mesma pescaria podem utilizar de um, até quatro instrumentos de pesca com diferentes estratégias¹⁴. Foram registradas (n=126) pescarias com uso de malhadeira, (n=116) com o uso de linha de mão ou caniço, (n=71) pescarias com o uso de tarrafas e (n=09) pescarias com o uso de espinhel e (n=04) com o uso de pinda.

¹⁴ **Exemplos de petrechos de pesca:** malhadeira, anzol, tarrafa; **Exemplos de estratégias de pesca:** malhadeira parada, malhadeira caceia, malhadeira lance rápido, linha de mão, linha com caniço, uso da ceva; Exemplos de arte de pesca: a junção entre o petrecho com a estratégia, como pesca com malhadeira parada ou usando a malhadeira para pescar por caceia ou lance rápido. Ou ainda o anzol, que é utilizado com caniço ou com uma linha de mão e por vezes atrelado a esta arte usam a ceva para atrair os peixes.

Destaca-se que alguns petrechos de pesca podem ser utilizados com estratégias variadas, nesse sentido, temos o registro do uso de malhadeiras parada (n=114), malhadeira lance rápido (n= 03) e malhadeira parada com o uso ceva¹⁵ (n=02). Observa-se que a estratégia de uso de da malhadeira lance rápido, chamada por alguns pescadores como arrastão, é proibida por lei, bem como o uso da ceva também, sendo permitido apenas em pequena escala e para pesca com objetivo de alimentação.

A linha e o anzol podem ser utilizados com o caniço (n=24) ou apenas com a linha de mão (n=11). Este mesmo petrecho pode ser utilizada em ambientes onde se joga a ceva, sendo mais comum o uso do caniço para esta estratégia de pesca, que foi registrada (n=65) vezes durante o monitoramento.

A escolha dos locais de pesca se configura como um importante elemento na hora da pescaria, pois os pescadores de São Geraldo do Araguaia estão inseridos em um complexo diferente das demais localidades descritas nessa pesquisa, pois estão localizados no núcleo urbano do município. De acordo com a percepção dos mesmos, esse fator tem lado positivo e negativo, uma vez que têm a possibilidade de comercializar o pescado direto com os consumidores, esse torna-se um ponto vantajoso para a categoria. Por outro lado, com a pouca abundância de pescado em comparação com tempos anteriores, os pescadores precisam cada vez mais percorrer grandes distâncias para garantir uma produção que, mesmo com esse esforço, algumas vezes não se torna rentável.

Durante o monitoramento foram registrados (n=27) acampamentos diferentes que são utilizados por eles, sendo que os três mais frequentados foram o Acampamento Recanto da Paz (n=32), que fica localizado a aproximadamente 3 km do núcleo urbano do município, Acampamento Ilha de Coco (n=27), distante 6 km; e Acampamento Paraíso do Chico (n=25), este é o mais próximo da cidade, localizado a aproximadamente 2,5 km, as distâncias são baseadas em um percurso feito pelo rio e sofrem alterações frequentes de acordo com a sazonalidade.

As pescarias se distribuíram por 28 pesqueiros¹⁶ diferentes, sendo que os mais frequentados são Três Ilhas (n=32), Ilha de Coco (n=22) e Fumaça (n=21). Sobre a descrição dos ambientes de pesca, houve registro de pescarias na beira do rio (n=101), no meio do rio (n=72), em pedrais (n=41), em igarapés (n=09) e em lagos (n=04). Alguns pescadores de São

¹⁵ Processo de caça ou pesca que consiste em lançar periodicamente alimentos no mesmo local para as presas, para então surpreendê-las.

¹⁶ Pesqueiros são locais onde determinadas espécies são encontradas (BEGOSS, 2004).

Geraldo também utilizam o território de pesca próximo a comunidade de Itaipavas e de Santa Cruz, que leva cerca de um dia inteiro de viagem de rabeta, tendo que percorrer longas distâncias para conseguir uma melhor pescaria.

Os grandes deslocamentos, no entanto, não são os maiores problemas encontrados. O histórico de conflitos por territórios na região sudeste do estado do Pará, infelizmente, se estende até os pescadores profissionais de São Geraldo do Araguaia. Por precisar percorrer grandes distâncias no rio Araguaia, os pescadores, na maioria das vezes, não conseguem retornar no mesmo dia para desembarque da produção, logo, esse fator requer uma reorganização na logística pesqueira no qual seja necessário acampar em ilhas e nas margens do rio.

Haja vista que as propriedades dos latifundiários possuem, ditos, limites até o leito do rio Araguaia, em alguns casos, como existem ilhas de grandes extensões geográficas, estas também são apossadas principalmente para criação de gado bovino. Apesar de ser recorrente a utilização dos espaços de ilhas para produção de roças e de animais de pequeno porte, principalmente pelos pescadores profissionais, ribeirinhos e beradeiros, a apropriação desses terrenos para criação de gado não se torna uma atividade legal, uma vez que as ilhas não podem ser tituladas, pois é território gerenciado pela União.

De acordo com relatos dos pescadores de São Geraldo do Araguaia, as propriedades de latifundiários invadem as margens do rio e até mesmo algumas ilhas, ignorando quaisquer processos legais que possam impedir essa ação. Por outro lado, os pescadores dependem cada vez mais desses ambientes para montarem seus acampamentos provisórios e garantirem suas produções. Segundo os interlocutores dessa pesquisa, os acampamentos não são bem vistos pelos latifundiários, pois, mesmo que os ambientes dos acampamentos não sejam em áreas tituladas pelo latifúndio, estão sobrepondo os espaços invadidos para criação de gado bovino.

Este ambiente de conflitos é bastante tenso, principalmente por parte dos pescadores que denunciaram essa situação através de relatos para essa pesquisa, pois os mesmos sofrem ameaças constantes por parte de latifundiários. As denúncias são em vários sentidos, que partem desde a intimidação com o avanço das fazendas nesses territórios, até ameaças de morte, propriamente dita.

Um casal de pescadores que não quiseram se identificar, relataram que sofreram intimidação, os mesmos disseram que uma pessoa, que preferem não dizer nomes, comprou a ilha e ordenou para que desocupassem o acampamento que usam há mais de 10 anos na mesma ilha no período de pesca comercial, o casal se deslocou, porém o local era de difícil acesso e tiveram que fazer um roçado, com isso estão sendo acusados de desmatamento. O casal prefere

não se identificar e não relatar nomes, pois o comprador tem histórico de pistolagem na região. Segundo os relatos, a pessoa que comprou a ilha à reparti em lotes para venda, e os pescadores que resistem em deixar seus acampamentos estão sendo ameaçados por pistoleiros que são considerados pelo comprador de “seguranças”.

Os interlocutores afirmam que as situações de conflitos são frequentes e diversas e vêm se intensificando nos últimos anos, dessa maneira a garantia da produção pesqueira fica cada vez mais difícil. Há a afirmação que o poder público municipal tem conhecimento da situação, porém não há nenhuma iniciativa para acabar ou mitigar os conflitos que são bem mais agravantes para os pescadores.

Algumas dessas situações de opressão foram relatadas por pescadores no dia 04/02/2020 na reunião de devolutiva dos resultados do Propesca que ocorreu na sede do Ideflor-Bio em São Geraldo do Araguaia. Esta reunião contou com a participação de um Defensor Público da região e representação da Secretaria de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia, porém os pescadores têm receio de formalizar a denúncia por causa das ameaças constantes e do histórico de violência dessa região paraense. Nesse sentido, a continuidade na pesca profissional torna-se uma ação de resistência.

4.1.2 Santa Cruz

Em Santa Cruz a soma da produção dos 7 pescadores que registraram suas produções entre março a outubro de 2019 foi 1.876 kg (Tabela 7).

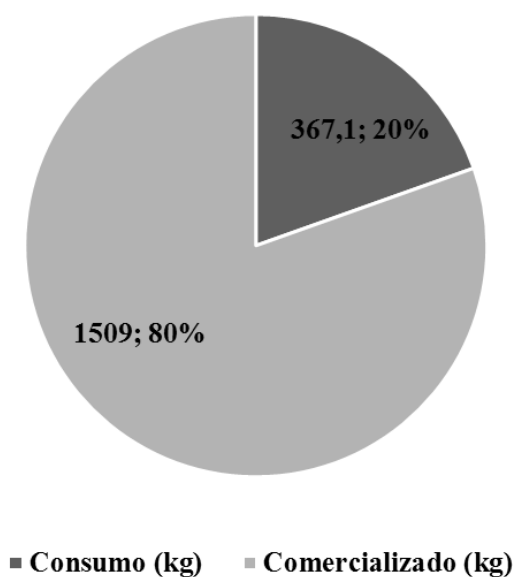
Tabela 7. Principais espécies desembarcadas em Santa Cruz, São Geraldo do Araguaia, Pará. ¹ **Variedades de nomes populares:** pacu; pacu branca; pacu seca; pacu lombo de folha; pacu manteiga; curupeté; ² **Variedades de nomes populares:** piau; piau flamengo; piau vara; piau anta; piau cabeça gorda.

Nome Popular	Produção em kg	Porcentagem
Curimatá	487,3	25,97
¹ Pacu	232,5	12,39
Curvina	203,6	10,85
Jaraqui	200,6	10,69
Tucunaré	140,7	7,50
Cachorra	134,1	7,15
² Piau	127	6,77
Surubim	124,5	6,64
Piranha	77,6	4,14
Fidalgo	50,7	2,70
Outros	49,6	2,64
Não identificado	48	2,56
TOTAL	1876,3	100

Fonte: Banco de dados do Propespa.

Do total capturado 20% foi destinado para o consumo familiar (Figura 14). Durante esse período foram registradas (n=197) pescarias e foram citados nos registros (n=22) categorias de peixes (nomes populares das espécies). A curimatá (487,3 kg), pacu (232,5) e curvina (203,6) foram as categorias de peixes que mais se destacaram nas capturas (lista completa no apêndice 3.).

Figura 14. Produção de pescado destinado para comercialização e consumo que foram capturados entre março a outubro de 2019 por 7 pescadores de Santa Cruz, São Geraldo do Araguaia, Pará.

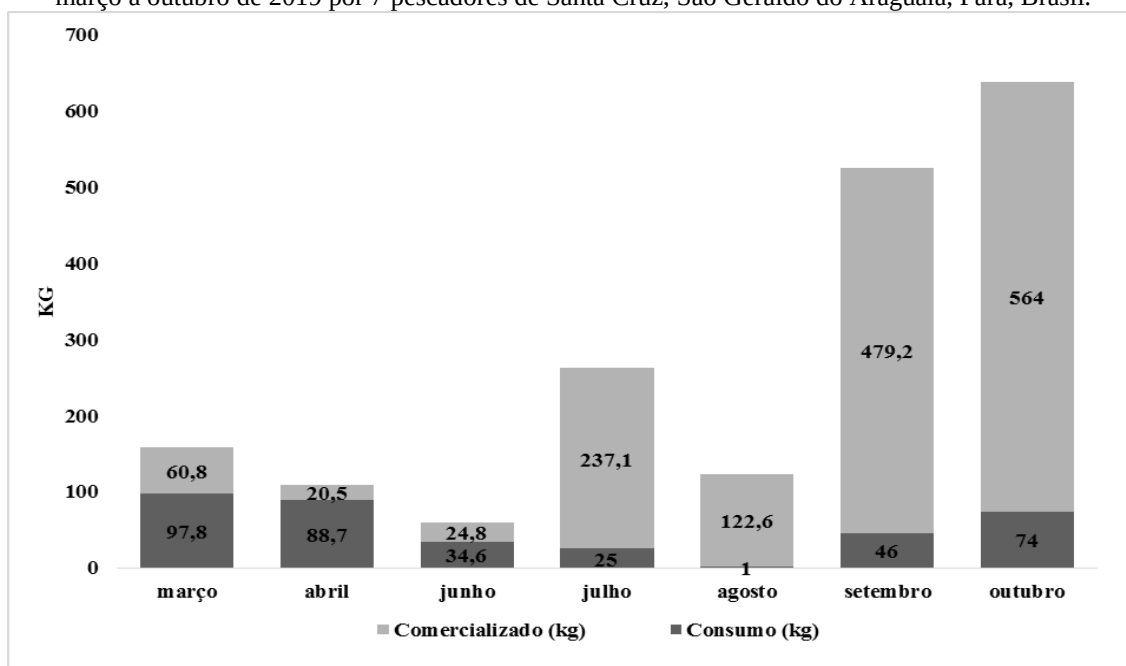


Fonte: Banco de dados do Propespa.

Houve variação da produção durante o período do monitoramento, bem como do destino da produção para consumo e comercialização. Entre os meses de março, abril e junho a maior parte da produção foi destinada para consumo (Figura 15). A quantidade expressiva de consumo de pescado em Santa Cruz aponta para a importância da pesca na segurança alimentar desta população. Outro fator que vale ressaltar é a dificuldade de acesso a comunidade, esse fator torna difícil a comercialização com as comunidades vizinhas, contribuindo para o consumo do pescado entre os comunitários, principalmente durante o período chuvoso, quando é mais difícil se deslocar para cidade, seja para vender o pescado ou comprar outros tipos de proteína animal.

A atividade de turismo que ocorre na comunidade, é uma oportunidade de comercialização da produção pesqueira e fortalecimento econômico da região. O turismo ecológico ocorre de maneira remota quando turistas visitam cachoeiras e trilhas da Serra das Andorinhas, porém no verão amazônico as praias no Rio Araguaia tornam-se forte atrativo turístico, o que contribui para a comercialização do pescado dentro e fora da comunidade.

Figura 15. Produção mensal em Kg destinados para consumo e comercialização que foram capturados entre março a outubro de 2019 por 7 pescadores de Santa Cruz, São Geraldo do Araguaia, Pará, Brasil.



Fonte: Banco de dados do Propespa-PA.

No mês de maio não houve registro de pesca, os pescadores de Santa Cruz disseram que não estava sendo vantajoso ir pescar pois o rio teve um ‘repique’, ou seja, as águas subiram novamente neste período, inviabilizando as pescarias. Os meses que houve maior captura de pescado foram setembro e outubro, quando as águas baixaram totalmente, deixando os pedrais a mostra, onde a maior parte dos pescadores desta localidade preferem pescar (Figura 16).

Figura 16. Pedrais nas proximidades da comunidade de Santa Cruz, São Geraldo do Araguaia, Pará, Brasil.



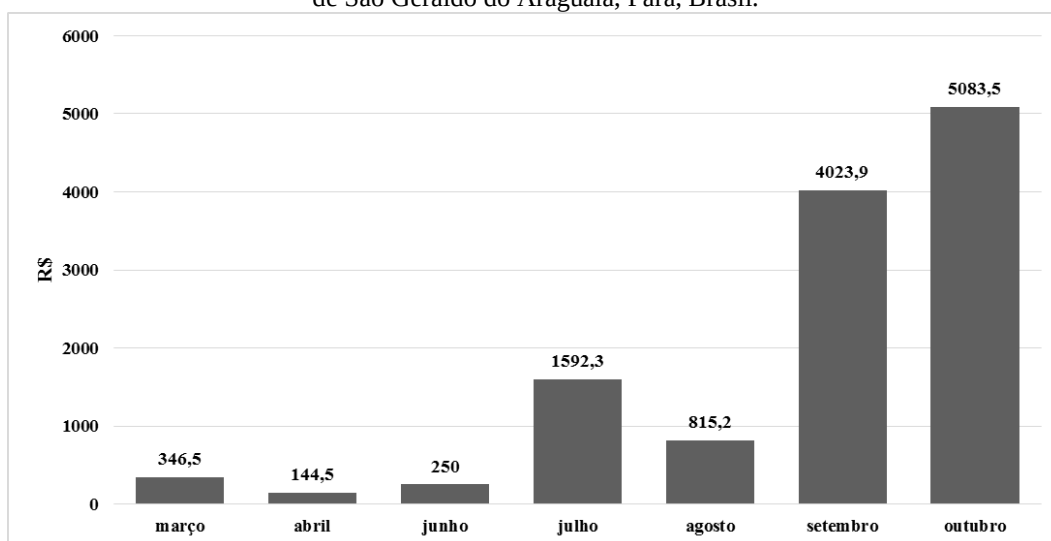
Fonte: Cristiane Vieira da Cunha. Março de 2016.

Considera-se que o pico das cheias do rio Araguaia é registrado entre os meses de janeiro a maio e a vazante de junho a setembro (AQUINO; STEVAUX; LATRUBESSE, 2005). Zacarkim (2012) sugere a divisão em quatro períodos marcantes sendo esses: enchente que ocorre dos meses de novembro a janeiro; a cheia de fevereiro a abril; a vazante de maio a julho; a seca de agosto a outubro. Segundo estudos de Aquino; Stevaux; Latrubesse, (2005), a largura do canal do rio Araguaia sofre poucas modificações com o aumento da vazão, por outro lado, a profundidade se modifica de maneira significativa. Observa-se que durante as cheias, o rio tende a diminuir a drenagem/vazão. O alto e baixo curso do rio estão inseridas, em sua maior parte, sob leito rochoso, sendo que o médio curso discorre sob planície aluvial bem desenvolvida (AQUINO; STEVAUX; LATRUBESSE, 2005).

Esses períodos são bem pertinentes ao considerar os ambientes de pesca escolhidos pelos pescadores de Santa Cruz e suas distribuições durante os períodos do ano. As pescarias em ambiente de beira do rio ocorrem, em sua maioria, no período de cheias, quando as águas alcançam as vegetações as margens do rio, possibilitando acesso dos peixes nestes ambientes para procurar abrigo e alimento e também para a reprodução. As pescarias em pedrais e meio do rio, por exemplo, são registradas, em sua maioria, entre os meses de junho a outubro, conseqüentemente o período que caracteriza a vazante e seca, no qual o nível das águas diminui sendo possível, as pescarias nos ambientes descritos. Esta dinâmica de movimentação das águas, dos peixes e do conhecimento ecológico dos pescadores sobre o ambiente onde vivem tem reflexo positivo na renda dos pescadores na sustentabilidade pela capacidade dos indivíduos se adequarem ao meio.

O rendimento financeiro das (n=197) pescarias realizadas pelos (n=07) pescadores da comunidade de Santa Cruz representou uma quantia de R\$12.255,90. Sendo que a maior parte da comercialização se concentrou nos meses de setembro e outubro (Figura 17). Importante ressaltar que Santa Cruz é uma comunidade que possui poucos habitantes, aproximadamente 170 moradores (OLIVEIRA, 2013). É uma comunidade de difícil acesso, algo característico das comunidades tradicionais (VIANNA, 2003). Por ser uma das comunidades ribeirinhas da Amazônia, a pesca torna-se a principal atividade econômica (SILVA; BEGOSSI, 2004; CUNHA, 2020). No entanto, apesar do difícil acesso, os pescadores relatam que os conflitos pesqueiros aumentaram bastante nos últimos anos.

Figura 17. Renda mensal bruta em R\$ da produção capturada entre março a outubro de 2019 por 14 pescadores de São Geraldo do Araguaia, Pará, Brasil.



Fonte: Banco de dados do Propespa-PA.

No contexto das instalações da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, bem como outros empreendimentos acomodados na bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins, têm destacado impacto nas pescarias com a redução na quantidade de captura de peixes nos últimos anos (AKAMA, 2017). Os comunitários também relatam a presença de pescadores de outras localidades, os chamados “pescadores de fora”, que se deslocam por grandes distâncias para capturar peixes na região, isso gera sobreposição de pontos de pesca e conflitos entre pescadores de pequena escala.

A pesca praticada pelos veranistas, segundo os interlocutores, também se torna um grande problema para a atividade pesqueira local, uma vez que pescadores dessa categoria usam dos recursos naturais do rio com implemento de materiais e técnicas ilegais para captura de peixes. Em relatos dos comunitários, foi apontado o uso de explosivos usados por pescadores de fora e por veranistas, algo que é estritamente ilegal segundo a MPA/MMA Nº 12. Além disso os relatos são que os veranistas capturam uma grande quantidade de pescado e enchem caixas de isopor para levar para cidade.

A pesca destes agentes sociais não se restringe apenas a alimentação, mas transportam grande quantidade de peixes. Esta prática dos pescadores veranistas, não podemos caracterizar como esportiva de acordo com a Portaria do Ibama “Pesca Esportiva: modalidade da pesca amadora em que é obrigatória a prática do pesque e solte, sendo vedado o direito à cota de transporte de pescados...” (PORTARIA IBAMA Nº 4, DE 19 DE MARÇO DE 2009). De

acordo com Gorgatti (2007), a pesca esportiva não tem como objetivo a comercialização e nem consumo do pescado, é exercida como uma forma de lazer e/ou com finalidades de turismo.

No entanto as leis divergem. A exemplo a Lei Estadual do Pará de nº 6.167, de 07 de dezembro de 1998.¹⁷

§ 1o - A pesca esportiva prevista nesta Lei, abrange a modalidade “pesque e solte”, realizada por pessoas física, e, **admite a captura e transporte até dez quilos de peixes inteiros, por pescador esportivo**, destinados unicamente para consumo próprio, salvo as espécies protegidas pelas normas vigentes. § 2o - Cada pescador esportivo, poderá transportar além da quantidade prevista no parágrafo anterior uma única unidade, considerada “troféu”.

Já no estado do Tocantins, que fica na margem oposta da comunidade de Santa Cruz, a legislação não permite o transporte do pescado, fazendo valer pela Portaria nº 106/2019 da Naturantins - que dispõem sobre cota zero para transporte de pescado na modalidade esportiva ou amadora¹⁸.

Art. 2º Para efeito desta Portaria, fica permitido o consumo de pescado no local da pesca, nas modalidades esportiva e amadora, limitado à quantidade máxima de captura e estocagem de 5 kg (cinco quilogramas) por pescador licenciado.

Além desta situação que gera conflito entre os pescadores profissionais e amadores, durante a cartografia construída com os pescadores na comunidade de Santa Cruz eles apontaram uma lista de situações conflituosas no território:

- ✓ Uso de bombas;
- ✓ Pesca de batida;
- ✓ Lixo;
- ✓ Coleta de ovos de quelônios e tracajás;
- ✓ Veneno utilizado nas grandes fazendas que é escoado pela chuva para o rio;
- ✓ Acampamento de turistas (lixo e pesca ilegal);
- ✓ Construção da UHE de Santa Isabel;
- ✓ Roubo de peças arqueológicas da Ilha dos Martírios¹⁹;
- ✓ Invasão dos pontos de pesca por pescadores de outras localidades;

¹⁷ <http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/lo6167.pdf>

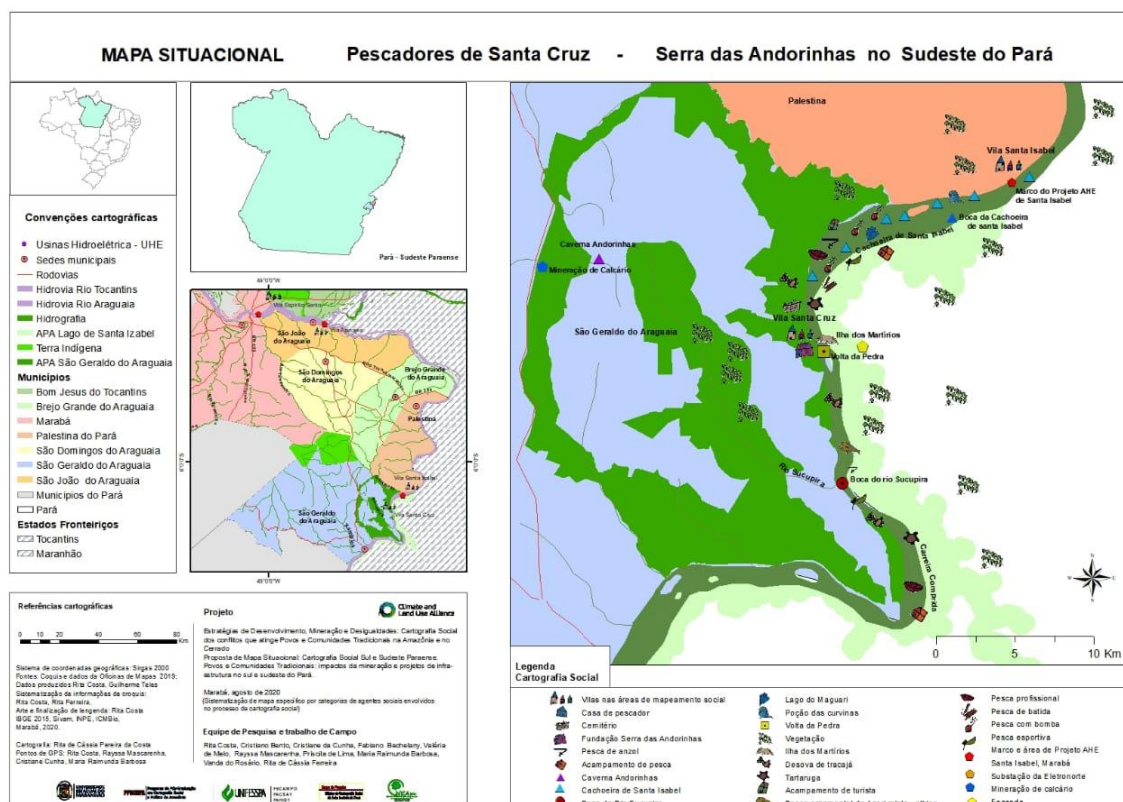
¹⁸ <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=376126>

¹⁹ A Ilha dos Martírios é no rio Araguaia e está situada em frente a comunidade de Santa Cruz. Na ilha encontra-se o maior sítio arqueológico de registro rupestre a céu aberto do mundo. Entre as gravuras nas rochas pode verificar figuras que lembram a ‘coroa de espinhos, cruz, manto de maria’, o que deu nome à ilha, em uma referência ao sofrimento ‘martírio’ de Cristo. <http://casadaculturademaraba.org/serra-das-andorinhas-expedicao-a-ilha-dos-martirios/>

- ✓ Os donos das propriedades que margeiam o rio proíbem a pesca nesses perímetros;
- ✓ A hidrovia, se vier, vai atrapalhar a pesca e acabar com os sítios arqueológicos da Ilha dos Martírios;

Também foi relatado problemáticas que são do dia a dia da pesca, como o ataque de botos, ariranhas e jacarés aos peixes emalhados. O material construído com os pescadores de Santa Cruz em breve poderá ser consultado no Boletim do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia “Pescadores e Ribeirinhos dos rios Araguaia-Tocantins - Sudeste do Pará”. Na Figura 18 apresentamos uma prévia desta construção que foi embasada no desenho e relatos dos pescadores.

Figura 18. Cartografia do território de pesca utilizado pelos pescadores de Santa Cruz, São Geraldo do Araguaia, Pará. Mapa situacional dos pescadores do rio Araguaia da comunidade de Santa Cruz dos Martírios-Serra das Andorinhas no Sudeste do Estado do Pará elaborado pelos comunitários locais e construído tecnicamente no Laboratório da Cartografia Social da Amazônia-Unifesspa.



Fonte: Rita de Cássia Pereira da Costa - Fragmento do Mapa Situacional “Pescadores e Ribeirinhos dos rios Araguaia-Tocantins - Sudeste do Pará” - Laboratório de Cartografia Social da Amazônia-Unifesspa.

Ao investigar sobre as ameaças e os problemas de pesca na localidade, os pescadores frisaram sobre a ausência de apoio por parte das entidades governamentais, sobretudo as ações de fiscalização, que em geral são realizadas apenas no período defeso. Neste sentido solicitam um canal de comunicação com os órgãos de fiscalização, não apenas o Ideflor-Bio, mas também

as Secretarias de Meio Ambiente do município e estado, para auxiliar na gestão do território. Enfatizam ainda que quando a fiscalização vem, atuam com foco nos pescadores profissionais, muitas vezes de forma truculenta, sendo que são os próprios pescadores profissionais da região é que tem o maior interesse na fiscalização para que possam ter um ambiente ecologicamente saudável.

No mapa supracitado, nota-se que os comunitários possuem um georeferenciamento dos pontos de pesca que utilizam no rio Araguaia, os nomes em muitos casos, fazem referência aos usuários. É comum, por exemplo, além do nome dos pontos de pesca, até mesmo ilhas, terem nomes de comunitários, que na maioria das vezes possui registro informal, mas que é reconhecido localmente. Dentre os pesqueiros mais utilizados pelos pescadores de Santa Cruz, destaca-se a Cachoeira de Santa Isabel, Jatobá, Carreira Cumprida, Travessão, Capitão e Ilha dos Martírios. Estes locais também foram representados durante a cartografia do território.

4.2 A Pesca e os conflitos com pescadores do Torneio de Pesca Esportiva de Piçarra

4.2.1 O Torneio de Pesca Esportiva de Piçarra (TORPEP)

O Torpep foi realizado entre os dias 29 e 30 de junho de 2018 (Figura 19). O investimento para essa edição do torneio esteve orçamentado em aproximadamente R\$80.000,00 (oitenta mil reais). Sobre os peixes que foram fígados, recolhidos, medidos, pesados e devolvidos para a água somam aproximadamente 800 (oitocentos) tucunarés (*Cichla spp.* - *C. kelberi*, *C. piquiti*) e mais de 60 (sessenta) jaús (*Zungaro zungaro*).

Os organizadores do torneio têm motivos variados para a realização do mesmo, entre eles alavancar a economia do município por meio de práticas sustentáveis de turismo ecológico. No entanto para além do regulamento do torneio, que rege sobre as permissões e proibições da pesca esportiva no local, não foi notado uma preparação aprofundada por parte da organização do evento para com os pescadores esportivos sobre o uso dos recursos naturais²⁰ da microrregião como orientações sobre descarte adequado do lixo, condutas ecológicas nos acampamentos, manejo dos animais de forma a não causar sofrimento a esses (ALBANO; VASCONCELOS, 2013). Essa ação que deveria, além de conscientizar sobre a importância ecológica local, evitaria eventuais conflitos com pescadores de outras modalidades. Por esses

²⁰ A educação ambiental é uma norma do regulamento. Art.7º. V - Propagar a educação ambiental, para que se possa combater às ações predatórias contra a ictiofauna e desenvolver a consciência ecológica com o turista por meio de divulgação e práticas de leis que normatizam a pesca esportiva e a conservação dos recursos naturais;

fatos dá-se a importância, por exemplo, de analisar os impactos socioambientais que essa atividade possa causar nessa microrregião (BARROCO; FREITAS, 2014), para que não haja o discurso autoproclamado pelos pescadores esportivos de prática ecologicamente correta (GORGATTI, 2007).

Os pescadores amadores que participaram do XXI Torpep se identificam como pescadores esportivos, haja vista que apenas um pescador das equipes entrevistadas declarou ser pescador profissional. Foram expostos dados relevantes nas notícias sobre essa edição do torneio, os mesmos estão disponíveis na página virtual do Torpep²¹.

Figura 19. Torneio de Pesca Esportiva de Piçarra, 29 e 30 de junho de 2018, Itaipavas, Piçarra, Pará, Brasil. **a.** Barcos dos competidores se preparando para saída da pescaria; **b.** Ambiente interno do local onde é organizado o torneio (praça de convivência e alimentação); **c.** chegada das equipes de pescadores para medição e pesagem dos peixes; **d.** competidores transportando um exemplar de jaú.



Fonte: a e b. Cristiane Vieira da Cunha; c e d. Osmar Cidil Batista Valverde

²¹

<http://torpep.com.br/o-governo-de-picarra-realizou-21o-edicao-do-torpep-torneio-de-pesca-esportiva-de-picarra/>

4.2.2 Perfil dos Competidores do TORPEP

Ao todo, se inscreveram para participar desta edição da competição 51 equipes de pesca. Entre os dias 29 e 30 de julho realizamos entrevistas com 19 equipes que estavam competindo no torneio. Os competidores vieram do Estado do Pará (n=12), Maranhão (n=1), Brasília (n=1), Bahia (n=1) e Tocantins (n=4) em grupos de em média 8 a 12 pessoas por grupo. Esta quantia varia, sobretudo para as equipes do Pará de cidades próximas como, São Geraldo do Araguaia, Canãa dos Carajás, Eldorado dos Carajás e Marabá em que alguns grupos chegaram a declarar que eram compostos em média por 20 a 40 pessoas.

O motivo declarado para a vinda ao torneio de pesca foi pela atividade da pesca esportiva como forma de lazer (n=9), ou motivado pela amizade (n=6), família (n=2), ou por meio de propagandas divulgadas na mídia (n=1) e pela parceria entre os municípios de Piçarra e Canãa dos Carajás.

A maioria dos entrevistados tem ensino superior completo (63%) e renda acima de R\$5.000,00 (cinco mil reais por mês), o que representa o perfil de 68% das equipes que foram entrevistadas. Os competidores são de diversas profissões como, médicos, representantes comerciais, pecuaristas, advogados, comerciantes, funcionários públicos de alto escalão, etc.

Os competidores se programaram para gastar durante o torneio em média R\$2.200,00 (dois mil e duzentos reais). O maior gasto declarado foi em relação a custeio com inscrição e combustível, seguido da compra de equipamentos de pesca. Desta forma é possível afirmar que a maior parte dos gastos programados não ficam necessariamente na região, uma vez que os carros já chegam abastecidos de bebidas e alimentos, e os equipamentos de pesca provavelmente são comprados em suas cidades de origem. Outro fator importante observado é que parte da bebida consumida é trazida para os acampamentos de suas localidades de origem, bem como parte da alimentação que é preparada nos próprios acampamentos.

Por este motivo é necessário a organização do evento investir em estratégias/incentivos para que o abastecimento dos veículos com bebidas e itens alimentares possa ser realizado no centro urbano mais próximo da comunidade de Itaipavas (a cidade de Piçarra), bem como a compra de equipamentos de pesca no sentido de promover a economia local.

Apenas um dos competidores declarou ser pescador profissional e os demais são pescadores amadores e tem em média 20 anos de experiência na pesca. A maioria dos competidores entrevistados já participaram do torneio anteriormente (n=14), um dos competidores já está em sua 16ª participação e outra em sua 12ª participação, os demais já

vieram ao TORPEP entre uma e cinco vezes. Mesmo aqueles que participaram a primeira vez declararam que irão retornar nas próximas edições do torneio, bem como os que já participam anualmente.

Os competidores participam de outros torneios além do Torpep, como os organizados em Canaã dos Carajás, São Geraldo do Araguaia, Jacundá, Tucuruí, São Felix do Xingu, Bela Vista e Rio Capim (estes no estado do Pará). Também participam de torneios em outros Estados, como Palmas, Araguaína e Porto Nacional (TO), Rio Verde e São Miguel do Araguaia (GO) e Babaçulândia (MA).

4.1.1 Percepções dos Competidores sobre as espécies alvo do torneio de pesca

Sobre a pesca do tucunaré, os competidores declaram que nos últimos 20 anos este peixe tem diminuído nos rios onde costumam pescar (n=10), outros declararam que tem observado que o tucunaré tem aumentado a quantidade, no entanto o tamanho dos peixes tem diminuído (n=5) e outros tem a percepção que não houve mudanças nos aspectos fisiológicos das espécies (n=3). O tamanho do tucunaré tinha em média 46,5cm há 20 anos atrás, atualmente o pescam com tamanho médio de 38,2cm.

Segundo os pescadores amadores os tucunarés se alimentam de outros peixes, especialmente os peixes menores, com nome popular de piaba e lambari. No entanto, foi declarado que esses peixes também se alimentam de pererecas e grilos. Em relação a seus predadores, a pesquisa relatada pelos interlocutores destaca jacarés, botos, piranhas e ariranhas como os principais. A maioria dos pescadores percebem que o tucunaré tem o seu período reprodutivo entre novembro a fevereiro, o que coincide com a piracema. Outros pescadores (n=2) declaram que os tucunarés desovam durante todo o ano e não somente durante a piracema.

Estes peixes gostam de ficar em uma diversidade de ambientes, como em águas paradas, em lagos, pedrais, as margens dos rios, em pés de pedras e pauzadas²². Os pescadores utilizam carretilhas ou molinetes com iscas artificiais para pescar o tucunaré. Fora do torneio são utilizadas também iscas vivas (peixes pequenos), mas que durante o torneio as iscas vivas para a pesca do tucunaré não são permitidas.

Sobre a pesca do jaú, os competidores também declararam que sua população tem diminuído em comparação com os últimos 20 anos nos rios em que costumam pescar (n=10), outros tem a percepção que eles aumentaram (n=3) ou sua população permanece estável (n=2).

²² O termo se refere a troncos de madeira, galhos e galhadas que se alojam nas profundezas das águas.

A percepção dos pescadores é que este peixe tem diminuído de tamanho, pois há 20 anos, ou quando começaram a pescar, podiam capturar um jaú de tamanho médio de 94,1 cm e atualmente a captura é de em média 67,6 cm.

Os jaús são peixes de grande porte podendo alcançar até 1,60 m de comprimento e pode chegar a pesar 110 kg, possui cabeça ampla, corpo curto e roliço com coloração cinza-amarela podendo ter manchas escuras na pele (ALVES et al, 2014). São percebidos pelos competidores entrevistados como peixes piscívoros (se alimentam de outros peixes), com preferência alimentar pelo cari, também chamado de cascudo e pertencente ao gênero *Suliriformes*, como o jaú. Foi relatado também que as populações de cari têm diminuído no rio Araguaia e em consequência a isto, as populações de jaú também. Os predadores do jaú, segundo os pescadores são as ariranhas, botos, jacarés e lontras.

É habitual ou natural essa espécie de peixe ficar em águas correntes, preferencialmente nos canais e pedrais a jusantes de corredeiras (ALVES et al, 2014). Nas pescarias, para captura específica dessa espécie de jaú, são utilizadas carretilhas e os pescadores usam de isca viva, no caso o minhocaçu (*Rhinodrilus alatus*), única isca permitida pelo regulamento do torneio. Conseguimos relatos de que, fora do torneio, houve registro de captura usando iscas vivas de peixes (piabas e caris).

O motivo declarado pelos pescadores amadores em relação a diminuição das populações de tucunarés e jaús, segundo suas percepções é devido a pesca predatória praticada principalmente pelos pescadores artesanais, sobretudo o uso das malhadeiras. Outro motivo percebido pelos pescadores que leva a diminuição destas populações é a grande quantidade de barcos e competidores durante o torneio e também o fator de migração do jaú, que ao longo dos anos pode estar se deslocando a procura de refúgio dos predadores. Outro fato ao considerar sobre esses fatores é a morfologia desses animais, que fazem parte de uma linhagem de várias espécies Reofílicas²³ (DRUMOND, 2008), porém vale ressaltar que jaús são espécies pouco explorada cientificamente (ALVES et al, 2014).

3.6 Pescadores da Localidade de Itaipavas e as Diferentes Percepções

Para melhor entendimento das relações entre competidores do Torpep e pescadores de pequena escala, realizamos um momento de reflexão sobre a pesca na região de Itaipavas com os pescadores da localidade. A roda de conversa foi realizada na residência do Sr. An. que, em

²³ Espécies reofílicas são as espécies que migram, geralmente contra a correnteza, no período de reprodução.

conversa preliminar, relatou residir no povoado há quase 60 (sessenta) anos, no qual os pioneiros do mesmo foram seu “J.P.”, dona P. e V.. Participaram da oficina: Ap., Cb., Pd, Er, Cc, Na. e R.L.

A pergunta norteadora em questão foi: Quais os principais problemas que o setor pesqueiro enfrenta? Mediante esta pergunta, a conversa foi se desenvolvendo. E diante das afirmativas anteriores, relatadas pelos pescadores esportivos, de que a diminuição do pescado na região de Itaipavas é devido a atuação dos pescadores profissionais, fomos tendo mais clareza que a problemática é muito mais complexa.

Os grupos de pescadores que contribuíram conosco nesta pesquisa relataram que a exploração desordenada na região de Itaipavas já se acentuam há alguns anos. Iniciou no final da década de 90, com a “invasão” do território incentivada pela Colônia de Pesca de Marabá - Z-30, através do presidente da instituição na época, Sr. Antônio Rodrigues Dias (Bibi). Os pescadores de Marabá vinham pescar na região em comitivas, a produção era grande e precisava ser transportada em caminhão frigorífico. Esta situação se repetiu durante anos e incentivou outros grupos de diversas regiões a explorar as corredeiras de Itaipavas, que se configurava como um rico pesqueiro.

Além desta situação de “invasão” de pescadores de outras localidades, há também o próprio torneio de pesca, que já está em vigor há 21 anos ininterrupto. A prática que é amplamente divulgada como sustentável pelo fato de ser pesque e solte, não revela que muitos peixes que são soltos morrem logo após a competição. É comum os pescadores da comunidade de Itaipavas encontrarem dois ou três depois do torneio vários tucunarés mortos, boiando no rio. Isto se deve à falta de informação/formação dos pescadores competidores em como manejar o peixe durante a competição. Segundo os pescadores, os competidores não sabem tirar o anzol e manusear o alicate, ‘rasgam o beijo do tucunaré’. Também o deixam muito tempo fora da água, tiram a muco da pele dos peixes, ou os deixam em recipiente que não é adequado, onde a água esquent²⁴. Feridos e desorientados os tucunarés, quando são soltos pelos competidores, se chocam contra as pedras no rio e acabam morrendo.

Em avaliação realizada com (n=485) tucunarés da espécie *Cichla temensis* que foram submetidos ao sistema pesque e solte na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, constatou que 68% dos indivíduos tiveram a mandíbula inferior transpassada pelos alicates do tipo Boga Grip, usualmente utilizados para esta prática (LOPES, 2011). Na mesma pesquisa

²⁴ Segundo o regulamento do torneio as equipes devem ter nas embarcações viveiros com nivelador e boa circulação de água e Aerador (Art. 28)

Lopes (2011) recomenda que os alicates de manuseio devem estar com as cerdas encapadas para evitar a perfuração da mandíbula inferior dos tucunarés²⁵. Oliveira Junior (2019) também destaca que observou, durante pesquisa realizada com o sistema de pesca e solte no rio Cueiras no Amazonas, ferimentos causados pelas garateias nos arcos branquiais e mortalidade dos indivíduos.

Durante a prática da atividade de pesca esportiva pode ocorrer mortalidade acidental de indivíduos, devido ao um conjunto de fatores associados aos ferimentos causados pelas garateias das iscas artificiais, tempo de exposição do peixe fora d'água, acidentes durante a manipulação a bordo, e elevados níveis de estresse dos indivíduos capturados (OLIVEIRA JUNIOR, 2019 p. 43).

Sobre o jaú, foi relatado que também são encontrados mortos dias depois do torneio. O jaú quando pescado por alguma equipe é transportado para um tanque (

A organização do torneio pede aos pescadores locais que a pesca seja interrompida 8 (oito) dias antes do início da competição e durante a realização do mesmo o procedimento continua. Em anos anteriores, já houve paralizações de até 30 (trinta) dias antes do início do torneio. Mas os pescadores alertam que a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – (SEMAS) do município, bem como a organização do torneio não podem (ou não tem poder) para proibir a pesca, já que a categoria “pescador” é reconhecida a nível Federal, bem como o rio Araguaia também é de Jurisdição Federal. Mesmo assim quando as imposições são colocadas, eles acabam aceitando por receio de retaliações. Para os pescadores a proibição os prejudica financeiramente, sendo que a ação imposta se torna desvantajosa para a pesca de pequena escala, pois não recebem nenhum incentivo/benefício para interromper suas pescarias, mesmo assim, afirmam que tem cumprido a ordem estabelecida para realização do torneio.

Figura 20), construído pela equipe de organização do evento, onde ficam até o final do torneio para conferência do peso e comprimento, ao final são soltos no rio²⁶. O transporte do peixe e manipulação posterior, segundo os pescadores de Itaipavas, causam sofrimento a ele, pois como é um peixe grande os órgãos não aguentam o seu peso e vão ‘estourando’ dentro dele, por esse motivo, mesmo ele sendo solto vivo no rio, dias depois é encontrado morto. Pesquisas sobre os sistemas de pesca e solte ainda são tímidas no Brasil, mas pesquisadores já conseguem afirmar que os peixes capturados e devolvidos ao rio estão sujeitos a níveis de estresse que podem não sobreviver.

²⁵ Segundo o regulamento do torneio as equipes devem ter Alicate de bico e alicate de boca, mas nada diz que as cerdas dos alicates devem ser encapadas (Art. 28).

²⁶ Segundo o regulamento os 03 (três) maiores peixes da espécie Jaú, permanecerão na piscina até o final da competição para serem soltos, conforme programação (Art. 30).

Os peixes capturados e devolvidos estão sujeitos a estresse por fadiga e dano físico e, depois de solto, o peixe manipulado torna-se uma presa mais fácil e está sujeito à queda de seu desempenho reprodutivo e produtivo e à diminuição de resistência às doenças. Além disso, são desconhecidas as intensidades destes efeitos sobre os peixes devolvidos e, conseqüentemente, sobre as populações nativas de peixes (I SINPE, 2011 p. 11).

A organização do torneio pede aos pescadores locais que a pesca seja interrompida 8 (oito) dias antes do início da competição e durante a realização do mesmo o procedimento continua. Em anos anteriores, já houve paralizações de até 30 (trinta) dias antes do início do torneio. Mas os pescadores alertam que a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – (SEMAS) do município, bem como a organização do torneio não podem (ou não tem poder) para proibir a pesca, já que a categoria “pescador” é reconhecida a nível Federal, bem como o rio Araguaia também é de Jurisdição Federal. Mesmo assim quando as imposições são colocadas, eles acabam aceitando por receio de retaliações. Para os pescadores a proibição os prejudica financeiramente, sendo que a ação imposta se torna desvantajosa para a pesca de pequena escala, pois não recebem nenhum incentivo/benefício para interromper suas pescarias, mesmo assim, afirmam que tem cumprido a ordem estabelecida para realização do torneio.

Figura 20. Tanque onde são colocados os peixes da espécie Zungaro Zungaro (jaú) durante o torneio de pesca.



Fonte: Osmar Cidil Batista Valverde. 2018.

Ainda na percepção dos pescadores, o Torpep não gera retorno econômico para a comunidade, os mesmos pedem das autoridades competentes “que houvesse mais contratação de pilotos de barcos para gerar algum tipo de trabalho para os comunitários locais; incentivo para manter barracas de lanches; incentivo para criação do minhocuçu; incentivo para o turismo; auxílio para construção de tanques escavados”. Mas nestes 21 anos de torneio houve pouco incentivo para a população local.

Ainda sobre a questão chave da roda de conversa, o grupo relatou que o setor pesqueiro tem enfrentado diversas dificuldades e problemas, como:

- ✓ Não há apoio para os pescadores;
- ✓ Há dificuldades para venda da produção;
- ✓ Alguns pescadores vendem seus produtos na cidade de São Geraldo e Xambioá nos fins de semana, dessem o rio Araguaia de rabeta²⁷;
- ✓ Outros vendem para os atravessadores;
- ✓ Não tem geleira na comunidade e os pescadores têm que produzir seu próprio gelo para conservar os peixes;
- ✓ Muitos pescadores de fora também usam o território de pesca.

A disputa pelo território tem sido uma luta constante, o grupo que tem perdido território para os fazendeiros, os mesmos não permitem a pesca em frente as suas propriedades e há disputas de territórios com pescadores de outras regiões e modalidades. Os turistas também utilizam práticas de pesca ilegais na microrregião, capturam peixes pequenos e usam malhadeiras com tamanhos de malhas não permitidas, apanhando animais de tamanho inferior ao permitido em lei. Outra problemática é o uso de práticas indevidas na pesca, ao exemplo do uso exagerado de ceva.

O lixo também se torna uma grande problemática, “há mais garrafas PET no rio Araguaia do que peixe”²⁸, esse fator gera conflitos por pontos de pesca, pois se alguém coloca uma ceva em determinado local, outros pescadores ficam impossibilitados de colocar a rede malhadeira.

Nota-se que os territórios de pesca são amplamente disputados por diversas categorias de pescadores. Há a sobreposição de pontos de pesca, além de disputa com fazendeiros cuja

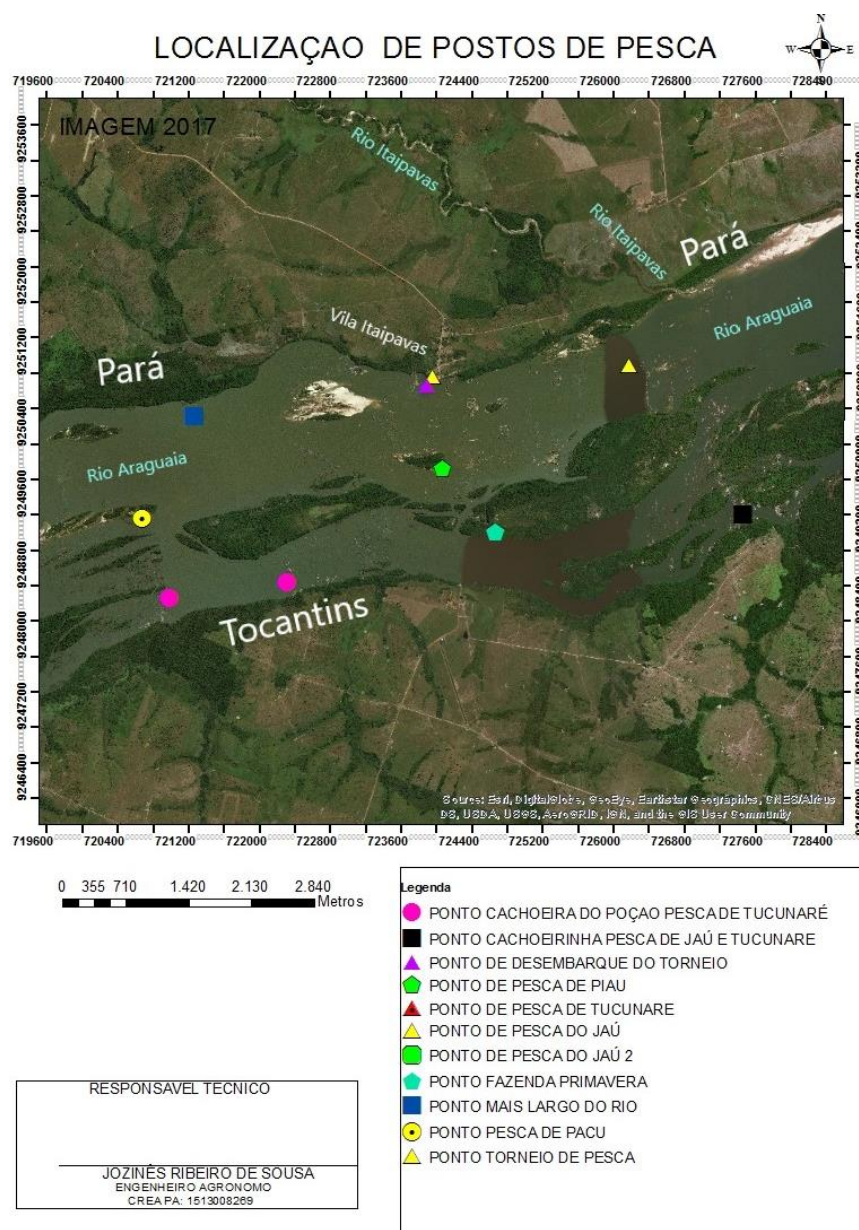
²⁷ Pequeno motor de propulsão que, acoplado na traseira de pequenas embarcações ou barcos, é conduzido manualmente, com a ajuda de um bastão que determina as direções.

²⁸ Esse relato diz respeito a ceva, o alimento é inserido nas garrafas e presos nos ambientes dos rios constituindo atrativos para os peixes.

propriedades margeiam o rio Araguaia. Observa-se que os pescadores de pequena escala da comunidade de Itaipavas reclamam da “invasão” do seu território por pescadores dos municípios circunvizinhos, porém reconhecem que a carteira de pescador é nacional, portanto estão amparados por lei para pescar na localidade. Em breve visita de campo foi possível mapear alguns locais que são importantes para os pescadores de Itaipavas, como locais de pesca de tucunaré, piau e jaú, mas que estão em constante disputa (Figura 21).

Outra questão enfatizada é a dificuldade de receber o Seguro Desemprego do Pescador (Seguro Defeso), que não tem sido pago ou muitos foram cancelados. Uma das problemáticas mais discutida foi a localização da colônia de pesca da vila Itaipavas, atualmente está localizada na cidade de São Geraldo do Araguaia e o presidente se nega a transferir para o seu local de origem. Itaipavas é uma das comunidades ribeirinhas do município e, conseqüentemente, local estratégico para sediar a colônia. Como medida de resistência e também de busca de representatividade um grupo de pescadores da comunidade tem se mobilizado para a criação de sindicato.

Figura 21. Locais de pesca utilizados pelos pescadores da comunidade de Itaipavas, Piçarra, Pará, Brasil.



O Sindicato dos Pescadores de Piçarra foi criado para representar os pescadores e pescadoras da região, no entanto, até a data da pesquisa (2018) ainda não tinham conseguido obter a Carta Sindical junto ao Ministério do Trabalho. Desta forma o sindicato dos pescadores não pode atuar legalmente, pois a Carta Sindical era emitida pelo extinto Ministério do Trabalho, que foi reestruturado pelo presidente interino da república, o excelentíssimo senhor Michel Miguel Elias Temer Lulia, pela medida provisória nº 726, convertida na lei nº 13.341 de 29 de setembro de 2016. Em sequência houve a extinção deste ministério no dia 1º de janeiro de 2019, pelo atual presidente da república, o excelentíssimo senhor Jair Messias Bolsonaro. Nessa nova gestão, o extinto Ministério do Trabalho foi configurado em uma pasta, esta é administrada pelo Ministério da Economia; Ministério da Cidadania e Ministério da Justiça e

Segurança Pública. Essa subdivisão, além da ausência de iniciativa do poder público, dificulta ainda mais a obtenção da Carta Sindical do Sindicato dos Pescadores de Itaipavas.

Os próprios pescadores veem a regulamentação do sindicato como forma de mitigar os problemas de falta de repasse do seguro defeso, ausência de suporte para os pescadores, ausência de interlocução com as outras entidades, imposição de pautas diante da comissão organizadora do Torpep. Os interlocutores afirmam que, no momento, o único órgão que pode atender as demandas dos pescadores é o sindicato.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa pesquisa foi possível ampliar o conhecimento sobre a pesca de pequena escala no rio Araguaia, além da identificação de conflitos existentes entre pescadores por meio de análise das práticas de pesca esportiva e pesca profissional no rio Araguaia. Os resultados indicam que a categoria de pesca esportiva é praticada como instrumento de lazer e apreciação do ambiente. Por outro lado, a categoria profissional possui objetivos de adquirir renda e alimento, principalmente para as unidades familiares dos pescadores. Essas afirmativas entram em concordância com as bibliografias selecionadas.

Levantamento de dados socioeconômicos das duas modalidades, no entanto, sugerem grande distinção sobre a situação financeira de pescadores. Enquanto alguns pescadores esportivos do Torpep declararam renda mensal que ultrapassam os R\$20.000,00, pescadores profissionais não superam a casa dos R\$500,00.

Pela convivência diária no rio e a necessidade de adaptação às dificuldades, a pesquisa indica que pescadores profissionais possuem maior conhecimento ecológico sobre os ambientes de pesca do que pescadores esportivos do torneio. Porém, a percepção do declive de espécies nos últimos anos é expressa por pescadores das duas categorias. Pescadores esportivos, no entanto, alegam que as atividades de pesca não interferem na dinâmica dos pescadores profissionais, por outro lado, pescadores profissionais veem o torneio interferir diretamente na dinâmica pesqueira, pois com a grande movimentação de embarcações no rio em período de disputa do torneio, os peixes se escondem dificultando a captura, além disso tem a problemática da mortalidade de peixes após o torneio.

Importante destacar que duas noites e um dia ininterrupto de pescaria que antecede a apresentação da quadrilha e no dia seguinte logo cedo inicia novamente a pescaria. Em resumo, a apresentação da quadrilha das festas juninas torna-se um anexo ao evento, pois as condições humanas de desgaste dos participantes do torneio não garantem uma participação plena.

Os artigos nº29 e nº30 do anexo1 discorrem sobre as condições dos peixes capturados, porém é importante considerar a situação de sofrimento de um peixe capturado no início da pescaria permanecendo no viveiro da embarcação e desembarcado só no final da atividade. A proposta é orientar os pescadores para mitigarem o máximo possível o desgaste físico do animal no sentido de evitar a morte do mesmo após a captura e soltura, essas arguições precisam estarem apresentadas de maneira explícita no regulamento. O artigo nº67, no entanto, fere a autonomia dos pescadores e demais legislações que fundamentam a pesca de pequena escala ao sugerir que evitem a atividade de pesca com trinta (30) dias de antecedência ao torneio.

Os impactos da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no entanto, já são percebidos por pescadores do rio Araguaia que afirmam este como um dos vários possíveis motivos do declínio da produção pesqueira em comparação com os últimos 20 anos, consequentemente o número expressivo de espécies ameaçadas de extinção descritas em boletins e bibliografias recentes também tiveram grande aumento.

Com a soma total de rendimento financeiro dos (n=14) pescadores durante o período de monitoramento de R\$ 61.564,94 a movimentação financeira da pesca profissional em São Geraldo do Araguaia, por exemplo, torna-se considerável, contudo, essa pesquisa ampliou o conhecimento sobre os dados socioeconômicos da pesca profissional, além de informações de relevante importância para a promoção de políticas públicas que possam garantir a segurança alimentar pelo consumo de pescados em Santa Cruz.

Os indicativos de conflitos estão destinados para ao questionamento futuros sobre impactos da construção de grandes empreendimentos no rio Araguaia como usinas hidrelétricas e a Hidrovia Araguaia-Tocantins. Impasses com os ditos “pescadores de fora” e pescadores de outras modalidades pelo uso de instrumentos ilegais na pesca como explosivos, por fim, a grande opressão de latifundiários. Tais situações de conflitos interferem diretamente na dinâmica da pesca de pequena escala e sugerem maiores investigações e ações das autoridades competentes no sentido de identificar, mitigar e eliminar tais conflitos.

Por fim consideramos que:

1. Em São Geraldo do Araguaia o poder público deve inserir o setor pesqueiro como importante setor econômico de base familiar e dar subsídio para a valorização do setor produtivo da pesca, como melhorias na colônia de pesca, ampliação da geleira e apoio aos pescadores para a construção de uma feira de pescado no município;
2. Em Santa Cruz o órgão gestor, Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (Ideflor-Bio), deve dar maior visibilidade a pesca de pequena escala e

aos pescadores, inserido esta ação produtiva no futuro plano de manejo da APA Araguaia, considerando apoiar os pescadores desta localidade na construção de um Plano de Uso do Território e possíveis Acordos de Pesca. No mais, que possam investir em ações de educação ambiental aos usuários do território e fiscalização que considere os sujeitos locais no sentido de compreender a dinâmica de vida e suas relações com o ecossistema.

3. Em Itaipavas, a coordenação do Torpep, deve avaliar a possibilidade de nova edição de regulamento do torneio de pesca esportiva, como uso de alicates com cerdas encapadas, capacitação dos competidores para a manipulação dos animais e revisão das espécies alvos, tendo em vista que o jaú e o tucunaré são dos peixes mais rentáveis para os pescadores de pequena escala e a continuidade do torneio, a longo prazo, pode contribuir ainda mais para a redução os estoques desta espécie na região. Além disto, a organização do torneio deve implementar ações de educação ambiental, que estão previstas em seu regulamento.

4. Que órgãos como Secretarias de Meio Ambiente, Polícia Ambiental, Ministério Público Estadual e Federal e Defensorias Públicas possam fazer a escuta dos pescadores sobre as situações de conflito entre pescadores de pequena escala, com pescadores esportivos, amadores e latifundiários, de modo a auxiliar na resolução destas problemáticas. Além de apurar, se durante o torneio de pesca que é realizado em Itaipavas, não estão sendo violadas as leis de proteção aos animais e de crimes ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **O domínio dos cerrados: introdução ao conhecimento**. 1983.

AKAMA, Alberto. **Impacts of the hydroelectric power generation over the fish fauna of the Tocantins river, Brazil: Maraba dam, the final blow**. *Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Coordenação de Zoologia. Avenida Perimetral 1901, Campus de Pesquisa, Belém, PA, Brasil*. v. 21, n. 3, 2017.

ALBANO, José Cícero; VASCONCELOS, Eliane Carvalho de. **Análise de Casos de Pesca Esportiva no Brasil e Propostas de Gestão Ambiental Para o Setor**. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais – Número 28 – Curitiba*, junho de 2013.

ALMEIDA, Alivinio de. **Hidrovia Tocantins-Araguaia: importância e impactos econômicos, sociais e ambientais segundo a percepção dos agentes econômicos locais**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2004.

ALVES, Marília Cunha Botelho; BARTHEM, Ronaldo Borges. **A Pesca Comercial dos “Tucunarés” *Cichla spp.* (Perciformes, Cichlidae) no Reservatório da Uhe-Tucuruí, Rio Tocantins, PA**. Artigo Científico: Recebido em 09/01/2008 - Aprovado em 15/04/2009. *B. Inst. Pesca*, São Paulo, 34(4): 553 - 561, 2008.

ALVES, F. L., CAVALCANTE, T. V., MAZZINGHY, C. L., & DIAS, F. F. E.. **IMPORTANTES ASPECTOS REPRODUTIVOS DA ESPÉCIE E PEIXE (JAÚ) ZUNGARO ZUNGARO NA AQUICULTURA- REVISÃO DE LITERATURA; REVISTA CIENTÍFICA DE MEDICINA VETERINÁRIA-ISSN:1679-735: Araguaína-TO**, julho de 2014.

AQUINO, Sâmia; STEVAUX, José Cândido; LATRUBESSE, Edgardo Manuel. **Regime hidrológico e aspectos do comportamento morfohidráulico do rio Araguaia**. *Revista brasileira de geomorfologia*, v. 6, n. 2, 2005.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 27, 2011.

BARROCO, Lorenzo Soriano Antonaccio; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho. **A Pesca Esportiva na Amazônia: Implicações Para a Sustentabilidade dos Estoques Pesqueiros e da Atividade**. *Scientia Amazonia*, v. 3, n.2, 93-99, 2014.

BEGOSSI, A., SILVA, A. L., SEIXAS, C. S., de CASTRO, F., PEZUTTI, J., HANAZAKI, N., & SILVANO, R. A. M. **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. (Vol. 6). Editora Hucitec. São Paulo, 2004.

BRASIL. Instituto Natureza do Tocantins-NATURANTINS. Portaria nº 106 de 27/03/2019: Coleta Zero Para transporte de Pescado na Modalidade Pesca Esportiva e Amadora no Estado do Tocantins. Març/2019. Legislação Federal e Marginalia.

BRASIL, M. E. C. SECADI. Educação do Campo: marcos normativos. **Brasília: SECADI**, 2012.

BRASIL, MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA. INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA/MMA Nº 12, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011.

BRASIL. Disciplina a Atividade de Pesca Esportiva no Estado do Pará, e de Outras Providências. **Assembleia Legislativa do Estado do Pará-ALEPA.** Lei Estadual do Pará de nº 6.167, de 07 de dezembro de 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Supremo Tribunal Federal, 1988.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. 2013.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos Parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CALDART, Roseli Salete. **Dicionário da Educação do Campo.** / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARDOSO, Renato Soares; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho. A pesca de pequena escala no rio Madeira pelos desembarques ocorridos em Manicoré (Estado do Amazonas), Brasil. **Acta Amazonica**, v. 38, n. 4, p. 781-787, 2008.

CATELLA, Agostinho Carlos. Reflexões sobre a pesca esportiva no Pantanal Sul: crise e perspectivas. **Embrapa Pantanal-Artigo de divulgação na mídia (INFOTECA-E)**, 2004.

CORDEIRO, Georgina NK; DA SILVA REIS, Neila; HAGE, Salomão Mufarrej. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. **Em Aberto**, v. 24, n. 85, 2015.

CUNHA, Cristiane Vieira da Cunha. **Monitoramento adaptativo da pesca na média bacia Araguaia-Tocantins na Amazônia brasileira, Pará, Brasil. 2019.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós e Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Pará, 2019 (em elaboração).

DA SILVA, Christian Nunes et al. Pesca e influências territoriais em rios da Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 1, 2016.

DRUMOND, Mariana Martins. **Reprodução induzida de jaú, (Zungaro jahu): análise das características seminais e ovocitárias.** Unpublished Ms. C. Dissertation, Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 108p, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**, saberes necessários para a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª edição, Rio de Janeiro, Editora: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho; RIVAS, Alexandre Almir Ferreira. **A Pesca e os Recursos Pesqueiros na Amazônia Ocidental**. *Cienc. Cult.* [online]. 2006, vol.58, n.3, pp.30-32. ISSN 2317-6660.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40. Rio de Janeiro, 2009.

GORGATTI, E. C. A. S. **Pesca esportiva: crueldade consentida e a glamourização do lazer na Terra da Gente**. Tese de Doutorado. Dissertação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Centro Universitário de Araraquara, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 95-120, 2009.

HANAZAKI, Natalia; BEGOSSI, Alpina. Dieta de populações de pescadores. IN: **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec/Nepam/Unicamp, p. 89-148, 2004.

IBAMA, PORTARIA IBAMA Nº 4, DE 19 DE MARÇO DE 2009. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2009/p_ibama_04_2009_normasparapescaamadora_revoga_p_30_2003_51_2003.pdf. Acesso em: 07/2018

IBGE. Informações retiradas do portal | Brasil em síntese | Pará | São Geraldo do Araguaia/Panorama elaborado por Índice Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-geraldo-do-araguaia/panorama>>. Acesso em: 21/05/2019.

IBGE. Informações retiradas do portal | Brasil em síntese | Pará | São Geraldo do Araguaia/Panorama elaborado por Índice Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/picarra/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>>. Acesso em: 21/05/2019.

IDEFLOR-Bio. Informações retiradas do portal Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas | elaborado por Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade-Ideflor-Bio. Disponível em: <<https://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/regiao-administrativa-do-araguaia/parque-estadual-serra-dos-martirios-andorinhas/>>. Acesso em: 21/05/2019.

JUNK, Wolfgang J.; MELLO, J. A. S. Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na bacia amazônica brasileira. **Estudos avançados**, v. 4, n. 8, p. 126-143, 1990.

KUSNIEWSKI, Fernanda Paula Piran. **Agroecologia e educação do campo: meios de promover a permanência do jovem no campo?**. Universidade Federal da Froiteira Sul/ Campus Laranjeira do Sul/ Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Laranjeiras do Sul, 2018.

LATRUBESSE, Edgardo Manuel.; STEVAUX, José Cândido. Características físico-bióticas e problemas ambientais associados à planície aluvial do rio Araguaia, Brasil Central. **Revista Geociências-UNG-Ser**, v. 5, n. 1, p. 65-73, 2007.

LATRUBESSE, Edgardo Manuel; STEVAUX, José Cândido. **Geomorphology and environmental aspects of the Araguaia fluvial basin, Brazil**. Zeitschrift fur Geomorphologie, Supplementband, v. 129, p. 109-127, 2002.

LIMA, Michel De Melo. **A produção social do espaço e a relação cidade-rio na ribeira de Marabá-PA: modernização, conflitos e resistências**. *GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)*, v. 20, n. 2, p. 267, 2016.

LINDENMAYER, David B; LIKENS, Gene E; HAYWOOD, Andrew; MIEZIS, Lee. **Adaptive monitoring in the real world: Proof of concept**. *Trends in Ecology and Evolution*, v. 26, n. 12, p. 641–646, 2011.

LINDENMAYER, David B.; LIKENS, Gene E. **Adaptive monitoring: a new paradigm for long-term research and monitoring**. *Trends in Ecology and Evolution*, v. 24, n. 9, p. 482–486, 2009.

LOPES, K. S.. Análise preliminar da taxa de mortalidade em tucunarés *Cichla* spp. (teleostei: cichlidae) submetidos ao sistema pesque-e-solte na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA). **Encontro Brasileiro de Ictiologia: Manaus, Amazonas**, 2011.

MALDANER, Kiara Lubick Silva; AKAMA, Alberto. **Análise do conteúdo midiático sobre os impactos das usinas hidrelétricas do rio Madeira: um conflito silencioso**. *Revista Interface*, n. 14, p. 19-37. Porto Nacional, 2017.

MASCARENHAS, Luciane Martins de Araújo; FERREIRA, Manuel Eduardo; FERREIRA JÚNIOR, Laerte Guimarães. **Sensoriamento remoto como instrumento de controle e proteção ambiental: análise da cobertura vegetal remanescente na bacia do rio Araguaia**. Sociedade & Natureza. Uberlândia, 2009.

MUNTZ, W. R. A. **A penetração de luz nas águas de rios amazônicos**. *Acta Amazonica*, v. 8, n. 4, p. 613-619, 1978.

OLIVEIRA, Abel Pojo. **A CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DE USO PÚBLICO DO SETOR 03 DO PARQUE ESTADUAL SERRA DAS ANDORINHAS E DA APA ARAGUAIA, ESTADO DO PARÁ**. Instituto Nacional De Pesquisas Da Amazônia – Inpa, Manaus - Amazonas. Dissertação, 2013, 55 pg.

OLIVEIRA JÚNIOR, Flávio Ruben Paes de. **DIAGNÓSTICO DO POTENCIAL DA ATIVIDADE DE PESCA ESPORTIVA NO RIO CUIEIRAS, NA ÁREA DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – RDS PURANGA CONQUISTA**. Instituto Nacional De Pesquisas Da Amazônia – Inpa, Manaus - Amazonas. Dissertação, 2019, 59 pg.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização** / Jan Douwe van der Ploeg; tradução Rita Pereira. — Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POLAZ, Carla Natacha Marcolino; RIBEIRO, Kátia Torres. **Conservação de Peixes Continentais e Manejo de Unidades de Conservação**. Biodiversidade Brasileira, 7(1):1-12. ICMBio-Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade, 2017.

RUFFINO, Mauro Luís et al. A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Provárzea, Manaus, Brasil (in Portuguese)**, 2004, 272p.

SANTOS, G. M. DOS; SANTOS, A. C. M. DOS. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 54, p. 165–182, 2005.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores/Juliana Santilli**.-São Paulo: Petrópolis, 2009.

SILVA, Andrea Leme da.; BEGOSSI, Alpina. Uso de recursos por ribeirinhos no médio rio Negro. IN: **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec/Nepam/Unicamp, p. 89-148, 2004.

SILVA, C. N. da. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves – PA**. 2006. Belém: PPGEU/UFPA, 2006 (Dissertação de Mestrado em Geografia)

TAFFAREL, Celi Zulke; MUNARIM, Antonio. Pátria educadora e fechamento de escolas do campo: o crime continua. **Revista Pedagógica**, v. 17, n. 35, p. 41-51, 2015.

TUCCI, Carlos E. M.; HESPANHOL, Ivanildo; CORDEIRO NETTO, Oscar de M. **Gestão da água no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2001. 156p

UNIFESSPA. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Disponível em: <<https://fecampo.unifesspa.edu.br>>. Marabá-PA, 2019.

UNIFESSPA. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Disponível em: <<https://fecampo.unifesspa.edu.br>>. Marabá-PA, 2014.

UNIFESSPA. Portal da Faculdade de Educação do Campo. Disponível em: <<https://fecampo.unifesspa.edu.br>>. Acesso em 13/02/2020. Marabá-PA, 2020.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em Educação: a observação/** cap. 1, Metodologia da Observação. 2, Observação na Escola.108p. Série Pesquisa em Educação, v5 – Brasília: Plano Editora, 2003.

ZACARKIM, Carlos Eduardo. **Diagnóstico da Pesca Artesanal e Amadora no Rio Araguaia-TO/PA**. / Carlos Eduardo Zacarkim – Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas – Zoologia. Curitiba, 2012.

ANEXOS:
Anexo 1.



REGULAMENTO

XX – TORPEP

Torneio de Pesca Esportiva de Piçarra - PA

15, 16 e 17 de Junho de 2017.

Índice

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	02
DOS OBJETIVOS.....02	02
DA SUPERVISÃO.....02	02
DAS MODALIDADES E PROGRAMAÇÃO.....02 à 03	02 à 03
DA COMPETIÇÃO	03 à 04
DOS COMPETIDORES.....04 à 05	04 à 05
DOS FISCAIS DE BARCO.....05	05
DAS INSCRIÇÕES.....05	05
DA PREMIAÇÃO.....06	06
DA LEGISLAÇÃO E SEGURANÇA.....06 à 07	06 à 07

DAS AUTORIDADES E COORDENAÇÃO.....	07
DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES.....	07 à 08
DAS PENALIDADES.....	08 à 09

Vila Itaipavas, Piçarra – Pará.

Artigo – Art.

Parágrafo Primeiro - § 1º

Inciso Um - I

I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O XX Torneio de Pesca Esportiva de Piçarra/PA - TORPEP, é de iniciativa, organização e direção do Governo Municipal de Piçarra/PA, em parceria com Governo do Estado do Pará, Empresários Regionais, e outros Municípios.

Art. 2º - O XX Torneio de Pesca Esportiva de Piçarra/PA – TORPEP, será realizado na Vila Itaipavas, localizado no Município de Piçarra-PA.

Art. 3º - É vedada a participação no XX TORPEP de equipes que estejam respondendo a Procedimento Administrativo para apuração de INFRAÇÕES GRAVES, até decisão da comissão julgadora, bem como de pessoas que tenham desrespeitado a Comissão Organizadora e/ou participantes com atos dolosos, em festivais anteriores;

Parágrafo Único – As equipes que estiverem respondendo a procedimento administrativo para apuração de infrações graves, deverão ter parecer emitido pela comissão julgadora até o dia do início do evento até as 17:00hs.

Art. 4º - As autoridades e organizadores do XX TORPEP não se responsabilizarão por perdas, roubos ou danos materiais e/ou físicos ocorridos com os participantes, espectadores e acompanhantes antes, durante e após o evento;

Art. 5º - O XX TORPEP será norteado pelo presente regulamento e o descumprimento das normas nele estabelecidas implicará na desclassificação da equipe;

§ 1º - A pré-inscrição no XX Torneio de Pesca Esportiva de Piçarra/PA configura-se como aceite de todas as normas deste regulamento pelos participantes;

§ 2º - Os casos omissos no presente regulamento serão analisados e definidos pela Comissão organizadora e das suas decisões não caberão recursos.

Art. 6º - O XX TORPEP será dirigido por Comissão Organizadora designada em Decreto Municipal.

II - DOS OBJETIVOS

Art. 7º - Os Objetivos do XX Torneio de Pesca Esportiva de Piçarra/PA – TORPEP serão:

I - Divulgar o potencial turístico da Pesca Esportiva no Estado do Pará, especialmente no Sul e Sudeste do Pará e Região de Itaipavas – Piçarra –PA;

II - Desenvolver o ecoturismo, como alternativa de desenvolvimento sustentável;

III - Desenvolver o potencial da pesca esportiva com seriedade, qualidade e técnicas que existem no segmento;

IV - Despertar as autoridades federais, estaduais e municipais, para a normatização e criação de Leis específicas para o segmento da Pesca Esportiva.

V - Propagar a educação ambiental, para que se possa combater às ações predatórias contra a ictiofauna e desenvolver a consciência ecológica com o turista por meio de divulgação e práticas de leis que normatizam a pesca esportiva e a conservação dos recursos naturais;

VI - Conscientizar a população local e visitante;

VII - Proporcionar o lazer e confraternização entre os amantes da pesca esportiva.

III - DA SUPERVISÃO

Art. 8º - A supervisão do XX Torneio de Pesca Esportiva de Piçarra/PA – TORPEP, será realizado pelo Município de Piçarra através da SEMMATUR, em parceria com a Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros, SEMAS, Capitania dos Portos, Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental-CIPAMA e Polícia Militar para, conjuntamente, garantir o cumprimento legal, a ordem e a segurança durante a realização do evento;

IV – DAS MODALIDADES E PROGRAMAÇÃO

Art. 9º - O torneio de pesca terá as seguintes modalidades:

MODALIDADES	
✓	Noturno - Pesca do Jaú
✓	Diurno - Pesca do Tucunaré

Art. 10º - O evento será realizado nos dias 15, 16 e 17 de junho, conforme programação a seguir:

PROGRAMAÇÃO	
DIA 15/06/2017	
➤ Às 10h00min	Reunião para explanação do regulamento, com os guias, técnicos da arbitragem e equipes de fiscalização.
➤ Às 17h00min	Abertura oficial com as equipes participantes do Torneio.
➤ Às 18h00min	LARGADA DA PESCA DO JAÚ, e retorno ao porto no máximo às 05h00min horas da manhã do dia 15/06/2017.
DIA 16/06/2017	
➤ Às 07h00min	Largada da pesca do tucunaré, com chegada obrigatória no porto de Itaipavas no máximo às 17h00min horas.
➤ Às 18h00min	Largada da pesca do jaú, com chegada obrigatória no porto de Itaipavas no máximo às 05h00min horas da manhã do dia 16/06/2017 (encerramento).
➤ Às 22h00min	Apresentação da Quadrilha Junina.
Dia 17/06/2017	
➤ Às 07h00min	Largada da pesca do tucunaré, com chegada obrigatória no porto de Itaipavas no máximo às 17h00min horas (encerramento)
➤ Às 18h00min	Soltura dos peixes da espécie jaú.
➤ Às 20h00min	Divulgação do resultado da competição, sorteio dos prêmios e entrega dos troféus.
➤ Às 22h00min	Escolha da Garota TORPEP 2017.
➤ Às 23h30min	Show Artístico

§ 1º - Os pescadores no dia 15/06/2017, deverão estar no ponto de largada no mínimo uma hora antes do horário afixado, ou seja, às 17h00min, para que os órgãos de fiscalização possam fazer aferição nos barcos, equipamentos de segurança, bem como na documentação de cada competidor.

Art. 11 - O torneio de pesca será realizado na Vila Itaipavas, município de Piçarra, no Rio Araguaia, tendo como espaço geográfico para pesca a área delimitada entre as três ilhas (em frente à praia da Fabisa), até a praia do Charles (acima do Reboginho);

Art. 12 - As embarcações deverão ser alinhadas, 30 minutos antes do horário da largada de cada modalidade.

Art. 13 - A largada de cada modalidade ocorrerá através de sinal sonoro;

Art. 14 – Ao término de cada modalidade serão dados dois sinais sonoros, sendo o primeiro 10 minutos antes do horário programado e o outro ao final da prova;

Art. 15 - A comissão poderá antecipar ou retardar o horário das provas, desde que com justificativa pertinente;

Art. 16 - A carga horária máxima permitida na modalidade Jaú é de 11 (onze) horas por dia e Tucunaré 10 (dez) horas por dia

Art. 17 - As fiscalizações nas embarcações poderão ocorrer 60 minutos antes de cada largada e a qualquer horário a critério da organização do evento, **ATRAVÉS DO FISCAL VOLANTE, ARBITRO E AUXILIAR DE ABRITRAGEM E A SEMMATUR**, em parceria com a Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros, SEMA, Capitania dos Portos, Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental-CIPAMA e Polícia Militar.

V – DA COMPETIÇÃO

Art. 18 - O torneio está aberto à participação de todos (a) e consiste em prova de pesca embarcada, utilizando lanchas ou barcos na modalidade de arremesso;

Art. 19 - *Será permitida apenas a pesca esportiva no torneio, ficando obrigadas as equipes a soltarem os peixes abaixo da medida e retirar o anzol embuchado;*

Art. 20 - Considera-se, vencedor do XX TORPEP a equipe que apresentar o maior peixe de sua respectiva modalidade, e em caso de empate considera-se vencedor o mais pesado;

Art. 21 - No caso de falta de energia ou qualquer outra eventualidade que possa atrapalhar a pesagem dos peixes, e houver empate em quaisquer das modalidades, serão considerados vencedores as equipes empatadas, devendo a premiação ser dividida.

Art. 22 - Os peixes deverão estar vivos, isentos de furos de arpão, zagaia, marcas de malhadeiras ou qualquer outro sinal que indique uma forma de pesca diferente da permitida, considerando os tamanhos mínimos: tucunaré 35 (trinta e cinco) cm e jaú com 80 (oitenta) cm, sob pena, de desclassificação da equipe;

Art. 23 - Cada equipe poderá utilizar uma única embarcação para a prova monitorada de força livre, motor a combustão e outros elétricos de livre escolha;

Art. 24 - As embarcações das equipes serão identificadas por números nas laterais;

Art. 25 - Os peixes capturados que apresentarem risco de vida deverão ser entregues à comissão julgadora.

Art. 26 – Serão permitidos o uso durante a competição dos seguintes equipamentos:

I. Ecobatímetro;

- II. Linha de diâmetro livre;
- III. Carretilhas, molinetes ou fly de qualquer tipo, tamanho ou peso;
- IV. Varas de qualquer tipo e tamanho, não havendo limites de varas montadas na embarcação, porém usada uma por vez;
- V. Puçá para recolhimento de peixe, que poderá ser utilizado somente pelo seu parceiro de pesca.
- VI. Iscas artificiais de qualquer tipo para pesca do tucunaré e;

Art. 27 – Serão permitidas as seguintes iscas:

I – Para pesca do tucunaré **Iscas artificiais de qualquer tipo.**

II - Para pesca do jaú será permitido somente **Minhococu.**

Art. 28 – Serão considerados equipamentos de uso obrigatório:

I - Viveiros com nivelador e boa circulação de água;

II - Aerador;

III - Alicate de bico e alicate de boca.

Art. 29 - Os peixes da espécie Tucunaré serão soltos logo após a aferição do peso e medida pela comissão julgadora.

Art. 30 - Os 03 (três) maiores peixes da espécie Jaú, permanecerão na piscina até o final da competição para serem soltos, conforme programação.

Art. 31 - Caso venha morrer algum peixe, deverá ser doado a entidades assistenciais do município de Piçarra com a devida comprovação através do Termo de Doação.

VI - DOS COMPETIDORES

Art. 32 - É obrigatório aos competidores:

I - Cumprir e fazer cumprir o regulamento;

II - Apresentar no ato da inscrição: Cópia da licença de Pesca Amadora adquirida através do site:(www.mpa.gov.br).

III - Fiscalizar a pesagem, medição e anotação das espécies;

IV - Assinar as anotações do fiscal;

V - Comunicar a organização, por escrito, qualquer irregularidade que venha a observar durante o decorrer da prova;

VI - Manter comportamento cuidadoso e cortês;

VII – O capitão da equipe deverá assinar em todo início de largada (jáú e tucunaré), lista de presença junto à comissão julgadora, sob pena de desclassificação da equipe que sair sem assinar.

VII - DOS FISCAIS E BARCOS

Art. 33 - Fica vedado a participação da equipe que não apresentar licença de pesca amadora de todos os seus integrantes.

Art. 34 – A fiscalização embarcada do XX torneio de pesca de Piçarra/PA, serão compostas por 04 (quatro) equipes volantes, que irão se revezar durante a realização de todo o torneio.

§1º - Cada equipe de fiscais volantes será composta por 03 (três) membros, no qual estarão identificados através de crachás, emitidos pela coordenação do torneio.

§2º - Os fiscais volantes poderão adentrar nas canoas para fiscalização de eventuais suspeitas de violação do presente regulamento.

Art. 35 - Fica vedado aos fiscais volantes:

I - Auxiliar na captura dos peixes e ingerir bebida alcoólica;

II - Permitir a presença de outras pessoas no barco além do piloto e competidores.

Art. 36 - Os Fiscais Volantes deverão estar a postos, no mínimo 20 (vinte) minutos antes de cada largada oficial ou programada pela coordenação do torneio.

Art. 37 - Os fiscais volantes que permitirem qualquer ato irregular previsto neste regulamento serão punidos com perda da remuneração do trabalho já prestado e não participarão do sorteio de premiação, sem prejuízo de responderem na esfera criminal e/ou cível.

VIII - DAS INSCRIÇÕES

Art. 38 - A equipe poderá inscrever-se em qualquer uma das modalidades, ou se preferir, inscrever-se nas duas modalidades;

I - Modalidade simples, jaú **ou** tucunaré - **valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais)**.

II – Modalidade composta, jaú **e** tucunaré – **valor R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais)**.

Art. 39 - A Pré-inscrição será realizada pelo site oficial (www.picarra.pa.gov.br), com preenchimento de ficha de inscrição obrigatória, ou nos pontos pré-determinados pela Comissão Organizadora;

Art. 40 - A efetivação da inscrição necessita de deferimento pela comissão organizadora e de comprovação do pagamento via depósito em conta bancária de 100% do valor da inscrição, até a data limite de 14.06.2017, às 16h00min.

Art. 41 – Será permitido o máximo de 60 (sessenta) equipes no TORPEP, com limite máximo de 04 (quatro) participantes pescadores por canoa, mais 01 (um) piloto, podendo os integrantes serem homens, mulheres ou misto;

Art. 42 - As inscrições encerrarão no **dia 14 de junho de 2017 às 16h00min.**

Art. 43 - Em caso da impossibilidade de um membro da equipe não poder participar de todos os dias da competição, poderá ser substituído, desde que seja oficializado a comissão organizadora, sob pena de desclassificação da equipe;

Art. 44 - *Qualquer competidor menor de idade deverá estar acompanhado por seu responsável como companheiro de equipe;*

Art. 45 - No ato da pré-inscrição deverá ser apresentado o nome da equipe, bem como o nome do participante que será o capitão da equipe, e que irá representá-los oficialmente;

IX – DA PREMIAÇÃO

Art. 46 – Todas as equipes receberão troféu por participação;

Art. 47 – As premiações de classificação por equipe serão da seguinte forma:

I. Modalidade Jaú serão 03 (três) os classificados:

- ✓ 1º lugar – um motor de 15HP;
- ✓ 2º lugar – um barco de alumínio de 5.5 metros;
- ✓ 3º lugar – um kit de pesca;

II. Modalidade Tucunaré serão 03 (três) os classificados:

- ✓ 1º lugar – um motor de 15HP;
- ✓ 2º lugar – um barco de alumínio de 5,5 metros;
- ✓ 3º lugar – um kit de pesca;

Art. 48 – A classificação será feita pela conferência de todos os peixes registrados pela comissão de pesos e medidas, considerando o maior exemplar como vencedor, e em caso de empate o mais pesado;

Art. 49 – Persistindo o empate, ambos serão considerados vencedores, procedendo à comissão organizadora os meios para a devida divisão dos prêmios.

Art. 50 – Serão sorteadas 01 (uma) moto 0 km e 01 (um) barco de alumínio e 02 inscrições, como premiação extra entre todas as equipes inscritas no XX TORPEP.

Art. 51 – O sistema de numeração dos participantes para o efeito do sorteio será determinado pela sequência da inscrição, divulgado antes do sorteio.

Parágrafo único: A equipe que se inscrever nas 02 (duas) modalidades concorrerá com dois números no sorteio da premiação extra.

Art. 52 – No ato do sorteio, se o ganhador estiver ausente e não comparecer após a terceira chamada, será sorteado outro competidor;

Art. 53 – A equipe desclassificada ou que desistir da competição não participará do sorteio dos prêmios.

Art. 54 – Haverá sorteio de 05 (cinco) Smartphones entre servidores e fiscais envolvidos na realização do evento.

X – DA LEGISLAÇÃO E SEGURANÇA

Art. 55 – Todos os competidores deverão ter seus barcos em condições de navegabilidade conforme as normas e instruções da Marinha Brasileira.

Art. 56 – Todos os barcos poderão ser vistoriados pelos os fiscais volantes e SEMMATUR em parceria com a SEMAS.

Art. 57 – Os participantes, quando em prova, deverão estar em condições de serem fiscalizados, pelas autoridades competentes, de acordo com as normas deste regulamento;

Art. 58 – É obrigatório o uso de coletes salva-vidas, e a não utilização do mesmo acarretará desclassificação;

Art. 59 – A segurança geral será de competência da Polícia Militar, Marinha, Corpo de Bombeiros e outros;

Art. 60 – As penalizações para os atrasos:

- ✓ No encerramento de cada modalidade, será tolerado um atraso de no máximo 10 (dez) minutos para recebimento dos peixes pela comissão julgadora, excedendo a tolerância não será recebido;
- ✓ Após 01 (uma) hora de atraso, será acionada a segurança do evento para proceder ao socorro;

Art. 61 – Todo o atraso deverá ser comunicado por escrito a Comissão Organizadora;

Art. 62 – Todo participante deverá aferir seu relógio com o da Comissão Organizadora, antes das largadas;

Art. 63 – Para controle e segurança, no início de cada largada o capitão de cada equipe, deverá assinar lista de presença junto a Comissão Organizadora, sob pena de desclassificação.

XI - DAS AUTORIDADES E COORDENAÇÃO

Art. 64 – O XX TORPEP terá supervisão da Comissão Organizadora que designará as autoridades e orientará a competição e os competidores;

Art. 65 – O controle e a direção das provas estarão a cargo das seguintes autoridades:

Árbitros – O XX TORPEP terá a supervisão de 02 (dois) árbitros e 02 (dois) auxiliares, com a função e autoridade para fazer cumprir este regulamento e aplicar as penalidades cabíveis, bem como decidir todas as questões que lhe forem submetidas pela Coordenação Geral e serão inapeláveis suas decisões;

I. Comissão de fiscalização será composta de:

- a. Comissão de Arbitragem (02 árbitros e 02 auxiliares)
- b. Fiscalização de embarcações volantes;
- c. Fiscalização de peso e medida;
- d. Fiscalização de embarcações no cais (Arbitragem);

II. Comissão organizadora;

Art. 66 – A Comissão de peso e medida poderá se julgar necessário, para preservar a saúde do peixe, caso o mesmo apresente sinais de ferimento ou algo, que possa colocar em risco sua vida com os seguintes procedimentos:

- I.** Medir e pesar com a presença de 03 (três) testemunhas.
- II.** Fazer relato oficial e soltá-lo no rio.

XII - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Art. 67 – Deverá ser evitada a pesca pelo menos 30 (trinta) dias antes do evento nos locais da pesca, contribuindo assim para melhorar a ação dos peixes nos dias da competição;

Art. 68 – Fica expressamente proibida a pesca na área delimitada para o TORPEP por qualquer pessoa.

Art. 69 – A equipe que for encontrada pescando fora dos horários previstos neste regulamento será automaticamente desclassificada, perdendo o direito de qualquer ressarcimento no que diz respeito a inscrição feita pela equipe infratora, bem como estará excluído do sorteio da premiação extra.

Art. 70 – Caso seja encontrado peixe morto no barco ou dependências da equipe, acarretará na perca automática da inscrição e responderá junto às autoridades ambientais pelos atos praticados.

Art. 71 – Estará proibido estacionar todo e qualquer tipo de veículo, motos e etc, nos locais previamente reservados e sinalizados sendo permitido apenas para embarque ou desembarque, com prazo máximo de 01 (uma) hora, sendo responsabilidade exclusiva da Polícia Militar em controlar e fazer cumprir, juntamente com a comissão organizadora.

Art. 72 – Os participantes concordam em autorizar o uso de suas imagens e som em qualquer tipo de mídia e peças promocionais relacionadas ao TORPEP;

Art. 73 – A imprensa poderá circular em todo o local da prova para o exercício de trabalho;

Art. 74 – Os organizadores e autoridades da competição não se responsabilizarão por perdas, roubos ou qualquer tipo de danos materiais ou corporais ocorridos com os participantes, expectadores, acompanhantes, e outros, antes durante ou após o evento.

Art. 75 – O pescador que praticar ato doloso durante a competição ficará sem participar do Próximo TORPEP e responderá pelos seus atos.

Art. 76 – A equipe ganhadora deverá retirar o prêmio e responsabilizar-se, pelo mesmo após o seu recebimento.

Art. 77 – A efetivação da inscrição implicará que o participante tenha conhecimento e concorde com todo o conteúdo deste regulamento, não podendo o mesmo alegar, reclamar, ou recorrer das normas aqui contidas.

Art. 78 – Qualquer eventualidade não prevista nesse regulamento será dirimida pela comissão organizadora/julgadora.

Art. 79 – Havendo duvida sobre algum fato até o final da competição, a critério da comissão organizadora a premiação ficará à disposição da justiça até que tudo se esclareça.

Art. 80 – Qualquer pessoa poderá ingressar com pedido administrativo para apuração de qualquer violação do regulamento, no prazo máximo de 01(um) ano.

I - Recebendo o protocolo da denúncia a Comissão Julgadora iniciará os trabalhos, dentro em cinco dias, notificando a equipe denunciada, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de 02 (dois) dias, apresente defesa prévia, por escrito, indicando as provas que pretendem produzir e arrole testemunhas, até o máximo de 03 que deverão ser ouvidas logo em seguida ao protocolo da defesa, ficando a critério da comissão julgadora quanto à data para oitiva. Decorrido o prazo de defesa e ouvida às testemunhas, a Comissão Julgadora emitirá parecer dentro em 02 (dois) dias, opinando pela condenação da equipe ou arquivamento da denúncia.

II – A equipe deverá ser intimada de todos os atos do processo administrativo, pessoalmente, através de qualquer membro da referida equipe ou na pessoa de seu procurador. Se a equipe não puder ser localizada, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação.

XIII - DAS PENALIDADES

Art. 81 – - Para efeito da aplicação de penalidades serão classificadas nas formas leves e graves, conforme abaixo discriminadas:

- I. As infrações leves serão penalizadas com perda de 10 cm do maior peixe capturado no dia, e no caso de empate perda de 01 (um) kg no peixe do infrator;
- II. As infrações graves serão penalizadas com a desclassificação da equipe, não participarão do sorteio de prêmios e a impossibilidade de inscrever-se no próximo TORPEP.

Art. 82 – Será penalizado o competidor que cometer as seguintes infrações:

I. **Infrações Leves**

- a) Embarcar espécies com tamanho inferior a 35cm (tucunaré) e 80cm (jaú);

II. **Infrações Graves**

- a) Pescar com mais de uma linha na água por participante;
- b) A participação do piloto sem informar a comissão organizadora;
- c) **Armazenar em isopor, ou similares os peixes capturados e não pesados;**
- d) Ingerir bebida alcoólica *em excesso, caracterizando embriagues e manter comportamento não condizente com regras elementares do convívio social.*
- e) Peixes que apresentarem furos de arpão, zagaia, marcas de malhadeira ou qualquer outro sinal que identifique uma forma de pesca diferente da permitida;
- f) Alterar de qualquer forma os pesos e as medidas dos peixes apresentados;
- g) Prejudicar os concorrentes com manobras radicais, desacatar ou agredir competidores ou autoridades do evento;
- h) Amarrar ou armazenar peixe em acampamento;
- i) Jogar lixo nas águas do rio, praias ou em suas margens e ilhas;
- j) Acampar fora das dependências da Pousada do Jaú;
- k) Acampar em ilhas;
- l) Pescar fora do barco;
- m) Pescar com iscas diferentes das previstas neste regulamento;
- n) Impedir a fiscalização dos fiscais volantes.

Comissão Organizadora

Piçarra-PA, 17 de abril de 2017.

Anexo 2.

PROPESCA

FUNDO
AMAZONIA

PESCA SEMANAL-AUTO MONITORAMENTO

Nome do(s) Pescador(es):		Comunidade	
Rio:		Quantidade de pescadores:	
Data que iniciou a atividade de pesca: ____/____/____		Data que finalizou: ____/____/____	
Quais dias você pescou nesta semana? Domingo () Segunda () Terça () Quarta () Quinta () Sexta () Sábado () 			
EMBARCAÇÃO () Rabeta () Canoa a remo () Voadeira () Outras: _____ 			
Comprimento da embarcação: _____ Força do motor (HP): _____			
PESQUEIRO Nome do acampamento: _____ Nome do Pesqueiro: _____ Este local fica no: () Meio do Rio () Beira do rio () Lago () Igarapé () Pedral () Outro: Se tiver ido a mais de um pesqueiro nesta semana relacionar abaixo o nome e o ambiente:			
ARTE DE PESCA			
MALHADEIRA ☐ Parada ☐ Caceia ☐ Lance rápido ☐ Ceva ☐ Outra ☐	Quantidade de panagem _____ Tamanho de Malhas _____	LINHA ☐ De mão ☐ Caniço ☐ Ceva ☐ Outra ☐	TARRAFA ☐ Ceva ☐
OUTRO ☐			

PRODUÇÃO (uma semana de pescaria)

 Nome do pescado	Arte de Pesca	Vendeu por:		Quantidade vendida	Preço de venda	Quantidade Consumida
		Kg	Cambo			
1.						
2.						
3.						
4.						
5.						
6.						
7.						
8.						
9.						
10.						
11.						
12.						

Para quem vendeu? () Atravessador () Colônia de pesca () Consumidor () Outros:

VALOR estimado de despesa nesta semana: R\$

Gelo: _____ Rancho: _____ Gasolina: _____ Outros: _____

Observação: _____

*Legenda: Malhadeira-M; Linha -L; Tarrafa-T; Outra- O

APÊNDICES

Apêndice 1.

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

Rio: _____ Local(comunidade) _____ Entrevistador: _____ data: _____

I. Características Gerais do Usuário

1. Nome do entrevistado:		
2. Idade		3. De onde veio
4. Qual escolaridade?		5. (Se da localidade). Há quanto tempo mora na região?
6. O que levou a vir para o Torpep?		
7. Quantas pessoas vieram com você?		

II. Economia

8. Qual a renda mensal de sua família?	() 0-500() 500-1000() 1001-1500() 1501-2000() Mais de 2000
9. Quais atividades econômicas você desenvolve?	
10. Quanto se programou gastar no Torpep?	
11. Seu gasto maior será com: Bebidas alcoólicas () Alimentação () Hospedagem () equipamentos de pesca () outros () Especificar outros:	

III. Pesca e Etnoconhecimento

12. É pescador profissional?					
13. A quanto tempo pesca?			14. Qual colônia?		
15. Já participou deste torneio anteriormente? Sim () Não ()			15. Quantas vezes?		
16. Participa de outros torneios de pesca? () Não () Onde?					
17. Sobre os peixes alvos neste torneio, você observa:					
Peixe	Abundância em 20 anos	Abundância em 20 anos	Tamanho médio atual	Motivo	
Tucunaré	A() M() D()				
Jaú	A() M() D()				
18. Sobre os hábitos destes peixes:					
Peixe	O que esse peixe come?	Que animal come esse peixe?	Quando fica ovado?	Em que ambiente pesca esse peixe?	Qual petrecho utiliza?
Tucunaré					
Jaú					

IV. Sobre o Torpep

19. Está satisfeito com a organização do evento? Porque?
20. O que poderia melhorar?
21. No próximo ano você retorna? Porque?

V Percepção dos agentes locais sobre o Torpep

(Apenas para os moradores ou pescadores locais)

22. Em relação a pesca, o Torpep na Vila Itaipavas: prejudica () não prejudica () não ajuda e nem prejudica ()
23. O Torpep gera retorno econômico para a comunidade? sim () não () um pouco ()
24. A quantidade de pescadores no Torpep, aumentou nos últimos anos? Aumentou () Permanece a mesma ()

Obs:

Apêndice 2

FORMULÁRIO DE OBSERVAÇÃO

ASPECTO	FATO A SER VERIFICADO	DESCRIÇÃO
ECONÔMICO	Existência de programas de turismo de pesca para a região	Verificar se a atividade é uma política pública do governo local
	Infraestrutura da pesca esportiva	Verificar se a região oferta condições mínimas para a prática da atividade tais como pousadas ou hotéis para os turistas pescadores, fornecimento de barcos e equipamentos na região.
	Presença da pesca comercial	Verificar se existe pesca comercial na região que pode originar conflitos com os pescadores esportivos e que impacta duplamente os estoques pesqueiros da região.
SOCIAL	Existência de guias de pesca na região	Verificar se a pesca esportiva contribui para geração empregos
	Conhecimento de pesca pelos profissionais que atuam no setor	Verificar se os profissionais que atuam na pesca esportiva orientam e auxiliam os turistas durante a prática da atividade.
	Orientações sobre a pesca na região/localidade	Verificar se os profissionais explicam ao turista sobre as características da pesca esportiva na região
	Distância dos grandes centros	Verificar se as localidades de pesca esportiva se localizam próximas a grandes centros urbanos
	Participação da comunidade local com a pesca esportiva.	Verificar o engajamento da comunidade com a atividade turística
AMBIENTAL	Diversidade de locais para a prática da pesca esportiva.	Verificar se a pesca esportiva é realizada sempre em um mesmo ambiente, ou se existem variações num mesmo período de pesca, onde o turista acaba distribuindo o impacto da atividade.
	Impactos ambientais da pesca esportiva	Verificar se existe degradação ambiental visível em razão da atividade de pesca esportiva.
	Diversidade de espécie alvo nativas	Verificar se existe diversidade de espécies alvo possibilitando a distribuição dos impactos da pesca esportiva

	Utilização de iscas naturais	Verificar se a região oferta aos turistas iscas naturais
	Utilização de isca artificiais	Verificar se o turista utiliza iscas artificiais

Apêndice 3.

Lista de espécies:

Nome Popular	ORDEM	Família	Gênero	Espécie	Kg capturados
Avoador	CHARACIFORMES	Hemiodidae	Hemiodus	<i>Hemiodus</i> spp. (<i>H. unimaculatus</i> , <i>H. microlepis</i> , <i>H. argenteus</i>)	2
Bicuda		Cetenoluciidae	Boulengerella	<i>Boulengerella</i> spp. (<i>B. cuvieri</i> , <i>B. maculata</i>)	8,8
Branquinha		Curimatidae	Curimata	<i>Curimata</i> spp. (<i>C. cyprinoides</i> , <i>C. knerii</i>)	2
Cachorra		Cynodontidae	Hydrolycus	<i>Hydrolycus</i> spp. (<i>H. scomberoides</i> , <i>H. tatauaia</i>)	134,1
Curimata		Curimatidae	Prochilodus	<i>Prochilodus nigricans</i>	487,3
Jaraqui		Curimatidae	Semaprochilodus	<i>Semaprochilodus brama</i>	200,6
Pacu		Serrasalmididae		<i>Myleus setiger</i> , <i>Myloplus rubripinnis</i> , <i>Myloplus asterias</i> , <i>Mylesinus paucisquamatus</i>	232,5
Pacu branca		Serrasalmididae		<i>Myleus setiger</i> , <i>Myloplus rubripinnis</i> , <i>Myloplus asterias</i> , <i>Mylesinus paucisquamatus</i>	47,8
Piabanha		Characidae	Brycon	<i>Brycon amazonicus</i>	1
Piau		Anostomidae	Leporinus	<i>Leporinus</i> spp.	127
Piranha		Serrasalmididae	Serrasalmus	<i>Serrasalmus</i> spp.	77,6
Tambaqui		Serrasalmididae	Colossoma	<i>Colossoma macropomum</i>	2
Curvina	PERCIFORMES	Sciaenidae			203,65
Tucunaré		Cichlidae	Cichla	<i>Cichla</i> spp. (<i>C. kelberi</i> , <i>C. piquiti</i>)	140,7
Barbado	SILURIFORMES	Pimelodidae	Pinirampus	<i>Pinirampus pirinampu</i>	14,8
Cari		Loricariidae	(vazio)	<i>Ancistrus</i> spp., <i>Aphanotorulus emarginatus</i> , <i>Baryancistrus</i> spp., e outros	4,8
Fidalgo		Ageneiosidae	Ageneiosus	<i>Ageneiosus inermis</i>	50,7
Jaú		Pimelodidae	Zungaro	<i>Zungaro zungaro</i>	9,9
Mandi		Pimelodidae	Pimelodus	<i>Pimelodus</i> spp. (<i>P. blochii</i> , <i>P. tetramerus</i>)	0,3
Pintado		Pimelodidae	Pseudoplatystoma	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>	1
Surubim		Pimelodidae	Pseudoplatystoma	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>	124,55
Mistura					3
					1876,1